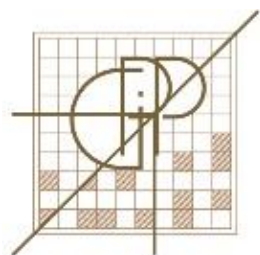
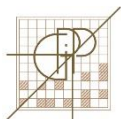


# 2.<sup>a</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

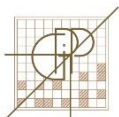
Regulamento (Discussão Pública)



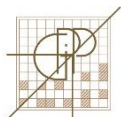
GIPP, Lda  
março, 2026

**ÍNDICE**

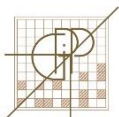
<b>TÍTULO I</b>	6
<b>Disposições gerais</b>	6
Artigo 1.º – Âmbito territorial	6
Artigo 2.º – Objetivos e estratégia	6
Artigo 3.º – Composição	7
Artigo 4.º – Instrumentos de gestão territorial a observar	8
Artigo 5.º – Definições e siglas	8
<b>TÍTULO II</b>	11
<b>Servidões administrativas e restrições de utilidade pública</b>	11
Artigo 6.º – Âmbito e objetivos	11
Artigo 7.º – Regime	12
<b>TÍTULO III</b>	12
<b>Uso do solo</b>	12
<i>SECÇÃO I – Classificação e qualificação do solo</i>	12
Artigo 8.º – Classificação do solo	12
Artigo 9.º – Qualificação do solo	13
Artigo 10.º – Reclassificação do solo rústico em urbano	13
<i>SECÇÃO II – Disposições comuns aos solos rústico e urbano</i>	14
Artigo 11.º – Critérios gerais de viabilização dos usos do solo	14
Artigo 12.º – Determinação da edificabilidade de um prédio	14
Artigo 13.º – Inserção urbanística e paisagística	15
Artigo 14.º – Integração e transformação de preexistências	16
Artigo 15.º – Compatibilidade de usos e atividades	17
Artigo 16.º – Regimes específicos (RERAE e RRESASFL)	18
Artigo 17.º – Legalização de situações de desconformidade com o Plano	18
Artigo 18.º – Demolição de edifícios	19
Artigo 19.º – Empreendimentos turísticos e Áreas de Serviço para Autocaravanas	20
Artigo 20.º – Estacionamento	20
Artigo 21.º – Instalação de redes públicas de infraestruturas	22
Artigo 22.º – Exploração de recursos energéticos renováveis	23
Artigo 23.º – Exploração de recursos geológicos	23
Artigo 24.º – Articulação com a Rede Natura 2000	24
Artigo 25.º – Articulação com o PROF-TMD	33
Artigo 26.º – Área do Aproveitamento Hidroagrícola	33
<i>SECÇÃO VI – Gestão de fogos rurais</i>	34
Artigo 27.º – Medidas de proteção contra incêndios rurais e gestão do fogo rural	34
<b>TÍTULO IV</b>	35
<b>Solo Rústico</b>	35
<i>SECÇÃO I – Disposições gerais</i>	35
Artigo 28.º – Disposições comuns	35
<i>SECÇÃO II – Aglomerados rurais</i>	36
Artigo 29.º – Identificação	36
Artigo 30.º – Regime de edificabilidade	36
<i>SECÇÃO III – Áreas de edificação dispersa</i>	37
Artigo 31.º – Identificação	37
Artigo 32.º – Regime de edificabilidade	37
<i>SECÇÃO IV – Espaços agrícolas</i>	38
Artigo 33.º – Identificação	38
Artigo 34.º – Regime de edificabilidade	38
<i>SECÇÃO V – Espaços florestais</i>	39
Artigo 35.º – Identificação	39
Artigo 36.º – Regime de edificabilidade	40



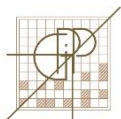
<b>SECÇÃO VI – Espaços naturais e paisagísticos</b>	41
<b>Artigo 37.º – Identificação</b>	41
<b>Artigo 38.º – Regime de edificabilidade</b>	41
<b>SECÇÃO VII – Espaços de infraestruturas rodoviárias</b>	41
<b>Artigo 39.º – Identificação</b>	41
<b>Artigo 40.º – Regime de edificabilidade</b>	42
<b>SECÇÃO VIII – Espaços de exploração de recursos geológicos</b>	42
<b>Artigo 41.º – Identificação</b>	42
<b>Artigo 42.º – Ocupações, utilizações e regime</b>	42
<b>Artigo 43.º – Medidas de salvaguarda ambiental</b>	42
<b>SECÇÃO IX – Espaço de ocupação turística</b>	43
<b>Artigo 44.º – Identificação</b>	43
<b>Artigo 45.º – Ocupações, utilizações e regime</b>	43
<b>SECÇÃO X – Espaço cultural</b>	43
<b>Artigo 46.º – Identificação e regime</b>	43
<b>TÍTULO V</b>	44
<b>Solo Urbano</b>	44
<b>CAPÍTULO I</b>	44
DISPOSIÇÕES GERAIS	44
<b>Artigo 47.º – Disposições comuns</b>	44
<b>Artigo 48.º – Edificabilidade</b>	45
<b>Artigo 49.º – Parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e equipamentos de utilização coletiva/habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível</b>	46
<b>CAPÍTULO II</b>	47
QUALIFICAÇÃO DE SOLO	47
<b>SECÇÃO I – Espaço central</b>	47
<b>Artigo 50.º – Identificação</b>	47
<b>Artigo 51.º – Regime de edificabilidade</b>	47
<b>SECÇÃO II – Espaços habitacionais</b>	48
<b>Artigo 52.º – Identificação</b>	48
<b>Artigo 53.º – Regime de edificabilidade</b>	48
<b>SECÇÃO III – Espaços urbanos de baixa densidade</b>	49
<b>Artigo 54.º – Identificação</b>	49
<b>Artigo 55.º – Regime de edificabilidade</b>	49
<b>SECÇÃO IV – Espaços de atividades económicas</b>	50
<b>Artigo 56.º – Identificação</b>	50
<b>Artigo 57.º – Regime de edificabilidade</b>	50
<b>SECÇÃO V – Espaços de uso especial</b>	51
<b>Artigo 58.º – Identificação</b>	51
<b>Artigo 59.º – Regime de edificabilidade</b>	51
<b>TÍTULO VI</b>	52
<b>Salvaguardas</b>	52
<b>CAPÍTULO I</b>	52
AMBIENTAL	52
<b>SECÇÃO I – Estrutura Ecológica Municipal</b>	52
<b>Artigo 60.º – Identificação e objetivos</b>	52
<b>Artigo 61.º – Regime da EEM</b>	53
<b>SECÇÃO II – Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo</b>	54
<b>Artigo 62.º – Regime de salvaguarda</b>	54
<b>SECÇÃO III – Áreas de apoio balnear</b>	56
<b>Artigo 63.º – Regime de salvaguarda</b>	56
<b>CAPÍTULO II</b>	56
RISCOS	56
<b>Artigo 64.º – Zonas ameaçadas pelas cheias</b>	56
<b>Artigo 65.º – Zonas inundáveis</b>	56



<b>Artigo 66.º – Zonas de infiltração máxima.....</b>	<b>59</b>
<b>Artigo 67.º – Estabelecimento com produtos explosivos e substâncias perigosas.....</b>	<b>60</b>
<b>Artigo 68.º – Zonamento acústico .....</b>	<b>60</b>
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>60</b>
<b>INSTITUÍDAS PELO PLANO .....</b>	<b>60</b>
<b>Artigo 69.º – Identificação e regime de salvaguarda .....</b>	<b>60</b>
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>61</b>
<b>PATRIMÓNIO CULTURAL .....</b>	<b>61</b>
<b>Artigo 70.º – Identificação .....</b>	<b>61</b>
<b>Artigo 71.º – Património classificado e em vias de classificação .....</b>	<b>62</b>
<b>Artigo 72.º – Património arqueológico .....</b>	<b>62</b>
<b>Artigo 73.º – Vestígios arqueológicos.....</b>	<b>63</b>
<b>Artigo 74.º – Património arquitetónico.....</b>	<b>63</b>
<b>Artigo 75.º – Património geológico.....</b>	<b>64</b>
<b>TÍTULO VII .....</b>	<b>64</b>
<b>Rede de transportes .....</b>	<b>64</b>
<i>SECÇÃO I – Rede ferroviária .....</i>	<i>64</i>
<b>Artigo 76.º – Identificação .....</b>	<b>64</b>
<i>SECÇÃO II – Rede rodoviária .....</i>	<i>64</i>
<b>Artigo 77.º – Hierarquia institucional .....</b>	<b>64</b>
<b>Artigo 78.º – Hierarquia funcional .....</b>	<b>65</b>
<b>Artigo 79.º – Características.....</b>	<b>66</b>
<b>TÍTULO VIII.....</b>	<b>67</b>
<b>Programação e execução .....</b>	<b>67</b>
<i>SECÇÃO I – Programação .....</i>	<i>67</i>
<b>Artigo 80.º – Programação estratégica da execução do Plano .....</b>	<b>67</b>
<b>Artigo 81.º – Áreas de execução programada.....</b>	<b>68</b>
<b>Artigo 82.º – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão .....</b>	<b>68</b>
<i>SECÇÃO II – Execução .....</i>	<i>69</i>
<b>Artigo 83.º – Formas de execução .....</b>	<b>69</b>
<b>Artigo 84.º – Sistemas e prazos de execução .....</b>	<b>70</b>
<b>Artigo 85.º – Unidades de execução .....</b>	<b>70</b>
<b>TÍTULO IX.....</b>	<b>71</b>
<b>Regime económico e financeiro .....</b>	<b>71</b>
<i>SECÇÃO I – Disposições gerais.....</i>	<i>71</i>
<b>Artigo 86.º – Princípios .....</b>	<b>71</b>
<b>Artigo 87.º – Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística .....</b>	<b>71</b>
<b>Artigo 88.º – Componentes da perequação.....</b>	<b>72</b>
<b>Artigo 89.º – Abrangência territorial da redistribuição das mais-valias .....</b>	<b>72</b>
<b>Artigo 90.º – Edificabilidade média .....</b>	<b>72</b>
<b>Artigo 91.º – Avaliação do solo.....</b>	<b>72</b>
<b>Artigo 92.º – Encargos de urbanização .....</b>	<b>73</b>
<b>Artigo 93.º – Cedência média .....</b>	<b>73</b>
<i>SECÇÃO II – Redistribuição de benefícios e encargos .....</i>	<i>74</i>
<b>Artigo 94.º – Âmbito.....</b>	<b>74</b>
<b>Artigo 95.º – Afetação social da mais-valia .....</b>	<b>74</b>
<b>Artigo 96.º – Distribuição de benefícios e encargos nas unidades de execução .....</b>	<b>74</b>
<b>TÍTULO X .....</b>	<b>75</b>
<b>Disposições finais .....</b>	<b>75</b>
<b>Artigo 97.º – Incentivos .....</b>	<b>75</b>
<b>Artigo 98.º – Revogações .....</b>	<b>75</b>
<b>Artigo 99.º – Prazo de vigência .....</b>	<b>76</b>
<b>Artigo 100.º – Entrada em vigor .....</b>	<b>76</b>



<b>ANEXOS</b> .....	77
<b>ANEXO I – Valores Naturais no âmbito da Rede Natura 2000</b> .....	77
<b>ANEXO II – Orientações e determinações do PROF-TMAD</b> .....	81
<b>ANEXO III – PPAA</b> .....	87
<b>ANEXO IV – Orientações para a EEM</b> .....	91
<b>ANEXO V – Património arqueológico</b> .....	94
<b>ANEXO VI – Património arquitetónico</b> .....	96
<b>ANEXO VII – Património geológico</b> .....	97
<b>ANEXO VIII – Termos de referência</b> .....	98
<b>ANEXO IX – Área de execução programada</b> .....	103



## **TÍTULO I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1.º – Âmbito territorial**

- 1- O presente Regulamento estabelece as regras e as orientações de ocupação, uso e transformação do solo no território municipal, como também os critérios a utilizar na execução do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros, doravante designado por PDMMC.
- 2- O PDMMC é aplicável à totalidade do território municipal, conforme o definido no limite da Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2024.

#### **Artigo 2.º – Objetivos e estratégia**

- 1- O PDMMC constitui a síntese da estratégia de desenvolvimento e de ordenamento territorial para a área do município de Macedo de Cavaleiros, considerando a sua integração regional, tendo por base os critérios de classificação e qualificação do solo vigentes.
- 2- O modelo territorial para o Município de Macedo de Cavaleiros assenta nos seguintes objetivos:
  - a) Manutenção da qualidade de vida dos que residem e visitam o território, fomentando uma ocupação do território em baixa densidade;
  - b) Atração de atividades económicas e residentes, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais, bem como a rentabilização da área de acolhimento empresarial e atividade agrícola associada à castanha e à olivícola;
  - c) Adoção de uma política de mobilidade mais conectada e partilhada;
  - d) Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural enquanto ativo turístico;
  - e) Contenção da expansão urbana, promovendo uma política de colmatação urbana e de racionalização das infraestruturas existentes;
  - f) Adoção de uma postura colaborativa e de governança territorial com os diversos agentes.
- 3- O PDMMC contribui para a adaptação e mitigação das alterações climáticas, incorporando os seguintes princípios:
  - a) Tendo como propósito a melhoria do ambiente urbano, as intervenções devem:
    - i) Assegurar a integração de tecnologias sustentáveis orientadas para a redução de consumos, para a eficiência energética e para a produção de energia a partir de fontes renováveis;
    - ii) Privilegiar a utilização de espécies vegetais autóctones e outras espécies adaptadas às condições edafoclimáticas do território, promovendo a plantação das que tiverem maior capacidade de captura de carbono;

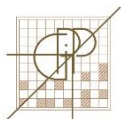


- iii) Implementar estruturas arbóreas e arbustivas em arruamentos, praças e largos, e demais estruturas verdes urbanas para mitigar o efeito das ilhas de calor urbano;
- iv) Reduzir ao mínimo a impermeabilização dos espaços exteriores, com a adoção de pavimentos em materiais permeáveis no espaço privado e no espaço público;
- v) Densificar a rede de transportes públicos e das infraestruturas de apoio à mobilidade suave;
- b) No que respeita à adaptação e resiliência aos fenómenos meteorológicos extremos e de modo a garantir o funcionamento e manutenção do sistema hídrico:
  - i) Criar bacias de retenção, desde que não coloquem em causa o funcionamento do sistema hídrico e o grau de conservação dos valores naturais;
  - ii) As bacias de retenção, detenção ou infiltração devem adotar soluções técnicas que promovam o armazenamento das águas pluviais para reutilização;
  - iii) Libertação das áreas envolventes das linhas de água, leitos de cheia e inundações, de modo a salvaguardar as condições de segurança de pessoas e bens;
- c) Em relação ao aumento da eficiência ambiental dos recursos, promovendo:
  - i) A sustentabilidade dos edifícios e do espaço público, desde a fase de conceção das intervenções e operações urbanísticas, com o aproveitamento local de recursos e a utilização de métodos e adoção de materiais de construção com elevados coeficientes de reflexão difusa e baixa condutividade térmica;
  - ii) A autossuficiência energética dos edifícios quer ao nível do novo edificado, quer ao nível da reabilitação do património existente;
  - iii) A eficiência energética nos sistemas de iluminação pública, iluminação semafórica e outras estruturas urbanas, introduzindo tecnologias de aproveitamento de energias renováveis no meio urbano e a sua interação com a rede elétrica.

### **Artigo 3.º – Composição**

1- O PDMMC é constituído pelos seguintes elementos:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Ordenamento, desdobrada em:
  - i) Classificação e qualificação do solo;
  - ii) Património;
  - iii) Salvaguardas.
- c) Planta de Condicionantes, desdobrada em:
  - i) Geral;
  - ii) Reserva Ecológica Nacional;
  - iii) Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança;



iv) Redes de Defesa.

2- Acompanham o PDMMC os seguintes elementos:

- a) Relatório, incluindo os indicadores qualitativos e quantitativos de avaliação;
- b) Relatório ambiental;
- c) Relatório do património arqueológico;
- d) Programa de execução e plano de financiamento, com a fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;
- e) Planta de Enquadramento Regional;
- f) Planta de Situação Existente;
- g) Planta da Estrutura Ecológica Municipal;
- h) Planta e relatório com a indicação dos Compromissos Urbanísticos;
- i) Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000;
- j) Mapa de ruído, desdobrado em:
  - i) Relatório acústico da situação atual, incluindo a memória descritiva, mapa da situação existente e mapa de conflitos;
  - ii) Relatório acústico da situação prospetiva, incluindo memória descritiva, mapa da situação prospetiva e mapa de conflitos.
- k) Ficha de dados estatísticos;
- l) Carta Educativa;
- m) Estratégia Local da Habitação;
- n) Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil;
- o) Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- p) Participações recebidas em sede de discussão pública e relatório de ponderação.

#### **Artigo 4.º – Instrumentos de gestão territorial a observar**

Na área de intervenção do Plano vigoram os seguintes instrumentos de gestão territorial:

- a) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- b) Plano Nacional da Água;
- c) Plano Rodoviário Nacional;
- d) Plano Setorial da RN2000;
- e) Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3);
- f) Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro.

#### **Artigo 5.º – Definições e siglas**

1- Para efeitos deste Regulamento, entende-se por:

- a) Cedência média – mecanismo perequativo correspondente à área a ceder ao município e integrando as parcelas destinadas a áreas verdes, equipamentos de utilização coletiva, habitação pública, de custos controlados ou arrendamento





- acessível e infraestruturas e resultante do quociente entre estas áreas e a edificabilidade admitida, excluindo desta a afeta a equipamentos públicos;
- b) Colmatação – preenchimento, através de edificação nova ou de ampliação de edifício, de um prédio ou conjunto de prédios contíguos, situado entre edifícios existentes ou no fecho de uma frente urbana devidamente infraestruturada, em que as novas construções ou ampliações de edifícios existentes respeitam os alinhamentos e recuos dos edifícios contíguos e estabelecem a articulação volumétrica desses mesmos edifícios, assegurando a salubridade e continuidade morfológica ao conjunto;
  - c) Edificabilidade média – exprime o quociente entre o somatório da edificabilidade das parcelas que integram uma dada área do território e o somatório das áreas dessas parcelas, para efeitos perequativos;
  - d) Edificabilidade abstrata – corresponde ao produto da edificabilidade média pela área total de terreno detida inicialmente por cada proprietário;
  - e) Edificabilidade concreta – a edificabilidade legal existente numa dada parcela ou a que vier a ser estabelecida em controlo prévio municipal, em conformidade com as disposições do Plano (quantitativas e qualitativas) e demais regulamentação aplicável;
  - f) Estudo urbanístico (ou desenho urbano) – desenho urbano não normativo nem vinculativo, relativo a unidades de execução ou a operações urbanísticas, com o desenvolvimento suficiente para assegurar o cumprimento dos termos de referência estabelecidos e os instrumentos de planeamento e demais normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - g) Frente urbana — extensão definida pelos alinhamentos dos lotes ou parcelas, edificados ou por edificar, confinantes com uma dada via pública e compreendida entre duas vias ou espaços públicos sucessivos que nela concorrem;
  - h) Índice de edificabilidade – quociente entre a edificabilidade e a área do solo a que o índice diz respeito;
  - i) Moda da altura da fachada – altura da fachada, em metros, que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana;
  - j) Núcleo de Desenvolvimento Turístico — correspondem a áreas de ocupação turística em solo rústico, nas quais se integram conjuntos de empreendimentos turísticos e equipamentos de animação turística, bem como outros equipamentos e atividades compatíveis com o estatuto de solo rústico;
  - k) Plano de Vedação ou de fachada dominante — plano que compreenda as vedações dos prédios ou as fachadas dos edifícios neles implantados em maior extensão numa dada frente urbana;
  - l) Usos dominantes – os usos que constituem a aptidão preferencial de utilização do solo em cada categoria ou subcategoria de espaços considerada;



- m) Usos complementares – os usos não integrados nos dominantes, mas cuja presença concorre para a valorização ou reforço destes;
  - n) Usos compatíveis – os usos que, não se articulando necessariamente com os dominantes, podem conviver com estes mediante o cumprimento dos requisitos previstos neste regulamento que garantam essa compatibilização;
  - o) Via habilitante – via pública pavimentada com capacidade para a circulação automóvel, incluindo veículos prioritários, e pedonal, passível de suportar com segurança a acessibilidade e mobilidade do peão.
- 2- O restante vocabulário urbanístico presente no regulamento tem o significado que lhe é atribuído pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro.
- 3- Para efeitos do presente regulamento são adotadas as seguintes siglas e acrónimos:
- a) AHMC – Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros;
  - b) EEM – Estrutura Ecológica Municipal;
  - c) EN – Estradas Nacionais;
  - d) ER – Estradas Regionais;
  - e) FMSAU – Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística;
  - f) ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
  - g) IP – Itinerário Principal;
  - h) MMC – Município de Macedo de Cavaleiros;
  - i) NDT – Núcleos de Desenvolvimento Turístico;
  - j) NPA – Nível de Plano de Armazenamento;
  - k) PAA – Plano de Água da Albufeira;
  - l) PC – Planta de Condicionantes;
  - m) PDMMC – Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros;
  - n) PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
  - o) PO – Planta de Ordenamento;
  - p) PP – Plano de Pormenor;
  - q) PPAA – Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo;
  - r) PROF-TMAD – Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro;
  - s) PU – Plano de Urbanização;
  - t) RAN – Reserva Agrícola Nacional;
  - u) REN – Reserva Ecológica Nacional;
  - v) RERAE – Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas;
  - w) SRH – Sub-região homogénea;
  - x) TER – Turismo no Espaço Rural;
  - y) TH – Turismo de habitação;
  - z) UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão;
  - aa) ZEC – Zona Especial de Conservação;
  - bb) ZPE – Zona de Proteção Especial.



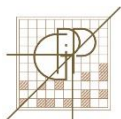
## **TÍTULO II**

### **Servidões administrativas e restrições de utilidade pública**

#### **Artigo 6.º – Âmbito e objetivos**

Regem-se pelo disposto no presente capítulo e legislação aplicável as servidões administrativas e restrições de utilidade pública à ocupação, uso e transformação dos solos, seguidamente identificadas:

- a) Recursos naturais:
  - i) Domínio público;
  - ii) Albufeiras de águas públicas;
- b) Recursos Geológicos:
  - i) Águas minerais naturais;
  - ii) Depósitos minerais:
    - (1) Pedreiras;
    - (2) Contrato de prospeção e pesquisa;
    - (3) Concessões mineiras.
- c) Recursos Agrícolas e Florestais:
  - i) RAN;
  - ii) Obras de aproveitamento hidroagrícola: AHMC (área beneficiada e infraestruturas);
  - iii) Sobreiro e azinheira;
  - iv) Regime florestal: Perímetro Florestal da Serra de Nogueira; Perímetro Florestal de Monte Morais; e Perímetro Florestal da Serra de Bornes.
- d) Recursos Ecológicos:
  - i) REN;
  - ii) Áreas protegidas: PPAA;
  - iii) RN2000:
    - (1) ZEC Rios Sabor e Mações (PTCON0021);
    - (2) ZEC Montesinho-Nogueira (PTCON002);
    - (3) ZEC Morais (PTCON0023);
    - (4) ZEC Romeu (PTCON0043);
    - (5) ZPE Rios Sabor e Mações (PTZPE0037);
    - (6) ZPE Montesinho-Nogueira (PTZPE0003).
- e) Património cultural classificado:
  - i) Imóveis classificados ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção;
- f) Infraestruturas:
  - i) Básicas;
  - ii) Rede elétrica;



- iii) Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas ainda não entregues ao município;
- iv) Estradas e Caminhos Municipais;
- v) Ferroviárias;
- vi) Marcos geodésicos;
- g) Atividades Perigosas:
  - i) Estabelecimentos com produtos explosivos e substâncias perigosas.
- h) Proteção contra Incêndios Rurais e Gestão do Fogo Rural:
  - i) Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS);
  - ii) Redes de Defesa:
    - (1) Rede primária e secundária de faixas de gestão combustível;
    - (2) Rede de pontos de água e rede nacional de postos de vigia.

### **Artigo 7.º – Regime**

- 1- As áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública regem-se, no que concerne à disciplina de uso, ocupação e transformação do solo, pelas disposições expressas no presente regulamento para a categoria de espaço sobre que recaem, condicionadas ao respetivo regime legal vigente da servidão ou restrição de utilidade pública e aplicando-se sempre o regime mais restritivo.
- 2- Por insuficiência de escala, a representação gráfica das servidões é, por vezes, indicativa, prevalecendo sempre o estabelecido na legislação específica aplicável.
- 3- Caso se identifiquem desfasamentos ou omissões entre a representação cartográfica do domínio hídrico na PC – Geral e a realidade física do território, aplicar-se-á às linhas de água existentes todas as disposições referentes à servidão administrativa, pelo que na apreciação dos pedidos de informação prévia, licenciamentos e comunicações prévias deve ser avaliada a área de intervenção da operação em função do existente in situ e promovida a correção material do PDMMC.

## **TÍTULO III**

### **Uso do solo**

#### ***SECÇÃO I – Classificação e qualificação do solo***

#### **Artigo 8.º – Classificação do solo**

- 1- Para efeitos de ocupação, uso e transformação do solo, é estabelecida a seguinte classificação:
  - a) Solo rústico, é aquele para o qual é reconhecida vocação para o aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou de lazer ou outros tipos de ocupação que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano;



- b) Solo urbano, é aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e edificação e que inclui os solos afetos à estrutura ecológica urbana necessários ao equilíbrio do espaço urbano.
- 2- Para efeitos de ocupação, uso e transformação do solo, o PDMMC, além de classificar o solo em rústico e urbano, identifica as Salvaguardas e riscos, cujos regimes são definidos no presente Regulamento num capítulo próprio, impondo disposições adicionais ao regime de utilização e ocupação.

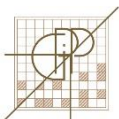
### **Artigo 9.º – Qualificação do solo**

- 1- O solo rústico integra as seguintes categorias de espaço:
- a) Aglomerados rurais;
  - b) Áreas de edificação dispersa
  - c) Espaços agrícolas;
  - d) Espaços florestais;
  - e) Espaços naturais e paisagísticos;
  - f) Espaços de infraestruturas rodoviárias;
  - g) Espaços de exploração de recursos geológicos;
  - h) Espaço de ocupação turística;
  - i) Espaço cultural.
- 2- O solo urbano integra as seguintes categorias de espaço:
- a) Espaço central;
  - b) Espaços habitacionais;
  - c) Espaços urbanos de baixa densidade;
  - d) Espaços de atividades económicas;
  - e) Espaços de uso especial.
- 3- Os espaços referidos nos números anteriores estão delimitados na PO – Classificação e Qualificação do Solo, refletindo as respetivas categorias e subcategorias, os usos neles admitidos, nos termos do presente Regulamento.

### **Artigo 10.º – Reclassificação do solo rústico em urbano**

Sem prejuízo do estabelecido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na reclassificação do solo rústico para solo urbano devem ser verificadas as seguintes condições, respeitando o disposto na legislação em vigor em relação à instalação de infraestruturas e de equipamentos de utilização coletiva, de atividades de natureza industrial, de armazenagem ou logística e respetivos serviços de apoio, bem como habitação:

- a) Quando se pretender a edificação de habitação, a área a reclassificar deve ser contígua com o solo urbano, em respeito pelas tipologias construtivas existentes;



- b) Quando a reclassificação de solo for para a instalação de atividades económicas que gerem fluxos de tráfego rodoviário pesado, deve-se garantir que esses fluxos não geram situações de incompatibilidade com espaços centrais, espaços habitacionais ou espaços urbanos de baixa densidade;
- c) Deve ser garantida a infraestruturação nos termos da legislação em vigor, privilegiando-se espaços já total ou parcialmente infraestruturados;
- d) Os parâmetros urbanísticos do espaço reclassificado são os da categoria de solo urbano equivalente em função do uso dominante.

## ***SECÇÃO II – Disposições comuns aos solos rústico e urbano***

### **Artigo 11.º – Critérios gerais de viabilização dos usos do solo**

- 1- Nos casos em que estejam cumpridas todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis à situação, as instalações referentes a usos complementares de cada categoria ou subcategoria de espaços apenas podem ser inviabilizadas quando fundamentadamente se considerar que tais instalações provocam prejuízos ou inconvenientes de ordem funcional, ambiental ou paisagística que não possam ser evitados ou eficazmente minimizados.
- 2- Sem prejuízo do cumprimento de todos os requisitos exigíveis para cada caso, a viabilização de qualquer atividade ou instalação abrangida nos usos compatíveis com o uso dominante do solo só pode ocorrer quando for considerado que de tal viabilização não decorrem riscos para a segurança de pessoas e bens, nem prejuízos ou inconvenientes de ordem funcional, ambiental ou paisagística.
- 3- Nas áreas classificadas, PPAA e Rede Natura 2000, a instalação dos equipamentos necessários à exploração de recursos energéticos apenas pode ser concretizada quando enquadrada no âmbito de autoconsumo.

### **Artigo 12.º – Determinação da edificabilidade de um prédio**

- 1- Para efeitos de aplicação do presente regulamento, a edificabilidade de um prédio e dos respetivos parâmetros de edificabilidade é a correspondente à área total de construção, com exceção de:
  - a) Espaços exteriores cobertos, tais como terraços, alpendres, telheiros e varandas;
  - b) Galerias exteriores públicas;
  - c) Outras áreas técnicas, como grupo de bombagem, postos de transformação, central térmica, compartimentos de resíduos sólidos urbanos, casa das máquinas dos elevadores, depósitos de água e central de bombagem, entre outras indispensáveis ao funcionamento do edifício;
  - d) Áreas destinadas a estacionamento e arrecadações das diferentes unidades de utilização do edifício, quando localizadas em cave.



- 2- A edificabilidade de um dado prédio é determinada pelas condições de integração urbanística e paisagística, aferida pelos parâmetros urbanísticos estabelecidos para a respetiva categoria ou subcategoria de espaço, sejam eles de ordem qualitativa ou quantitativa, condicionada às limitações impostas pelas servidões administrativas ou restrições de utilidade pública eventualmente existentes e às demais salvaguardas estabelecidas pelo PDMMC.
- 3- Quando a edificabilidade de um prédio ou conjunto de prédios for determinada pela aplicação de um índice de edificabilidade, não se consideram as áreas de construção afetas a equipamentos de utilização coletiva ou a habitação a ceder ao domínio municipal, independentemente dos usos admitidos pelo PDMMC.
- 4- No caso de um prédio integrar várias categorias de uso de solo urbano com diferentes índices de edificabilidade, a edificabilidade global resulta da aplicação de cada um daqueles índices à área abrangida pela respetiva categoria de uso do solo.
- 5- Nas situações em que é definida uma altura de fachada máxima, devem ser atendidas as seguintes condições:
  - a) A altura máxima da fachada é medida a partir da cota de soleira, admitindo-se uma elevação desta em relação ao espaço público confinante de 0,90 metros;
  - b) Em arruamentos com declive acentuado, a altura máxima da fachada é medida no ponto médio da linha de interseção da fachada do edifício com esse mesmo arruamento, não podendo essa altura ser excedida em mais de dois metros no ponto mais desfavorável;
  - c) Não se admitem andares recuados para além da dimensão definida no presente Regulamento para a altura máxima de fachada.

### **Artigo 13.º – Inserção urbanística e paisagística**

- 1- O deferimento de qualquer operação urbanística fica dependente da demonstração da adequada inserção urbanística e paisagística, devendo as novas edificações integrar-se na morfotipologia envolvente no que concerne aos valores de escala, proporção e função e ainda quanto ao ritmo, aos recuos e alinhamentos e organização volumétrica.
- 2- Os projetos relativos a operações urbanísticas a realizar em áreas não disciplinadas por PP ou operação de loteamento devem demonstrar, como condição para o seu deferimento, a sua correta inserção urbanística e paisagística, designadamente quanto à modelação do terreno, à configuração da solução urbanística e das áreas a integrar em espaço público, à implantação e configuração volumétrica das edificações.
- 3- Os projetos relativos a operações urbanísticas devem ainda incorporar, como condição para o seu deferimento e sempre que aplicável, medidas de salvaguarda devidamente especificadas destinadas a garantir:
  - a) A integração visual e paisagística dos empreendimentos, instalações ou atividades em causa, nomeadamente através da sua adaptação à morfologia natural do terreno, ao condicionamento dos tipos de materiais e da gama de cores a utilizar



- nas componentes que interfiram com o seu aspeto exterior, promovendo a harmonização com a envolvente, e à imposição de criação de cortinas arbóreas e arbustivas dentro do perímetro das parcelas que lhes sejam adstritas;
- b) O controlo dos efluentes e de quaisquer outros efeitos nocivos nas condições ambientais;
  - c) A segurança de pessoas e bens, quer no interior das áreas adstritas ao empreendimento ou atividade, quer nas áreas da envolvente exterior com que a atividade possa interferir;
  - d) A não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e a segurança da circulação nas vias públicas de acesso aos empreendimentos ou atividades situadas nas suas proximidades;
  - e) A limitação ou compensação de impactos sobre as infraestruturas.

### **Artigo 14.º – Integração e transformação de preexistências**

- 1- Consideram-se pré-existências as atividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que cumpram pelo menos uma das seguintes condições:
  - a) Não carecerem de qualquer licença ou autorização, nos termos da lei;
  - b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que o regime legal aplicável a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações sejam válidas e se mantenham eficazes;
  - c) Constituírem direitos ou expectativas legalmente protegidas durante o período da sua vigência, considerando-se como tal, para efeitos do presente Regulamento, as decorrentes de alienações em hasta pública municipal, de aprovações de projetos de arquitetura e de informação prévia favorável.
- 2- Os atos ou atividades concedidas a título precário não são considerados preexistências, nomeadamente para efeitos de renovação da validade do respetivo título ou da sua transformação em licença ou autorização definitivas.
- 3- No caso das preexistências ou nas condições das licenças, comunicações prévias ou autorizações que estavam em conformidade na anterior versão do Plano e não se conformem agora com a disciplina instituída pela atual revisão do Plano, são admissíveis alterações às mesmas que não se traduzam numa plena conformidade com a referida disciplina, desde que sejam possíveis, nos termos dos regimes legais das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública eventualmente aplicáveis ao local, nas seguintes condições:
  - a) Quando, pretendendo-se introduzir qualquer novo uso:
    - i) Das alterações resulte um desagravamento, ainda que parcial, das desconformidades verificadas quanto ao cumprimento dos parâmetros urbanísticos e/ou às características de conformação física, ou;





- ii) As alterações, não agravando qualquer das desconformidades referidas na subalínea anterior, permitam alcançar melhorias relevantes quanto à inserção urbana e paisagística ou quanto à qualidade arquitetónica da edificação.
- b) Quando, pretendendo-se realizar obras de ampliação, esta seja comprovada e estritamente necessária à viabilidade da utilização instalada ou a instalar, se respeite o disposto no artigo seguinte e não resulte agravamento das condições de desconformidade quanto à inserção urbanística e paisagística, e:
  - i) Quando afeta a habitação unifamiliar ou equipamento de utilização coletiva, com a ampliação não seja ultrapassado o dobro da edificabilidade preexistente, a altura máxima da fachada não exceda 7 metros, nem a área de implantação da construção total resultante após a intervenção seja superior a 300m<sup>2</sup>, no caso da habitação, e o índice de impermeabilização do solo não seja superior a 60% da área do prédio, sem prejuízo do estabelecido para a categoria de espaço em causa;
  - ii) Quando afeta a outros usos, a ampliação não seja superior a 50% da edificabilidade preexistente.
- 4- Em caso de sucessivas operações urbanísticas de ampliação, as condições estabelecidas no número anterior têm de verificar-se em relação à edificabilidade preexistente à primeira ampliação realizada após a entrada em vigor do presente PDMMC.
- 5- Consideram-se ainda pré-existências todas as vias e espaços públicos existentes à data da entrada em vigor do presente PDMMC independentemente de estarem representadas na PO – Classificação e Qualificação do Solo.

### **Artigo 15.º – Compatibilidade de usos e atividades**

- 1- Em qualquer prédio, localizado em solo rústico ou solo urbano, só poderão ser autorizadas atividades compatíveis com o uso dominante e estatuto de utilização estabelecidos no presente Regulamento para a categoria ou subcategoria de espaço em que se localizem.
- 2- São razões suficientes de incompatibilidade com o uso em solo urbano, fundamentando a recusa de licenciamento, autorização ou aprovação as utilizações, ocupações ou atividades a instalar que:
  - a) Deem lugar à produção de ruídos, fumos, cheiros ou resíduos que afetem as condições de salubridade ou dificultem a sua melhoria;
  - b) Perturbem gravemente as condições de trânsito e estacionamento ou provoquem movimentos de cargas e descargas que prejudiquem as condições de utilização de via pública e o ambiente local;
  - c) Acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão;



- d) Correspondam a outras situações de incompatibilidade que a lei específica considere como tal, como, por exemplo, as constantes no Regulamento do Exercício da Atividade Industrial e no Regulamento Geral do Ruído.

### **Artigo 16.º – Regimes específicos (RERAE e RRESASFL)**

- 1- São admitidas as operações urbanísticas necessárias ao licenciamento das atividades a que se refere o RERAE e o RRESASFL que tenham recebido deliberação favorável ou deliberação final condicionada na conferência decisória prevista nos diplomas que regulam aqueles regimes, independentemente da categoria de espaço onde se localizam e no estrito cumprimento das condições impostas na conferência decisória.
- 2- Quando as condições impostas na conferência decisória a que se refere o número anterior, não estão em conformidade com as disposições estabelecidas no presente regulamento para a categoria de espaço em que se localizam, as operações urbanísticas são administradas no estrito cumprimento daquelas condições.

### **Artigo 17.º - Legalização de situações de desconformidade com o Plano**

- 1- Devem ser objeto do procedimento de regularização, nos termos estabelecidos no presente artigo, as situações relativas a atividades que não se integrem no Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas a que se refere o artigo anterior, instalações e edificações fisicamente existentes que não possam ser consideradas preexistências nos termos do disposto artigo 14.º, nomeadamente:
  - a) As que não disponham de título válido e eficaz das respetivas operações urbanísticas de concretização física e não se conformem com a disciplina estabelecida pelo presente Plano, em razão da sua localização e/ou do incumprimento dos parâmetros de edificabilidade aplicáveis ao local;
  - b) As que independentemente de se conformarem ou não com a disciplina estabelecida pelo presente Plano, estejam desconformes com as condições constantes dos títulos das respetivas operações urbanísticas de concretização física ou não disponham de qualquer título dessa natureza.
- 2- A apreciação dos pedidos de regularização, na parte respeitante às eventuais desconformidades das situações com a disciplina estabelecida pelo presente Plano, realiza-se através da avaliação dos impactes da manutenção da atividade, instalação ou edificação, na perspetiva do ordenamento do território, da economia local, da saúde pública, da segurança de pessoas e bens, da salvaguarda dos recursos e valores naturais e culturais e das medidas e procedimentos a adotar que sejam suscetíveis de fazer cessar ou minimizar os eventuais impactes negativos decorrentes da referida manutenção.
- 3- Na parte respeitante à apreciação das eventuais desconformidades com a disciplina estabelecida pelo presente Plano, referida no número anterior, só pode ocorrer



posição favorável à regularização da situação se aquela considerar que se cumprem as seguintes condições cumulativas:

- a) As atividades, usos e ocupações a regularizar são, tendo em conta a sua localização, compatíveis ou compatibilizáveis com a segurança de pessoas, bens e ambiente, e com os usos dominantes da categoria ou subcategoria de espaço do local em que se situam, nos termos do disposto no artigo 15.º, podendo ocorrer, se necessário e em acordo com este artigo, a recusa de licenciamento, aprovação ou autorização em função da sua localização;
- b) A eventual inobservância dos parâmetros de edificabilidade aplicáveis ao local não provoca prejuízos inaceitáveis em termos de inserção territorial, tanto no que se refere a sobrecargas ambientais, funcionais e infraestruturais como no respeitante a impactes visuais e paisagísticos;
- c) Seja dado cumprimento às disposições respeitantes a servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, eventualmente existentes para o local;
- d) Seja garantido que a acessibilidade ao prédio se efetua por via habilitante.

### **Artigo 18.º – Demolição de edifícios**

- 1- A demolição de um edifício existente como operação urbanística autónoma, independente da definição e prévia viabilização de um novo uso ou ocupação a dar ao local, só pode ser autorizada em qualquer das seguintes situações, confirmada por prévia vistoria efetuada pelos serviços municipais competentes:
  - a) A sua manutenção colocar em risco a segurança de pessoas e bens ou a salubridade dos locais;
  - b) Constituir uma intrusão arquitetónica, urbanística ou paisagística desqualificadora da imagem do conjunto urbano ou do local onde se insere;
  - c) Manifesta degradação do seu estado de conservação, e desde que se considere que a sua recuperação não é tecnicamente possível ou economicamente viável;
  - d) Tratar-se de instalações industriais e ou de armazenagem, abandonadas ou obsoletas, sem prejuízo de poderem ser impostas a salvaguarda e manutenção de eventuais valores de arqueologia industrial;
  - e) Tratar-se de edifícios a que o MMC não reconheça interesse ou cuja manutenção considere inconveniente.
- 2- Fora das situações referidas no número anterior, só é permitida a demolição de um edifício existente concomitantemente com ou após o licenciamento ou admissão de comunicação prévia, nos termos da legislação aplicável, da construção de um novo edifício para o local ou de uma qualquer outra forma de ocupação do mesmo espaço.
- 3- O disposto nos números anteriores não derroga quaisquer condicionamentos à demolição ou modificação de edificações abrangidas por medidas legais ou regulamentares de salvaguarda do património edificado, incluindo as estabelecidas no presente PDMMC.



## **Artigo 19.º – Empreendimentos turísticos e Áreas de Serviço para Autocaravanas**

- 1- A instalação de empreendimentos turísticos, para além das condições gerais de edificabilidade dispostas no artigo 12.º, deve adotar sistemas de separação de resíduos sólidos nos edifícios e espaços exteriores com vista ao respetivo tratamento e valorização, meios de transporte internos “amigos do ambiente” e de medidas mitigadoras dos consumos energéticos nos espaços exteriores e nos edifícios, designadamente através da instalação de equipamentos de maior eficiência energética, da orientação e exposição solar dos edifícios, e da utilização de fontes de energia renovável.
- 2- Nas situações em que se admita a ampliação de edifícios existentes para TER ou TH ou se admita a ampliação ou novos edifícios para outros tipos de empreendimentos turísticos, a edificabilidade pode ser concretizada em edifícios novos não contíguos com o existente ou entre si, de forma a promover soluções mais adequadas do ponto de vista do funcionamento das várias componentes dos empreendimentos, assim como ao nível da integração urbanística e paisagística do edificado.
- 3- A instalação de Áreas de Serviço para Autocaravanas não integradas em parques de campismo e de caravanismo, admissível sempre que nos termos do presente regulamento for considerada compatível com o uso ou usos dominantes da categoria de espaços da área onde se pretenda localizar, cumpre os seguintes requisitos:
  - a) Soluções de piso permeável ou semipermeável, devendo a utilização de piso impermeável ser reduzida ao estritamente necessário para o funcionamento da estação de serviço;
  - b) Plano de integração paisagística elaborado para o efeito, que incorpore a instalação de uma cortina arbórea envolvente, com recurso a espécies autóctones;
  - c) Garantia de ligação das instalações com as infraestruturas públicas de saneamento, sem prejuízo dessas infraestruturas lhes serem dedicadas.
- 4- A intensidade turística máxima do MMC é de 1 000 camas.
- 5- Sempre que se verifiquem modificações nas circunstâncias, fatores ou elementos que, de acordo com o número anterior, a câmara municipal deve avaliar os eventuais reflexos de tais modificações no valor numérico em vigor para a mesma e, caso este se altere, promover a correspondente atualização do presente artigo através de procedimento de alteração do presente PDMMC.

## **Artigo 20.º – Estacionamento**

- 1- Nas novas construções, bem como naquelas que tenham sido objeto de ampliação superior a 50% da área total de construção original, deve ser garantido, no interior do lote ou parcela, estacionamento privado para responder às necessidades da operação urbanística em causa, nas seguintes condições:



- a) 1 lugar de estacionamento por fogo, para fogos com área inferior a 120m<sup>2</sup> e 2 lugares de estacionamento por fogo, para fogos com área igual ou superior a 120m<sup>2</sup>, no caso de conhecida a dimensão dos fogos;
  - b) 1 lugar de estacionamento por cada 120m<sup>2</sup> de edificabilidade afeta a habitação, no caso de desconhecida a dimensão dos fogos;
  - c) 1 lugar de estacionamento por fogo, quando se trate de habitação pública, de custos controlados ou de arrendamento acessível;
  - d) 1 lugar de estacionamento por cada 75m<sup>2</sup> ou 50m<sup>2</sup> de edificabilidade afeta a comércio e nunca menos de 1 lugar por unidade para estabelecimentos com área comercial, respetivamente, inferior ou superior a 1 000m<sup>2</sup>, podendo o MMC admitir outras captações em situações especiais de unidades comerciais com área superior a 2 500m<sup>2</sup>, quando justificado por estudo de tráfego competente;
  - e) 1 lugar de estacionamento por cada 75m<sup>2</sup> de edificabilidade afeta a serviços e nunca menos de 1 lugar por unidade;
  - f) 1 lugar de estacionamento por cada 5 unidades de alojamento, sem prejuízo da legislação específica aplicável sempre que esta seja mais exigente, exceto em parques de campismo e caravanismo em que o número de lugares de estacionamento deve ser função do n.º de tendas, caravanas e outras instalações ou veículos habitáveis;
  - g) 1 lugar de estacionamento por cada 20 lugares de salas de espetáculos ou outros lugares de reunião;
  - h) 1 lugar de estacionamento para veículos ligeiros por cada 150m<sup>2</sup> de edificabilidade e para os veículos pesados de 750m<sup>2</sup> de edificabilidade afeta à atividade industrial ou de armazenagem.
- 2- O MMC pode deliberar a dispensa total ou parcial do cumprimento da dotação de estacionamento privado estabelecido no número anterior, sem prejuízo da legislação específica aplicável e nas condições a definir em regulamento municipal, desde que se verifique uma das seguintes condições:
- a) O seu cumprimento implicar a modificação da arquitetura original de edifícios ou da continuidade do conjunto edificado, que pelo seu valor arquitetónico intrínseco, pela sua integração em conjuntos característicos ou em áreas de reconhecido valor paisagístico devam ser preservados;
  - b) A impossibilidade ou a inconveniência de natureza técnica, nomeadamente em função das características geológicas do terreno, dos níveis freáticos, do condicionamento da segurança de edificações envolventes, da interferência com equipamentos e infraestruturas ou da funcionalidade dos sistemas públicos de circulação de pessoas e veículos;
  - c) As dimensões do prédio ou a sua situação urbana tornarem tecnicamente desaconselhável a construção do estacionamento com a dotação exigida, por razões de economia e funcionalidade interna ou quando se trate de situações de



carácter social a definir em regulamento municipal, nomeadamente as situações da habitação pública, de custos controlados ou de arrendamento acessível.

- 3- O estacionamento público só é exigido nas operações de loteamento e nas obras de edificação de impacte relevante ou semelhante a operação de loteamento, excetuando-se destes as operações urbanísticas em que todos os lotes ou parcelas confinem com via pública existente cujo perfil ou características sejam limitadores da criação de estacionamento e desde que a dimensão e configuração do prédio inicial impossibilitem ou condicionem a criação de estacionamento público em área não adjacente à via pública existente, havendo, neste caso, lugar ao pagamento de compensação em acordo com o definido em regulamento municipal.
- 4- O estacionamento público a garantir nas operações de loteamento, operações urbanísticas de impacte relevante ou operações urbanísticas de impacte semelhante a uma operação de loteamento, como tal considerados em regulamento municipal, em que sejam criadas infraestruturas viárias, deve corresponder, no mínimo, às percentagens a seguir indicadas dos valores obtidos pela aplicação do número 1 deste artigo:
  - a) 15% dos lugares privados para habitação;
  - b) 10% dos lugares privados para comércio ou serviços, exceto no caso de unidades com área bruta locável superior a 1 000m<sup>2</sup> e cujo parque de estacionamento instalado no interior do prédio satisfaça simultaneamente o dimensionamento do estacionamento próprio e do estacionamento público;
  - c) 20% dos lugares privados para instalações industriais e armazéns.

### **Artigo 21.º – Instalação de redes públicas de infraestruturas**

- 1- No território municipal admitem-se obras de construção, requalificação ou beneficiação das redes públicas de infraestruturas, desde que:
  - a) Respeitem as disposições específicas das servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
  - b) Não coloquem em causa os bens e as salvaguardas definidos no PDMMC, nomeadamente, os bens constantes na PO – Património e as salvaguardas na PO – Salvaguardas.
- 2- Sempre que o MMC reconheça que a instalação de infraestruturas a que se refere o n.º 1 acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento locais, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos dominantes e na qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas afetadas, pode o MB impor alteração de traçados, ligações e aparatos da rede a instalar à entidade promotora.

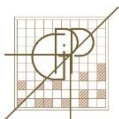


## **Artigo 22.º – Exploração de recursos energéticos renováveis**

- 1- A exploração de recursos energéticos renováveis rege-se pelo estabelecido na lei específica em vigor de cada tipologia de energia, mediante os pareceres favoráveis das entidades com competência para a supervisão do projeto e cumulativamente com o disposto nos números seguintes deste artigo.
- 2- Em solo urbano, nos aglomerados rurais, nas áreas de edificação dispersa e nos espaços de ocupação turística, as modalidades de produção devem garantir a compatibilidade com os usos admitidos na respetiva categoria de espaço e assegurar a correta integração paisagística, sendo os painéis fotovoltaicos, preferencialmente, instalados nas coberturas dos edifícios.
- 3- No restante solo rústico são admitidos todos os tipos de energia renováveis em ambiente terrestre, desde que, para o caso dos painéis fotovoltaicos, o território ocupado não seja contínuo em área superior a 5 hectares, devendo os espaços de descontinuidade ter uma largura não inferior a 100 metros, e ainda ser dado cumprimento às seguintes condições:
  - a) Não se localizem na categoria de espaços naturais e paisagísticos e nos espaços florestais de proteção;
  - b) Quando abranjam área da RAN, for devidamente justificado que não coloca em causa o potencial produtivo do solo;
  - c) Quando abranjam área da REN, for devidamente justificado que é compatível com os objetivos de proteção ecológica e de prevenção e redução de riscos naturais;
  - d) Só se admitem edifícios para a transformação e seccionamento de energia elétrica, bem como para alojamento de equipamento de segurança e controlo.

## **Artigo 23.º – Exploração de recursos geológicos**

- 1- A exploração e pesquisa de recursos geológicos regem-se pelo estabelecido na lei específica em vigor e são admitidas novas explorações nas categorias de espaço de exploração de recursos geológicos, agrícolas e florestais de produção.
- 2- Além do referido no número anterior, é permitida a instalação de edifícios de apoio às atividades extrativas licenciadas, com a área máxima de construção de 200m<sup>2</sup>, e de estabelecimentos industriais relacionados com a atividade transformadora relacionada com a atividade extrativa, com a área máxima de construção de 2 000m<sup>2</sup>, desde que não exceda 10% da área afeta ao plano de exploração.
- 3- Constituem exceção ao número anterior as instalações especiais necessárias ao desenvolvimento da atividade extrativa, desde que tecnicamente justificado.
- 4- A exploração de espaços complementares só pode ser iniciada em conformidade com o previsto nos Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística, estando neles identificadas as fases de implementação e os respetivos planos de pedreira e planos de lavra, à medida que sejam abandonadas as áreas já exploradas.

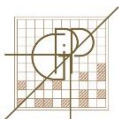


- 5- Nas Áreas Classificadas, PPAA e RN2000, a instalação de áreas de exploração de recursos geológicos, apenas pode ser concretizado através da manutenção das preexistências ou nos espaços de recursos geológicos, exceto nas situações de exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos, a sujeitar a parecer da Comissão Diretiva da PPA nos casos em que coincida com a área da tutela desta entidade.

### **Artigo 24.º – Articulação com a Rede Natura 2000**

- 1- As áreas integradas na Rede Natura 2000 no MMC pertencem às ZEC: Rios Sabor e Mações (PTCON0021), Montesinho/Nogueira (PTCON0002), Morais (PTCON0023), Romeu (PTCON0043) e às ZPE: Rios Sabor e Mações (PTZPE0037) e Montesinho/Nogueira (PTZPE0003).
- 2- No território municipal abrangido pelas ZEC e ZPE ocorrem *habitats* naturais e espécies para as quais existem objetivos de conservação e de medidas de conservação, identificadas nos seguintes números e no ANEXO I do presente Regulamento.
- 3- Na ZEC Montesinho/Nogueira, aplicam-se as seguintes medidas:
  - a) De ordenamento do território:
    - i) É interdita a edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:
      - (1) De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação e atividades agrícolas ou florestais;
      - (2) De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;
      - (3) De obras de reconstrução, demolição, conservação e ampliação desde que, no caso de construções detentoras de licença de utilização habitacional e com fins habitacionais, a área de ampliação das preexistências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300m<sup>2</sup> e, no caso de empreendimentos de turismo, a ampliação das preexistências com uso habitacional ou turístico com uma área mínima de 300m<sup>2</sup>, isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, da qual não resulte uma área de implantação superior a 1 000m<sup>2</sup>, em piso único e nucleada com uma das preexistências;
      - (4) De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território.
    - ii) Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:





- (1) A edificação em solo rústico não interdita prevista nas alíneas (1), (2) e (4) da subalínea anterior e as ampliações não interditas referidas na alínea (3), com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território, e das ampliações que não excedam 50% da área de implantação existente ou das quais não resulte uma área total de ampliação superior a 100 m<sup>2</sup>;
  - (2) A instalação de infraestruturas de energia renovável em solo rústico, excetuando:
    - (a) As localizadas nas categorias de solo rústico aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa identificadas em plano municipal de ordenamento do território;
    - (b) As instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas; e
    - (c) As unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual;
  - (3) A construção de atravessamentos e proteções marginais de linhas de água;
  - (4) A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;
  - (5) A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes, e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação, em solo rústico.
- b) De gestão:
- i) São interditos os seguintes atos ou atividades:
    - (1) Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico e as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema, exceto quando visem a proteção ou restabelecimento do ecossistema ribeirinho, incluindo razões fitossanitárias ou em situações em que estejam em causa a segurança de pessoas e bens, desde que autorizadas pelo ICNF;
    - (2) As alterações da configuração e topografia das zonas húmidas e respetiva faixa tampão, designadamente em áreas de ocorrência do tipo de habitat



3130, exceto intervenções destinadas a repor as funções ecológicas destes tipos de habitat, desde que autorizadas pelo ICNF;

- (3) A alteração entre tipos de uso agrícola nas áreas de ocorrência dos tipos de habitat 6160, 6220 e 6510, bem como de *Narcissus asturiensis*;
- (4) As mobilizações de solo no interior de formações arbóreas que constituem habitats florestais protegidos (exceto em ações de combate a incêndios florestais, na implementação de projetos devidamente aprovados pelo ICNF, ou quando previsto em planos de gestão específicos devidamente aprovados por este Instituto);
- (5) As atividades motorizadas, desportivas e recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito, em solo rústico;
- (6) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras.

ii) Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:

- (1) As arborizações e rearborizações, garantindo a sua execução de outubro a março de forma a evitar os períodos de reprodução da maioria das espécies da fauna, bem como a proteção das áreas de ocorrência de *Leuzea rhaponticoides* (*sin. Rhaponticum exaltatum*);
- (2) A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna;
- (3) As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas, em solo rústico.

4- Na ZEC Morais, aplicam-se as seguintes medidas:

a) De ordenamento do território:

i) É interdita a edificação em solo rústico, com exceção:

- (1) De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento;
- (2) De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação, turismo e atividades agrícolas ou florestais;
- (3) De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;
- (4) De obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação, desde que esta não envolva aumento de área de implantação superior a 50% da área inicial e a área total de ampliação seja inferior a 100m².

ii) Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:



- (1) A edificação em solo rústico não interdita prevista nas alíneas (1) a (3) da subalínea anterior, excetuando a que incida em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento;
  - (2) A instalação de infraestruturas aéreas ou subterrâneas de eletricidade, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de abastecimento de água e de saneamento básico, bem como de aproveitamento de energias renováveis ou similares, com exceção da instalação de unidades de produção para autoconsumo se localizadas em solo urbano ou nas outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, garantindo a não afetação do habitat 6160 e das espécies *Dianthus laricifolius subsp. marizii* e *Santolina semidentata*;
  - (3) A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;
  - (4) A abertura de novas estradas ou caminhos, ou o alargamento de existentes, em solo rústico, garantindo a não sobreposição com áreas de ocorrência do habitat 6160 e a não afetação das espécies serpentinícolas *Dianthus laricifolius subsp. marizii* e *Santolina semidentata*.
- b) De gestão:
- i) São interditos os seguintes atos ou atividades:
    - (1) A alteração entre tipos de uso agrícola nas áreas de ocorrência dos tipos de habitat 6160, 6220, 6420 e 6510;
    - (2) A realização de cortes rasos e de arranque de maciços de freixiais (habitat 91B0), de amiais (habitat 91E0), de carvalhais (habitat 9240) e de zimbrais (habitat 9560), exceto quando estiverem em causa razões fitossanitárias devidamente comprovadas pela entidade competente na matéria ou de segurança de pessoas e bens;
    - (3) Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico e as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema, exceto quando visem a proteção ou restabelecimento do ecossistema ribeirinho, incluindo razões fitossanitárias ou em situações em que possam estar em causa a segurança de pessoas e bens, desde que autorizadas pelo ICNF;
    - (4) As atividades motorizadas, desportivas ou recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito, em solo rústico;



- (5) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras.
  - ii) Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:
    - (1) O corte de matos de sobcoberto de azinhal (habitat 9340), sobreiral (habitat 9330) e zimbral (habitat 9560);
    - (2) As ações de arborização e rearborização;
    - (3) A instalação de culturas arbóreas ou arbustivas permanentes;
    - (4) As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas em solo rústico;
    - (5) A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna.
- 5- Na ZEC Romeu, aplicam-se as seguintes medidas:
- a) De ordenamento do território:
    - i) É interdita a edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:
      - (1) De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação, recreio e lazer, desporto, atividades de animação turística e atividades agrícolas ou florestais;
      - (2) De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;
      - (3) De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território;
      - (4) De obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação;
      - (5) De obras de ampliação para fins habitacionais de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, desde que a área de ampliação das pré-existências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300m<sup>2</sup>;
      - (6) De obras de ampliação para fins turísticos de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, ou com uso turístico, desde que a ampliação das pré-existências, com uma área mínima de 300m<sup>2</sup>, isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, não resulte numa área de implantação superior a 1 000m<sup>2</sup>, em piso único e nucleada com uma das pré-existências;
    - ii) É também interdito a instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;
    - iii) Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:



- (1) A edificação não interdita prevista nas alíneas (1) a (3) da alínea i), com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território e das obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação previstas na subalínea iv) da alínea a) do número anterior;
  - (2) As obras de ampliação não interditas previstas nas subalíneas v) e vi) da alínea a) do número anterior, com exceção das ampliações que não excedam 50% da área de implantação existente ou das quais não resulte uma área total de ampliação superior a 100 m<sup>2</sup>;
  - (3) A alteração do uso atual do solo rústico nas áreas ocupadas por tipos de habitat ou espécies com presença significativa na ZEC;
  - (4) A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação;
  - (5) A instalação de infraestruturas de aproveitamento de energias renováveis, com exceção:
    - (a) Das localizadas em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento do território;
    - (b) Das instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas;
    - (c) Das unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.
- b) De gestão:
- i) São interditos os seguintes atos ou atividades:
    - (1) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras;
    - (2) O depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento adequado ou de forma suscetível de causar efeitos negativos no ambiente;
    - (3) A realização de cortes rasos e de arranque de maciços de freixiais (habitat 91B0), de amiais (habitat 91E0), de carvalhal (habitat 9240) e de zimbrais (habitat 9560), com exceção, e desde que autorizadas pelo ICNF, ou devidamente comprovados pelas entidades competentes na matéria:
      - (a) Das situações em que possa estar em causa a segurança de pessoas e bens;
      - (b) Das intervenções com vista à manutenção ou melhoria da estrutura e das funções ecológicas destes tipos de habitat;
      - (c) Das intervenções motivadas por razões fitossanitárias;
    - (4) A instalação de culturas arbóreas ou arbustivas permanentes em áreas ocupadas pelo habitat 6220;



- (5) As alterações da configuração, da topografia e do uso atual do solo de zonas húmidas, incluindo as áreas de ocorrência do habitat 3150, e das respetivas faixas tampão, bem como as modificações das condições naturais de escoamento, salvo as que decorram das normais atividades agrícolas e florestais, e com exceção, desde que autorizadas pelo ICNF:
    - (a) Das situações em que possa estar em causa a segurança de pessoas e bens;
    - (b) Das intervenções destinadas à conservação de valores naturais ou à reposição das funções ecológicas destes tipos de habitat;
  - (6) As atividades motorizadas, desportivas ou recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito, em solo rústico.
- ii) Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:
- (1) Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico, as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema, salvo nas áreas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas já instalados;
  - (2) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna não classificadas como invasoras, nos termos dos requisitos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho;
  - (3) A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna;
  - (4) As ações de arborização e rearborização;
  - (5) As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas, em solo rústico.
- 6- Na ZEC do Rios Sabor e Mações, aplicam-se as seguintes medidas:
- a) De ordenamento do território:
    - i) É interdita a edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:
      - (1) De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação, recreio e lazer, desporto, atividades de animação turística e atividades agrícolas ou florestais;
      - (2) De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;
      - (3) De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto



Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território;

- (4) De obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação;
  - (5) De obras de ampliação para fins habitacionais de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, desde que a área de ampliação das preexistências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300m<sup>2</sup>;
  - (6) De obras de ampliação para fins turísticos de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, ou com uso turístico, desde que a ampliação das preexistências, com uma área mínima de 300m<sup>2</sup>, isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, não resulte numa área de implantação superior a 1 000m<sup>2</sup>, em piso único e nucleada com uma das preexistências;
- ii) É também interdito a instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada.
- iii) Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:
- (1) A edificação não interdita prevista nas subalíneas (1) a (3) da alínea i) da presente alínea a), com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território e das obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação previstas na subalínea (4) da alínea i) da presente alínea a);
  - (2) As obras de ampliação não interditas previstas nas subalíneas (5) e (6) da alínea i) da presente alínea a), com exceção das ampliações que não excedam 50 % da área de implantação existente ou das quais não resulte uma área total de ampliação superior a 100m<sup>2</sup>;
  - (3) A alteração do uso atual do solo rústico nas áreas ocupadas por tipos de habitat ou espécies com presença significativa na ZEC;
  - (4) A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação;
  - (5) A instalação de infraestruturas de aproveitamento de energias renováveis, com exceção:
    - (a) Das localizadas em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento do território;
    - (b) Das instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas;
    - (c) Das unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º



1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

b) De gestão:

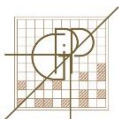
i) São interditos, em solo rústico, os seguintes atos ou atividades:

- (1) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras;
- (2) O depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento adequado ou de forma suscetível de causar efeitos negativos no ambiente;
- (3) As alterações da configuração, da topografia e do uso atual do solo de zonas húmidas e respetivas faixas tampão, bem como as modificações das condições naturais de escoamento, salvo as que decorram das normais atividades agrícolas e florestais, e com exceção, desde que autorizadas pelo ICNF:
  - (a) Das situações em que possa estar em causa a segurança de pessoas e bens;
  - (b) Das intervenções destinadas à conservação de valores naturais ou à reposição das funções ecológicas destes tipos de habitat;
- (4) As mobilizações de solo no interior de formações arbóreas que correspondam a tipos de habitats florestais 91B0, 91E0, 92A0, 9240, 9330, 9340, 9560;
- (5) As atividades motorizadas, desportivas ou recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito;
- (6) A prática de campismo, de caravanismo ou de outras formas de pernoita quando realizada fora dos locais destinados para o efeito.

ii) Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, em solo rústico, os seguintes atos e atividades:

- (1) Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico, as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema;
- (2) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna não classificadas como invasoras, nos termos dos requisitos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho;
- (3) A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna;
- (4) As ações de arborização e rearborização;





- (5) As modificações do coberto vegetal que envolvam formações de buxo (habitat 5110), zimbrais arborescentes (habitat 5210), prados oro-ibéricos de *Festuca indigestea* (habitat 6160), subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* (habitat 6220), freixiais (habitat 91B0), amiais (habitat 91E0), carvalhais (habitat 9240), salgueirais (habitat 92A0), sobreirais (habitat 9330), azinhais (habitat 9340) e/ou 9560 (zimbrais), bem como aquelas resultantes de alterações entre tipos de uso agrícola e florestal não interditas em áreas ocupadas por tipos de habitat e espécies com presença significativa na ZEC;
- (6) A instalação de culturas agrícolas permanentes;
- (7) A alteração da morfologia ou topografia do solo, designadamente através da armação do solo em socalcos, terraços ou banquetas;
- (8) A prospeção e pesquisa de recursos geológicos e a exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos;
- (9) A extração de recursos biológicos e genéticos para fins de investigação científica e monitorização;
- (10) As operações de gestão sedimentar;
- (11) O desvio ou a condução de águas, bem como a instalação de novos aproveitamentos hídricos para abastecimento público ou para rega;
- (12) As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas;
- (13) A prática de escalada e atividades afins.

### **Artigo 25.º – Articulação com o PROF-TMD**

Na gestão do solo rústico com ocupação florestal, onde se incluem terrenos ocupados com floresta, matos, pastagens espontâneas, superfícies agroflorestais e vegetação esparsa, são cumpridas, para além das disposições legais aplicáveis a cada situação, as seguintes disposições/determinações:

- a) O disposto no presente regulamento em termos de disciplina municipal de ocupação e transformação do solo nas referidas áreas;
- b) O estabelecido no PROF-TMAD, nomeadamente as disposições constantes do ANEXO II do presente regulamento que transpõem as orientações estratégicas florestais daquele programa com incidência no território do MMC.

### **Artigo 26.º – Área do Aproveitamento Hidroagrícola**

- 1- As operações urbanísticas e demais ações admitidas no solo rústico e no solo urbano não podem interferir com as infraestruturas da obra de aproveitamento hidroagrícola e respetivas faixas de proteção, nos termos do regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola.



- 2- Nas faixas de proteção às infraestruturas dos aproveitamentos hidroagrícolas, de 5 metros para cada lado das mesmas, é interdita a plantação de árvores ou a colocação de qualquer tipo de vedação ou cerca, exceto quando esta for considerada conveniente por razões ambientais, de quebra ventos ou de simples divisória de prédios rústicos, e desde que não afete a integridade dessas infraestruturas, nem dificulte os trabalhos de manutenção e conservação da rede do aproveitamento, o que é aplicável igualmente à implantação de construções ou ao exercício de outras atividades não agrícolas.
- 3- As Áreas a excluir do AHMC que se encontram representadas na PO – Salvaguardas, inseridas em solo urbano e em área de edificação dispersa em solo rústico, são objeto de exclusão do AHM e nelas, qualquer ação, construção ou utilização não exclusivamente agrícola, objeto de controlo prévio nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, carece da prévia exclusão do AHMC.

## *SECÇÃO VI – Gestão de fogos rurais*

### **Artigo 27.º – Medidas de proteção contra incêndios rurais e gestão do fogo rural**

- 1- Todas as construções, infraestruturas, equipamentos, instalações e estruturas de apoio enquadráveis no regime de edificabilidade previsto para as categorias de espaço inseridas no solo rústico, à exceção dos aglomerados ruais, devem cumprir as medidas de proteção contra incêndios rurais definidas no quadro legal em vigor e no sistema de gestão integrada de fogos rurais, designadamente:
  - a) À salvaguarda dos afastamentos às extremas do prédio;
  - b) À adoção de medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo e medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivo logradouro;
  - c) À admissibilidade de instalação das componentes da Rede de Vigilância e Detecção de Incêndios.
- 2- No solo rústico, com exceção dos aglomerados rurais, devem ser observados os condicionamentos da edificação nas Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança, ou fora destas, e respetivos regimes de exceção associados, nos termos do quadro legal em vigor.
- 3- Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de proteção já existente, ou com ela tem continuidade, a área sobreposta ou em continuidade, é contabilizada na distância mínima exigida para a proteção dessa edificação.
- 4- Dado as áreas florestais serem mutáveis, tornando a cartografia de ocupação do solo facilmente desatualizada, qualquer pretensão deve demonstrar, documentalmente, o tipo de ocupação do solo que suporte a decisão relativamente ao afastamento da



implantação proposta à extrema da propriedade, e garantir uma proteção mais rigorosa do edifício a edificação à exposição dos incêndios rurais.

## **TÍTULO IV**

### **Solo Rústico**

#### *SECÇÃO I – Disposições gerais*

##### **Artigo 28.º – Disposições comuns**

- 1- Em função da sua aptidão e uso atual, o solo rústico inclui um conjunto de categorias e subcategorias, assumindo, no entanto, os espaços agrícolas e florestais a base agrícolas, pecuárias e florestais, que permitam a diversificação e dinamização social e económica do espaço rústico.
- 2- As ações de ocupação, uso e transformação no solo rústico, incluindo as práticas agrícolas e florestais e de aproveitamento de recursos energéticos e geológicos, devem ter em conta a presença dos valores naturais, paisagísticos e arqueológicos que interessa preservar e qualificar, com vista à manutenção do equilíbrio ecológico e da preservação da identidade de Macedo de Cavaleiros.
- 3- A edificabilidade em solo rústico tem carácter excecional e só é admitida quando indispensável à atividade dominante processada no prédio em causa, devendo ser devidamente acautelado o seu impacto paisagístico, designadamente no respeito pela morfologia do terreno, nas cores e materiais de revestimento e na delimitação da propriedade, preferencialmente em muro de pedra ou em sebe viva.
- 4- As medidas de proteção contra incêndios rurais e gestão de fogo rural são definidas pelo quadro legal em vigor e no PMDFCI, ou em instrumento que o venha substituir.
- 5- Admitem-se NDT em solo rústico, desde que se localizem em espaços agrícolas, florestais ou de ocupação turística e cumpram as seguintes disposições:
  - a) São admitidas as seguintes tipologias de empreendimentos turísticos: estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, TER, TH, parques de campismo e de caravanismo, ou conjuntos turísticos que englobem as citadas tipologias;
  - b) A solução de ocupação do solo tem de promover a concentração da edificação e do índice de impermeabilização do solo, não podendo estas áreas ocupar mais de 30% da superfície do NDT;
  - c) A área de espaços verdes de utilização comum, por unidade de alojamento deve ser superior a 50m<sup>2</sup>, podendo incluir áreas integradas na EEM;
  - d) As soluções paisagísticas devem valorizar o património natural e cultural do local e da envolvente;
  - e) A estrutura verde deve ser contínua e em articulação com a EEM, quando existente no local;



- f) A área mínima do NDT é de 25 ha;
  - g) A capacidade mínima é de 60 camas;
  - h) Os empreendimentos turísticos previstos na alínea a) têm, sempre que aplicável, uma categoria mínima de 4 estrelas.
- 6- Nas áreas abrangidas pela RN2000 deve ser cumprido o disposto no ANEXO I deste Regulamento.
- 7- Nas áreas abrangidas pela PPAA, independentemente da categoria de espaço, e de modo a manter a salvaguarda de recursos e valores naturais e culturais, e a assegurar a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável da área de intervenção, aplicam-se as disposições constantes do ANEXO III deste Regulamento.

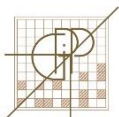
## ***SECÇÃO II – Aglomerados rurais***

### **Artigo 29.º – Identificação**

- 1- Os aglomerados rurais correspondem a lugares que conservam a estrutura e as características morfológicas originais, em regra claramente marcadas pela vivência rural.
- 2- Nesta categoria de espaço, os usos dominantes são a habitação, os empreendimentos turísticos nas tipologias de hotéis, TER e TH e as instalações de apoio a atividades localizadas em solo rústico e à função habitacional, nomeadamente, comércio, serviços e outros desde que complementares e compatíveis com a habitação.
- 3- Nos aglomerados rurais é instituído um regime de proteção que implica a preservação e conservação dos aspetos dominantes da sua imagem, nomeadamente das suas características morfológicas, incluindo a estrutura, forma de agregação, tipologia, materiais, cores e dimensão de vãos.

### **Artigo 30.º – Regime de edificabilidade**

- 1- Admitem-se obras de ampliação e nova construção, ficando a altura máxima da fachada limitada a 7 metros e dois pisos, sem prejuízo da inserção urbana e paisagística.
- 2- Quando os aglomerados rurais se encontrem maioritariamente edificados, admitem-se novas construções com vista à consolidação da malha edificada/infraestruturada, desde que se integrem harmoniosamente no tecido edificado, tendo em consideração as características morfológicas e tipológicas da envolvente, nomeadamente alinhamento e recuo, altura máxima da fachada e volumetria, de forma a contribuir para a valorização do espaço público.
- 3- Em prédios onde já exista edificação de carácter habitacional, permite-se a construção de anexos desde que a edificabilidade destes não exceda 10% da área do logradouro nem os 50m<sup>2</sup>.



- 4- Na ausência de edifícios que identifiquem características tipo morfológicas a que se deve submeter a construção, tal como definido nos números anteriores, a edificabilidade é condicionada aos seguintes parâmetros:

Usos	Índice de edificabilidade	Índice de impermeabilização (%)	N.º de pisos e altura máxima da fachada
Habitação	0,4	50	2 e 7 metros
Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais	0,4	50	1 e 7 metros
Empreendimentos turísticos nas tipologias de hotéis, TER e TH	0,45	55	2 e 7 metros
Equipamentos de utilização coletiva	0,55	65	1 e 7 metros

- (1) Está excluída dos índices de edificabilidade, a área abaixo da cota de soleira, desde que destinada a garagem, arrumos e outros espaços não habitacionais, e desde que respeite a área de implantação do edifício.

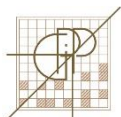
### *SECÇÃO III – Áreas de edificação dispersa*

#### **Artigo 31.º – Identificação**

- 1- As áreas de edificação dispersa correspondem a áreas sem funções urbanas prevaletentes, de ocupação rarefeita e cujo limite se pretende conter, admitindo-se um regime de edificabilidade intermédio entre o solo rústico e o urbano e privilegiando-se a sua requalificação urbanística e a ocupação dos espaços para colmatção, desde que rigorosamente salvaguardados os valores paisagísticos e naturais em presença.
- 2- O uso dominante é o habitacional, admitindo-se ainda os seguintes usos, desde que asseguradas as condições de compatibilidade estabelecidas no artigo 15.º:
  - a) Atividade agrícola e edificações de apoio às atividades agrícola e florestal;
  - b) Habitação;
  - c) Empreendimentos turísticos nas tipologias de TER e de TH;
  - d) Comércio, serviços e indústria diretamente ligados às utilizações agrícolas, pecuárias e florestais;
  - e) Equipamentos de utilização coletiva e de recreio, lazer, cultura e de suporte a atividades de animação turística.
- 3- Nestes espaços não é permitida a abertura de novos arruamentos.

#### **Artigo 32.º – Regime de edificabilidade**

- 1- Nestes espaços são mantidas as características morfológicas da ocupação inicial, essencialmente preservando a relação entre os usos existentes e a atividade agrícola.
- 2- A edificabilidade, sem prejuízo da legislação aplicável em vigor, fica sujeita aos parâmetros do seguinte quadro.



Usos	Índice de edificabilidade	Edificabilidade (m <sup>2</sup> )	Área máxima de impermeabilização (m <sup>2</sup> )	N.º de pisos e altura máxima da fachada
Apoio às atividades agrícolas e florestais	0,02	100	-	5 metros
Habitação (edifício único com um só fogo)	0,3	400	300	2 e 7 metros
Empreendimentos turísticos	0,2	-	-	2 e 7 metros
Estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços diretamente ligados à atividade agrícola, pecuária e florestal	-	500	300	2 e 7 metros
Equipamentos de utilização coletiva	-	500	300	2 e 7 metros

## SECÇÃO IV – Espaços agrícolas

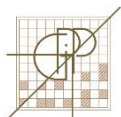
### Artigo 33.º – Identificação

- 1- Os espaços agrícolas integram a RAN, incluindo as áreas do AHMC e outras áreas com características semelhantes de reduzida dimensão adjacentes à RAN, que detêm o maior potencial agrícola do município.
- 2- A prática da atividade agrícola pode ser realizada em conformidade com o Código das Boas Práticas Agrícolas para a proteção da água contra a poluição por nitratos de origem agrícola.
- 3- O regime de edificabilidade nos espaços agrícolas é estabelecido no artigo seguinte, sem prejuízo do disposto no artigo 27.º e da legislação aplicável no PMDFCI ou em instrumento que o venha a substituir.

### Artigo 34.º – Regime de edificabilidade

- 1- A construção nova, quando permitida, fica sujeita aos parâmetros constantes do quadro seguinte:

Usos	Dimensão mínima da parcela (m <sup>2</sup> )	Valores máximos			
		Índice de edificabilidade	Edificabilidade (m <sup>2</sup> )	Índice de impermeabilização do solo	N.º de pisos e altura máxima da fachada
Habitação, desde que nas condições admitidas para a RAN	10 000	--	300	300 m <sup>2</sup>	2 e 7 metros
Instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais	A existente	0,10	2000	Área máxima de implantação acrescida de 10%	1 e 4,5 metros
Detenção caseira de espécies pecuárias	A existente	0,05	500	1% da área da parcela	1 e 4,5 metros
Estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços diretamente ligados à atividade agrícola, pecuária e florestal	10 000	--	4000	Área máxima de implantação acrescida de 20%	2 e 9 metros



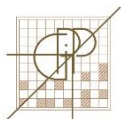
Usos	Dimensão mínima da parcela (m <sup>2</sup> )	Valores máximos			
		Índice de edificabilidade	Edificabilidade (m <sup>2</sup> )	Índice de impermeabilização do solo	N.º de pisos e altura máxima da fachada
Equipamentos de utilização coletiva e de recreio, lazer, cultura e de suporte a atividades de animação turística	A existente	0,1	200	Área máxima de implantação acrescida de 20%	1 e 4,5 metros
Empreendimentos turísticos nas tipologias de hotéis, pousadas, TER e TH	A existente	0,4	--	Área máxima de implantação acrescida de 30%	2 e 7 metros

- 2- A altura máxima da fachada definida no número anterior pode ser excecionada em instalações especiais devidamente justificadas.
- 3- Quando estejam em causa obras de ampliação da edificação existente, a área de implantação do edifício não pode sofrer um aumento superior a 50% da área inicial e não pode haver aumento do número de pisos, não podendo a edificabilidade total resultante ser superior a:
  - a) Habitação – 300m<sup>2</sup>;
  - b) Apoios à atividade às atividades agrícolas, pecuárias e florestais – 100m<sup>2</sup>;
  - c) Hotéis, pousadas, TER ou TH – 500m<sup>2</sup>.

## SECÇÃO V – Espaços florestais

### Artigo 35.º – Identificação

- 1- Os espaços florestais são áreas de uso florestal dominante, destinados prioritariamente ao aproveitamento dos recursos florestais e à salvaguarda do seu valor ambiental e paisagístico.
  - a) Áreas de uso silvopastoril, que compreende as áreas atualmente incultas ou de matos com ou sem arvoredado disperso, com diminutas potencialidades produtivas;
  - b) Áreas de uso florestal e área de uso florestal de proteção e galeria ripícola, área de uso florestal de proteção a manter;
  - c) Áreas com funções de integração ou enquadramento de infraestruturas, remate de zonas aedificandi ou recuperação de espaços cénicos ou ecossistemas desagregados.
- 2- Os espaços florestais compreendem as seguintes subcategorias:
  - a) Espaços florestais de produção, destinados prioritariamente ao aproveitamento dos recursos florestais;
  - b) Espaços florestais de proteção, destinados à salvaguarda do risco ecológico;
  - c) Espaços florestais de conservação, destinados a proteger os *habitats*;
  - d) Espaços florestais mistos de uso silvícola com agrícola, destinados maioritariamente ao aproveitamento agroflorestal;



- e) Espaços florestais de recreio e valorização da paisagem, destinados à valorização de ativos turísticos.
- 3- A ocupação e a gestão dos espaços florestais, para além das disposições legais aplicáveis a cada situação, cumprem as disposições constantes do ANEXO II do presente regulamento, do qual é parte integrante, e que materializam a compatibilização do presente PDMMC com as orientações estratégicas florestais definidas do PROF-TMAD.
- 4- As disposições a que se refere o número anterior são definidas por SRH, função, objetivos específicos, normas de intervenção e espécies florestais prioritárias.
- 5- As explorações privadas não sujeitas a Plano de Gestão Florestal dão cumprimento às seguintes normas mínimas, desenvolvidas no ANEXO II, desde que não integradas em Zona de Intervenção Florestal:
- a) Normas de silvicultura preventiva;
  - b) Normas gerais de silvicultura por SRH e por função;
  - c) Modelos de silvicultura, de acordo com as espécies a privilegiar por SRH e por função.
- 6- O regime de edificabilidade nos espaços florestais é estabelecido no artigo seguinte, sem prejuízo da legislação aplicável no PMDFCI.

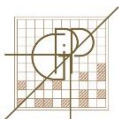
### Artigo 36.º – Regime de edificabilidade

- 1- A construção nova, quando permitida, fica sujeita aos parâmetros constantes do quadro seguinte:

Usos	Dimensão mínima da parcela (m <sup>2</sup> )	Valores máximos			
		Índice de edificabilidade	Edificabilidade (m <sup>2</sup> )	Índice de impermeabilização do solo	N.º de pisos e altura máxima da fachada
Instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais	A existente	0,05	1000	Área máxima de implantação acrescida de 10%	1 e 4,5 metros
Detenção caseira de espécies pecuárias	A existente	0,05	500	1% da área da parcela	1 e 4,5 metros
Estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços diretamente ligados à atividade agrícola, pecuária e florestal	10 000	--	4000	Área máxima de implantação acrescida de 20%	2 e 9 metros
Equipamentos de utilização coletiva e de recreio, lazer, cultura e de suporte a atividades de animação turística	A existente	0,1	200	Área máxima de implantação acrescida de 20%	1 e 4,5 metros
Empreendimentos turísticos nas tipologias de hotéis, pousadas, TER e TH	A existente	0,4	--	Área máxima de implantação acrescida de 30%	2 e 7 metros

- 2- A altura máxima da fachada definida no número anterior pode ser excecionada em instalações especiais devidamente justificadas.





- 3- Quando estejam em causa obras de ampliação da edificação existente, a área de implantação do edifício não pode sofrer um aumento superior a 50% da área inicial e não pode haver aumento do número de pisos, não podendo a edificabilidade total resultante ser superior a:
- Habitação – 300m<sup>2</sup>;
  - Apoios à atividade às atividades agrícolas, pecuárias e florestais – 100m<sup>2</sup>;
  - Hotéis, pousadas, TER ou TH – 500m<sup>2</sup>.

## ***SECÇÃO VI – Espaços naturais e paisagísticos***

### **Artigo 37.º – Identificação**

- Os Espaços naturais e paisagísticos integram os valores naturais com significado e importância relevante do ponto de vista da conservação da natureza e que se caracterizam por um grau muito elevado de sensibilidade ecológica.
- Constituiu objetivo específico a desenvolver para estes espaços, a gestão dos espaços adequada às necessidades de conservação de habitats, de fauna e de flora com as seguintes disposições:
  - Condução da regeneração natural de folhosas autóctones;
  - Restauração de ecossistemas degradados.
- Os Espaços naturais e paisagísticos integram parte da RN2000.
- O regime de edificabilidade nos espaços naturais e paisagísticos é estabelecido no artigo seguinte, sem prejuízo da legislação aplicável no PMDFCI.

### **Artigo 38.º – Regime de edificabilidade**

Quando estejam em causa obras de ampliação da edificação existente, a área de implantação do edifício não pode sofrer um aumento superior a 50% da área inicial e não pode haver aumento do número de pisos, não podendo a edificabilidade total resultante ser superior a:

- Habitação – 300m<sup>2</sup>;
- Hotéis, pousadas, TER ou TH – 500m<sup>2</sup>;
- Apoios à atividade às atividades agrícolas, pecuárias e florestais e equipamentos de utilização coletiva e de recreio, lazer, cultura e de suporte a atividades de animação turística – 100m<sup>2</sup>.

## ***SECÇÃO VII – Espaços de infraestruturas rodoviárias***

### **Artigo 39.º – Identificação**

- Os espaços de infraestruturas rodoviárias correspondem à zona da estrada potencial e envolvente do IP4/A4 e IP2.
- Nestes espaços são interditos:



- a) O uso habitacional;
- b) As alterações à morfologia do solo e do coberto vegetal para além do estritamente necessário à implantação e execução das obras respetivas.

### **Artigo 40.º – Regime de edificabilidade**

A edificabilidade admitida para cada uma destas áreas é a exigida pela própria natureza da atividade instalada, incluindo a modernização e expansão necessária, tendo como limite a correta integração urbanística em termos funcionais e paisagísticos e as servidões e restrições existentes, devendo respeitar-se, em qualquer dos casos, uma altura de fachada não superior a 10 metros, exceto no caso de instalações técnicas especiais que exijam uma altura superior.

## ***SECÇÃO VIII – Espaços de exploração de recursos geológicos***

### **Artigo 41.º – Identificação**

São espaços onde ocorre atividade produtiva significativa e que correspondem às áreas concessionadas ou licenciadas, tendo em vista o aproveitamento de recurso geológico dentro dos valores de qualidade ambiental.

### **Artigo 42.º – Ocupações, utilizações e regime**

- 1- É permitida a exploração dos recursos minerais existentes, conforme previsto na legislação em vigor.
- 2- É permitida a instalação de edifícios de apoio às atividades extrativas licenciadas, com a área máxima de construção de 200m<sup>2</sup>, e de estabelecimentos industriais relacionados com a atividade transformadora relacionada com a atividade extrativa, com a área máxima de construção de 2 000m<sup>2</sup>, desde que não exceda 10% da área afeta ao plano de exploração.
- 3- Constituem exceção ao número anterior as instalações especiais necessárias ao desenvolvimento da atividade extrativa, desde que tecnicamente justificado.
- 4- A exploração de espaços complementares só pode ser iniciada em conformidade com o previsto no Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística.

### **Artigo 43.º – Medidas de salvaguarda ambiental**

- 1- O acesso e a cessação da atividade de pesquisa e de exploração dos recursos geológicos fazem-se no âmbito do cumprimento da legislação específica em vigor.
- 2- Os Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística, previstos na legislação em vigor, são implementados por fases, de acordo com os respetivos planos de pedreira, à medida que sejam abandonadas as áreas já exploradas.



## **SECÇÃO IX – Espaço de ocupação turística**

### **Artigo 44.º – Identificação**

- 1- No espaço de ocupação turística, localizado na proximidade à albufeira do Azibo, admite-se a instalação de empreendimentos turísticos nas tipologias de aldeamentos turísticos: TER, TH, parques de campismo e de caravanismo.
- 2- O uso dominante é o inerente à atividade turística e/ou de lazer correspondente ao tipo de empreendimento em causa, sendo admissíveis todos os que são considerados como tal na legislação específica e que não sejam legalmente considerados como incompatíveis com o solo rústico, bem como instalações de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística.

### **Artigo 45.º – Ocupações, utilizações e regime**

- 1- As iniciativas de transformação de usos concretizam-se através de empreendimentos turísticos, que devem preferentemente abranger a totalidade da área de cada espaço delimitado.
- 2- O índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,8 e admite-se uma altura máxima da fachada de 7 metros e um número de pisos de 2;
- 3- Nos casos de os empreendimentos turísticos referidos nos números anteriores não pretenderem abranger a totalidade da área do polígono em que se localizam, a viabilização daqueles pode ser condicionada à demonstração, através de estudo urbanístico que abranja todo o conjunto, de que tal facto não impede ou prejudica a qualidade da ocupação da restante área com outros empreendimentos desta natureza.

## **SECÇÃO X – Espaço cultural**

### **Artigo 46.º – Identificação e regime**

- 1- O espaço cultural, correspondente ao Convento de Balsamão, procura proteger, conservar e valorizar, admitindo usos diretamente ligados de apoio à cultura, ao recreio, ao lazer, à animação turística ou outros usos.
- 2- Este espaço destina-se predominantemente a equipamentos, sendo ainda admitida a implementação de áreas verdes, de comércio e serviços, nomeadamente, estabelecimentos de restauração e bebidas e de outras infraestruturas, desde que de apoio e complementares dos usos admitidos no número anterior.
- 3- Os projetos para equipamentos têm de ser desenvolvidos atendendo às condições topográficas, morfológicas e ambientais que caracterizam o território onde se localizam e integrar-se na envolvente edificada.
- 4- Neste espaço aplica-se a todas as operações urbanísticas os seguintes indicadores:
  - a) O índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,5;
  - b) O índice de impermeabilização do solo é de 60%;



- c) O número máximo de pisos é 3 e a altura máxima da fachada são 12 metros, com exceção para as partes dos edifícios cuja natureza funcional e técnica exija alturas de fachada superiores.

## **TÍTULO V**

### **Solo Urbano**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Artigo 47.º – Disposições comuns**

- 1- Todas as obras de construção ou ampliação de imóveis devem procurar integrar-se na paisagem e na morfologia do terreno de forma harmoniosa, compatibilizando-se com as características do edificado tradicional do concelho e da região, nomeadamente em termos de cores e materiais.
- 2- Pode o MMC impedir, por razões de interesse patrimonial ou ambiental, a demolição total ou parcial de qualquer edificação, bem como o corte ou arranque de espécies vegetais e trabalhos de remodelação de terrenos.
- 3- No preenchimento das áreas não edificadas da malha urbana, a dimensão de lotes ou parcelas, as tipologias construtivas, os alinhamentos, os recuos e as alturas de fachadas permitidas devem respeitar os dominantes, tendo em consideração as características morfológicas e tipológicas da envolvente imediata, não sendo invocável a eventual existência de edifício(s) que exceda(m) a altura dominante da frente urbana em que se inserem.
- 4- Sem prejuízo do atrás referido podem ser admitidas exceções, por questões de colmatagem ou de garantia de coerência no desenho urbano e traçado arquitetónico dos edifícios.
- 5- É permitida a construção de anexos de apoio à construção principal, nomeadamente com as funções de apoio a piscinas e outros espaços de lazer, desde que, para além das disposições do Regulamento Geral das Edificações Urbanas relativas a ventilação, iluminação e afastamento, sejam observadas as seguintes regras:
  - a) Não ocuparem uma área superior a 10% da área total do lote ou propriedade em que se implantem;
  - b) Essa área não ultrapassar 50m<sup>2</sup>;
  - c) Existir em apenas um único piso;
  - d) Altura máxima da fachada não exceder 2,5 metros;
  - e) Não ter uso habitacional;
  - f) Não serem construídos entre o plano da fachada posterior da construção principal e o limite frontal do lote relativamente à via de acesso principal.



- 6- Sem prejuízo da legislação em vigor pode ser exigido que os projetos incorporem medidas de salvaguarda devidamente especificadas por forma a garantir:
  - a) O controlo de efluentes e de quaisquer outros efeitos nocivos no ambiente;
  - b) A não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e segurança da circulação nas vias públicas de acesso aos empreendimentos ou atividades situadas nas suas proximidades;
  - c) A segurança de pessoas e bens, quer no interior das áreas afetadas ao empreendimento ou atividade, quer nas áreas da envolvente exterior com que a atividade possa interferir.
- 7- Sem prejuízo de legislação em vigor consideram-se incompatíveis com o solo urbano as instalações pecuárias.
- 8- As áreas do AHMC que se encontram representadas na PO – Salvaguardas, inseridas em solo urbano, são objeto de exclusão do AHMC e nelas qualquer ação, construção ou utilização, não exclusivamente agrícola, objeto de licenciamento, autorização ou comunicação prévia nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, carece de prévia exclusão do AHMC, com o consequente pagamento do montante compensatório devido nos termos da lei em vigor.
- 9- Para as infraestruturas do AHMC localizadas em solo urbano aplicam-se as seguintes disposições:
  - a) Têm faixas de proteção de 5 metros para cada lado do seu eixo;
  - b) Nas faixas de proteção referidas na alínea anterior qualquer ocupação, utilização ou ação está condicionada a parecer prévio da entidade competente;
  - c) As operações urbanísticas a realizar em solo urbano não podem impedir a passagem da água de rega para os prédios a jusante;
  - d) Estas infraestruturas estão identificadas na PC – Geral, sendo indicativa a sua localização, pelo que a localização exata terá de ser validada pela entidade competente.

### **Artigo 48.º – Edificabilidade**

- 1- A edificabilidade em solo urbano rege-se sempre pela manutenção das características morfotipológicas dominantes da frente urbana edificada em que se insere a pretensão, designadamente, o alinhamento e recuo dominantes e a moda da altura máxima da fachada.
- 2- Constituem exceção ao número anterior as seguintes situações:
  - a) Operações urbanísticas sem continuidade imediata com as morfotipologias preexistentes nos terrenos confinantes, desde que cumpram cumulativamente as seguintes condições:
    - i) Quando, por razões de integração urbana, seja devidamente fundamentada a solução à escala do quarteirão e envolvente;
    - ii) Estabelecimento do adequado remate das preexistentes;



- iii) Estabelecimento de transição e articulação morfotipológica com as preexistências, em que o intervalo entre a edificação proposta e a preexistente é igual à média das alturas das fachadas confrontantes dessas edificações, salvo na situação de colmatação de empena existente;
  - iv) Consagração da lógica de desenho urbano numa extensão que lhe confira representatividade, de forma a não constituir um fenómeno isolado, entre as morfotipologias envolventes.
- b) A consideração de uma altura de fachada inferior à da moda da frente urbana consolidada, desde que daí não resultem situações de evidente rutura morfológica;
  - c) A ampliação para 2 pisos de edifícios localizados em frente urbana edificada com moda da altura máxima da fachada de 1 piso, quando se destinem a garantir as condições de habitabilidade exigidas no quadro legal em vigor e desde que seja garantida uma correta articulação formal com as construções existentes ou com a transformação prevista para o local;
  - d) As resultantes do estabelecimento de novos alinhamentos, recuos ou altura máxima da fachada de frentes urbanas não consolidadas, através de instrumentos de gestão territorial ou de programação da execução adequados.
- 3- No caso de impossibilidade de aplicação de características morfotipológicas dominantes referidas no número 1, nomeadamente em áreas de execução programada a consolidar ou a estruturar, são aplicáveis os parâmetros urbanísticos de carácter quantitativo definidos nas diferentes categorias do solo urbano.
- 4- Só serão licenciadas construções em prédio autónomo desde que o rebatimento da fachada do edifício confrontante com a via de acesso seja compreendido nos limites dessa mesma frente urbana, não sendo aceitáveis situações de interioridade, alinhamentos e afastamentos de fachadas dissonantes dos existentes ou dos previsíveis por força da configuração do terreno.

**Artigo 49.º - Parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e equipamentos de utilização coletiva/habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível**

- 1- Nas operações de loteamento e nas obras que respeitem a edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si que determinem, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento, são previstas áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e equipamentos de utilização coletiva ou habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível, de acordo com os seguintes parâmetros:
- a) Habitação em moradia: 20m<sup>2</sup>/fogo;



- b) Habitação coletiva, comércio e serviços: 30m<sup>2</sup>/120m<sup>2</sup> de edificabilidade de habitação, comércio ou serviços;
  - c) Indústria, logística ou armazéns: 20m<sup>2</sup>/100m<sup>2</sup> de edificabilidade de indústria, logística ou armazéns.
- 2- Os parâmetros definidos no número anterior envolvem quer as parcelas de natureza privada quer as parcelas a ceder ao MMC, em conformidade com o definido em regulamento municipal, em que a finalidade das áreas resultantes da sua aplicação é a que o MMC considerar como mais adequada para o local e conforme as necessidades territoriais.

## **CAPÍTULO II**

### **QUALIFICAÇÃO DE SOLO**

#### ***SECÇÃO I – Espaço central***

##### **Artigo 50.º – Identificação**

- 1- O espaço central corresponde à Cidade de Macedo de Cavaleiros, onde predomina ou se pretende que venha a predominar as funções direcionais e onde a malha urbana e o espaço público estão dominantemente estabilizados.
- 2- Neste espaço:
- a) Pretende-se qualificar e disponibilizar espaço público e incrementar funções terciárias, privilegiando a localização em função da proximidade a estações/paragens de transportes públicos rodoviários, sem prejuízo da indispensável função habitacional e de outras utilizações ou ocupações compatíveis.
  - b) O destino é a habitação, comércio, serviços, empreendimentos turísticos, equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes de utilização coletiva, públicos e privados, admitindo-se ainda pequenos estabelecimentos industriais e outros usos, desde que compatíveis com o uso dominante.

##### **Artigo 51.º – Regime de edificabilidade**

- 1- No espaço central e no caso da construção de edifícios não resultantes de operação de loteamento ou no caso de obras de ampliação, integrados ou não em operações de loteamento, as novas edificações dão cumprimento às seguintes condições:
- a) Assegurar os alinhamentos e recuos necessários ao reperfilamento ou correção de traçado do espaço e vias públicas existentes e ao reordenamento urbanístico da zona abrangida pela intervenção e demonstrar a correta integração urbanística da pretensão com os edifícios e zonas envolventes;
  - b) No caso da construção de novos edifícios, estes devem integrar-se na morfotipologia dominante do conjunto onde se inserem, respeitando, na ausência de alinhamentos, recuos e alturas de fachada definidos pelo MMC, os recuos e



alinhamentos dominantes da frente urbana respetiva e a organização volumétrica, o ritmo e a proporção desse conjunto, com respeito pela moda da cércea na frente urbana onde a intervenção se localiza.

- 2- Nas operações de loteamento e no espaço central programado, sem prejuízo do cumprimento das condições de execução definidas para cada UOPG, os parâmetros de edificabilidade são os seguintes:
  - a) O índice de edificabilidade não pode ser superior a 1,0;
  - b) O índice de impermeabilização do solo é de 80%.
- 3- Excetuam-se dos números anteriores as situações de colmatção, nas quais as novas construções ou ampliações de edifícios existentes respeitam os alinhamentos e recuos dos edifícios contíguos e estabelecem a articulação volumétrica desses mesmos edifícios.

## ***SECÇÃO II – Espaços habitacionais***

### **Artigo 52.º – Identificação**

- 1- Os espaços habitacionais correspondem aos aglomerados de Chacim, Lamas e Morais e são espaços onde predomina o uso habitacional, em que a malha urbana e o espaço público se encontram dominantemente estabilizados.
- 2- Nestes espaços:
  - a) Pretende-se qualificar e disponibilizar espaço público e garantir o equilíbrio entre o uso habitacional e outras utilizações ou ocupações compatíveis.
  - b) O destino é a habitação, empreendimentos turísticos, comércio e serviços, admitindo-se ainda pequenos estabelecimentos industriais e outros usos, desde que compatíveis com o uso dominante.

### **Artigo 53.º – Regime de edificabilidade**

- 1- Nos espaços habitacionais e no caso da construção de edifícios não resultantes de operação de loteamento ou no caso de obras de ampliação, integrados ou não em operações de loteamento, as novas edificações dão cumprimento às seguintes condições:
  - c) Assegurar os alinhamentos e recuos necessários ao reperfilamento ou correção de traçado do espaço e vias públicas existentes e ao reordenamento urbanístico da zona abrangida pela intervenção e demonstrar a correta integração urbanística da pretensão com os edifícios e zonas envolventes;
  - d) No caso da construção de novos edifícios, estes devem integrar-se na morfotipologia dominante do conjunto onde se inserem, respeitando, na ausência de alinhamentos, recuos e alturas de fachada definidos pelo MMC, os recuos e alinhamentos dominantes da frente urbana respetiva e a organização volumétrica,





o ritmo e a proporção desse conjunto, com respeito pela moda da cêrcea na frente urbana onde a intervenção se localiza.

- 2- Nas operações de loteamento, os parâmetros de edificabilidade são os seguintes:
  - c) O índice de edificabilidade não pode ser superior a 1,0;
  - d) O índice de impermeabilização do solo é de 80%.
- 3- Excetuam-se dos números anteriores as situações de colmatação, nas quais as novas construções ou ampliações de edifícios existentes respeitam os alinhamentos e recuos dos edifícios contíguos e estabelecem a articulação volumétrica desses mesmos edifícios.

### ***SECÇÃO III – Espaços urbanos de baixa densidade***

#### **Artigo 54.º – Identificação**

- 1- Os espaços urbanos de baixa densidade integram áreas de génese urbana, com tipologias construtivas de habitação unifamiliar de 1 ou 2 pisos, bem como áreas de génese rural caracterizadas por conjuntos edificadas coesos com valor patrimonial relevante e funções residenciais e de apoio a atividades processadas em solo rústico.
- 2- Nos espaços urbanos de baixa densidade o uso dominante é o habitacional, admitindo-se os seguintes usos diretamente ligados:
  - a) Comércio e serviços;
  - b) Empreendimentos turísticos;
  - c) Atividade agrícola e edificações de apoio.
- 3- Nestes espaços admitem-se ainda outros usos, desde que compatíveis com a função habitacional.

#### **Artigo 55.º - Regime de edificabilidade**

- 1- Quando os espaços urbanos de baixa densidade se encontrem maioritariamente edificados, as novas construções e ampliações de edifícios existentes ficam sujeitas às seguintes disposições:
  - a) Têm que se integrar harmoniosamente no tecido urbano construído, tendo em consideração as características morfológicas e tipológicas da envolvente, nomeadamente alinhamento, recuo, altura máxima da fachada, volumetria e ocupação do lote ou parcelas, tradicionais dos espaços em que se inserem;
  - b) O recuo definido pelas edificações imediatamente contíguas tem que ser respeitado, exceto em casos de reconstrução e outros em que a MMC entenda ser conveniente fixar outro, fundamentado na melhoria da rede viária;
  - c) A altura máxima da fachada é definida pela moda das alturas das fachadas dos edifícios da frente urbana do lado do arruamento onde se integra o novo edifício ou conjunto de edifícios, no troço entre duas transversais ou na frente que apresente características morfológicas homogéneas;



- d) A profundidade máxima admissível para as empenas é de 15 metros, exceto quando existem edifícios confinantes, em que a profundidade poderá ser igual à destes, desde que asseguradas as condições de exposição, insolação e ventilação dos espaços habitáveis e no caso de estabelecimentos hoteleiros em que se admite uma profundidade de 18 metros, desde que tal não dê origem a elementos dissonantes no conjunto urbano;
  - e) O índice de impermeabilização do solo tem de ser inferior ou igual a 80%, à exceção de parcelas já ocupadas na totalidade.
- 2- Nas operações de loteamento e nos espaços urbanos de baixa densidade programados, sem prejuízo do cumprimento das condições de execução definidas para cada UOPG, os parâmetros de edificabilidade são os seguintes:
- a) O índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,6;
  - b) O índice de impermeabilização do solo é de 70%.

## *SECÇÃO IV – Espaços de atividades económicas*

### **Artigo 56.º – Identificação**

- 1- Os espaços de atividades económicas destinam-se predominantemente à instalação de unidades empresariais, localizadas em áreas com boa acessibilidade às redes de comunicação e transporte, condição determinante quando conjugada com a dimensão e concentração de atividades para a criação de sinergias importantes para o desenvolvimento e competitividade do município, compreendendo três zonas distintas:
- a) Zona industrial de Macedo de Cavaleiros;
  - b) Zona oficial de Travanca;
  - c) Área de Acolhimento Empresarial de Vale de Prados.
- 2- Consideram-se como usos diretamente ligados:
- a) Comércio e serviços;
  - b) Armazenagem;
  - c) Estabelecimentos hoteleiros.
- 3- Nestes espaços não é permitida a habitação, salvo a já existente ou a adstrita ao pessoal de segurança e vigilância.
- 4- No âmbito dos usos compatíveis, admitem-se edifícios para instalação de animais domésticos, como cães, gatos ou outros.

### **Artigo 57.º – Regime de edificabilidade**

- 1- São aplicáveis os seguintes parâmetros a cada uma das zonas identificadas no número anterior:
- a) Zona industrial de Macedo de Cavaleiros:
    - i) O índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,6;



- ii) O índice máximo de impermeabilização do solo é de 80%;
  - iii) A altura da fachada não pode exceder 15 metros, exceto nas situações justificadas por razões técnicas;
  - iv) O recuo mínimo da edificação face ao limite frontal do lote é de 7,5 metros e o afastamento mínimo aos limites laterais é de 6 metros, exceto quando se trate de edificações geminadas ou em banda;
  - b) Zona oficial de Travanca:
    - i) O índice de edificabilidade não pode ser superior a 1,0;
    - ii) O índice máximo de impermeabilização do solo é de 90%;
  - c) Área de Acolhimento Empresarial de Vale de Prados:
    - i) O índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,8;
    - ii) O índice máximo de impermeabilização do solo é de 70%.
- 2- Sempre que os efluentes residuais produzidos em unidades industriais não cumpram com os parâmetros de descarga fixados para a rede pública, é obrigatório o pré-tratamento desses efluentes residuais.
- 3- Sempre que os efluentes residuais produzidos em unidades industriais não cumpram com os parâmetros de descarga fixados para a rede pública, é obrigatório o pré-tratamento desses efluentes residuais.

## ***SECÇÃO V – Espaços de uso especial***

### **Artigo 58.º – Identificação**

- 1- Os Espaços para uso especial são áreas destinadas a equipamentos estruturantes.
- 2- Nestes espaços devem ser prestados serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, nomeadamente no âmbito da saúde, da educação, da segurança social, e da segurança pública e da proteção civil, e onde devem ser facultadas as condições para a prática de atividades desportivas e de recreio e lazer, bem como de atividades culturais, podendo ainda contemplar estabelecimentos de restauração e bebidas, bem como espaços de jogo e recreio.

### **Artigo 59.º – Regime de edificabilidade**

- 1- Nos espaços que se destinam a equipamentos também se admite a implementação de áreas verdes, de comércio e serviços, nomeadamente, estabelecimentos de restauração e bebidas e de outras infraestruturas de apoio aos equipamentos.
- 2- Os projetos para equipamentos têm de ser desenvolvidos atendendo às condições topográficas, morfológicas e ambientais que caracterizam o território onde se localizam e integrar-se na envolvente edificada.
- 3- Nos espaços referidos no número 1 aplicam-se os seguintes parâmetros urbanísticos, sem prejuízo do disposto no Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação para as obras de reconstrução e alteração de edificações:



- a) O índice de impermeabilização do solo é de 70%;
- b) O índice edificabilidade não pode ser superior a 0,7;
- c) O número máximo de pisos é 3 e a altura máxima da fachada são 12 metros, com exceção para as partes dos edifícios cuja natureza funcional e técnica exija alturas de fachada superiores.

## **TÍTULO VI**

### **Salvaguardas**

#### **CAPÍTULO I**

##### **AMBIENTAL**

#### ***SECÇÃO I – Estrutura Ecológica Municipal***

##### **Artigo 60.º – Identificação e objetivos**

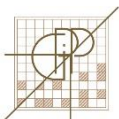
- 1- A Estrutura Ecológica Municipal (EEM), identificada na PO – Salvaguardas e detalhada na Planta de Estrutura Ecológica Municipal, é constituída por um conjunto de áreas com características biofísicas e paisagísticas especiais que desempenham um papel determinante no equilíbrio ecológico e ambiental do território, contribuindo para a valorização dos valores naturais e paisagísticos e promovendo a estruturação das atividades urbanas e rurais de forma integrada e sustentável, incorporando as áreas afetadas à rede fundamental de conservação da natureza no território do município e incluindo a totalidade da REN.
- 2- A EEM, para efeitos de aplicação do presente regulamento, é constituída por três macrocomponentes, às quais correspondem diferentes níveis de proteção:
  - a) Estrutura Ecológica Fundamental (EEF), engloba os valores naturais associados à ZEC Morais, à ZEC e ZPE dos Rios Sabor e Maças, à ZEC de Romeu, ZEC e ZPE Montesinho/ Nogueira, à PPAA, outros valores cuja conservação deve ser assegurada, espaços fundamentais para o bom funcionamento do ciclo hidrológico e para minimização dos riscos e vulnerabilidades, bem como os corredores ecológicos de interesse regional definidos pelo PROF-TMAD e associados aos principais elementos naturais lineares, promovendo a estruturação dos sistemas ecológicos, o *continuum naturale* e a prestação de serviços dos ecossistemas;
  - b) Estrutura Ecológica Urbana e Sociocultural (EEUS), abrange a estrutura à escala humana, integrando os espaços que, para além de apresentarem qualidades ecológicas e ambientais, possuem valências culturais e sociais capazes de contribuir para a melhoria de qualidade de vida da população, para a valorização elementos paisagísticos identitários, para a qualificação paisagística e para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, assegurando também a coesão entre os espaços rústicos e urbanos;



- c) Estrutura Ecológica Complementar (EEC), integra as áreas da REN que não se enquadram na EEF nem na EEUS e que, devido às suas características, desempenham funções complementares e não fundamentais.
- 3- Os principais objetivos e funções da Estrutura Ecológica Municipal são:
  - a) Manutenção ou incremento da biodiversidade através da proteção, criação, ligação e gestão dos habitats;
  - b) Proteção, recuperação e gestão dos recursos hídricos;
  - c) Potenciação das atividades de recreio relacionado com a oportunidade dos recursos naturais;
  - d) Proteção e valorização dos recursos históricos e paisagísticos;
  - e) Contenção urbanística.
- 4- A EEF é formada pelo conjunto das seguintes componentes:
  - a) Corredores Ecológicos;
  - b) Sistema Ripícola;
  - c) Sistema de Valores Naturais;
  - d) Sistema Montanhoso.
- 5- A EEUS é formada pelo conjunto das seguintes componentes:
  - a) Rede de Mobilidade Suave e de Fruição da Paisagem;
  - b) Corredores Verdes;
  - c) Espaços de Valorização Recreativa;
  - d) Espaços de Valorização Geomorfológica;
  - e) Espaços de Valorização Cultural;
  - f) Espaços de Visualização da Paisagem.
- 6- A EEC é formada pelas outras áreas abrangidas pela REN.

### **Artigo 61.º – Regime da EEM**

- 1- Nas áreas abrangidas pela EEM aplica-se o regime das diferentes categorias e subcategorias de espaços definidas, condicionadas ao respetivo regime legal vigente de qualquer servidão ou restrição de utilidade pública, caso se aplique.
- 2- Na macrocomponente EEF são interditas as seguintes ações:
  - a) Operações de urbanização e de edificação, exceto as que se enquadrem em ações admissíveis nos regimes específicos da RAN ou da REN, ou quando justificadas para a implementação de empreendimentos turísticos, de equipamentos ou de infraestruturas de apoio turístico, lúdico e/ou pedagógico, desde que garantam a devida integração paisagística e continuidade ecológica;
  - b) Alterações da topografia e/ou do coberto vegetal, exceto aquelas que visem a melhoria ecológica, a melhoria ambiental, a minimização dos riscos potencialmente associados e as alterações que se enquadrem na alínea anterior, desde que garantam a harmonia com o terreno envolvente;



- 3- Na macrocomponente EEF, a edificabilidade, quando permitida nos termos estabelecidos para as diferentes categorias de espaços, fica limitada às utilizações e condições seguintes:
- a) Ampliação e reconstrução dos edifícios existentes conforme o artigo referente às legalizações e às preexistências;
  - b) Concretização da ampliação e reconstrução referida na alínea anterior pode acontecer através da construção de novos edifícios não contíguos ao existente, quando destinados a empreendimentos turísticos, desde que promovam a correta integração urbanística e paisagística;
  - c) Adaptação de construções existentes para empreendimentos turísticos (hotéis, pousadas, TER e TH), bem como para atividades culturais, de recreio, lazer e/ou de animação turística associadas ao aproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas.
- 4- Na macrocomponente EEUS são interditas as seguintes ações:
- a) Realização de intervenções que afetem a integração paisagística ou provoquem desarmonia na paisagem existente;
  - b) Artificialização das linhas de água naturalizadas, podendo excetuar-se pequenos troços cuja intervenção seja indispensável por motivos de interesse público e desde que sujeita a parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente;
  - c) Impermeabilização espaços verdes existentes, excetuando a impermeabilização devido à instalação de estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e as atividades de animação turística, que não deverão exceder os 20% do espaço atualmente permeável;
  - d) Usos que originem ruídos, poluição e degradação da qualidade ambiental;
  - e) Afetação da continuidade ecológica.
- 5- Cumulativamente ao disposto nos números anteriores, a aplicação do regime de uso do solo deve privilegiar as orientações definidas no ANEXO IV do presente regulamento, aplicáveis às respetivas macrocomponentes e componentes e da EEM.

## ***SECÇÃO II – Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo***

### **Artigo 62.º – Regime de salvaguarda**

- 1- A Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA) está delimitada na PO – Salvaguardas.
- 2- Correspondem a espaços dentro da PPAA, aqueles que estabelecem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de maior sensibilidade ambiental, mas que também podem incluir elementos naturais e paisagísticos relevantes, com interesse conservacionista.
- 3- Nas áreas integradas na PPAA:
  - a) Pretende-se:



- i) A exploração e melhoramento dos recursos agrossilvopastoris, nomeadamente melhoramento de pastagens, bem como ao aproveitamento dos recursos naturais em apresentação através de sistemas agrossilvopastoris mais ou menos intensivos;
- ii) Implementar modelos de gestão florestal ambientalmente sustentáveis que permitam aumentar o valor natural e paisagístico destes espaços;
- b) Não são permitidas quaisquer ações que destruam o coberto vegetal ou diminuam as características ou valor biológico e florístico dos ecossistemas, nomeadamente, arranque ou corte, mesmo pé a pé, de árvores ou arbustos, danificação por fogo, ou outros agentes estranhos à dinâmica natural dos sistemas vegetais em causa;
- c) As operações culturais permitidas são apenas a extração de cortiça nos sobreiros já instalados, de acordo com a legislação em vigor que estabelece medidas de proteção ao montado de sobro, e eventuais ações de reflorestação, com uso das mesmas espécies, em caso de danificação do arvoredo, desde que supervisionadas pela entidade competente;
- d) Admitem-se atividades recreativas e respetivas infraestruturas, nomeadamente recintos desportivos, parques de merendas, estacionamento ou outros usos, desde que não comprometam a função estruturante e a integridade das manchas arbóreas aí presentes;
- e) Destinam-se essencialmente a salvaguardar a tranquilidade para as atividades de repouso e alimentação de aves aquáticas e a garantir a manutenção dos processos naturais em estado de perturbação mínima, bem como a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos;
- f) Deve-se manter o coberto vegetal natural, incluindo matos e carvalhais, apenas sendo admitidas alterações decorrentes de intervenções de prevenção e combate de incêndios, bem como, do desenvolvimento de ações de conservação da natureza conduzidas ou autorizadas pela entidade competente;
- g) Excetua-se da alínea anterior, a área correspondente à ilha denominada Cabeço do Fidalgo, na qual apenas são permitidas ações de conservação da natureza e atividades de investigação, monitorização e educação, mediante autorização da entidade competente;
- h) Sem prejuízo do disposto das alíneas anteriores, são ainda interditas as seguintes atividades:
  - i) A instalação de povoamentos florestais para exploração silvícola intensiva e os cortes rasos dos povoamentos existentes;
  - ii) A construção de novas infraestruturas viárias;
  - iii) A circulação a pé, a cavalo ou em bicicleta fora dos caminhos existentes, com exceção de pessoas ao serviço da PPAA, dos proprietários dos terrenos sitos nesta categoria, no contexto de trabalhos de investigação científica e em ações



de educação e animação ambiental autorizadas pela entidade competente, e em ações de combate a incêndios, socorro e vigilância;

iv) As alterações na rede de drenagem natural.

### ***SECÇÃO III – Áreas de apoio balnear***

#### **Artigo 63.º – Regime de salvaguarda**

Na PO-Salvaguardas estão delimitadas as áreas de apoio balnear, compreendendo a praia fluvial e os respetivos equipamentos de apoio, nas seguintes condições:

- a) Os equipamentos têm carácter amovível, dando cumprimento aos seguintes parâmetros:
  - i) Admitem-se equipamentos de recreio ou lazer, estabelecimentos comerciais e de restauração e bebidas de apoio à atividade balnear e parques de campismo;
  - ii) O índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,06 da área de apoio balnear;
  - iii) A altura máxima da fachada é de 5 metros e 1 piso;
- b) Não são admitidos pavimentos que impermeabilizem o solo.

## **CAPÍTULO II**

### **RISCOS**

#### **Artigo 64.º - Zonas ameaçadas pelas cheias**

Consideram-se zonas ameaçadas pelas cheias as áreas atingidas pelas cheias de um curso de água calculadas para um período de retorno de 100 anos ou as provenientes de estudos posteriores à publicação do PDMMC aprovados pela tutela e que integram a REN, aplicando-se-lhes o regime desta servidão.

#### **Artigo 65.º – Zonas inundáveis**

- 1- Consideram-se zonas inundáveis as áreas atingidas pelas cheias de um curso de água calculadas para um período de retorno de 100 anos, delimitadas na PO – Salvaguardas ou provenientes de estudos posteriores à publicação do Plano e aprovados pela APA.
- 2- Qualquer ação de edificação ou demolição em zonas inundáveis, carece de autorização/parecer prévio da APA.
- 3- Nas áreas delimitadas como zonas inundáveis na PO – Salvaguardas é interdita a realização de construções ou a execução de obras suscetíveis de constituir obstrução à livre circulação das águas, com exceção de:





- a) Construções que correspondam à substituição de edifícios existentes, licenciados nos termos legalmente exigidos, a demolir;
  - b) As obras de ampliação ou obras de construção precedidas de demolição e que visem exclusivamente retificações volumétricas e alinhamento de fachadas e/ou com a altura máxima da fachada dominante;
  - c) Edificações que constituam complemento indispensável de outras já existentes e devidamente licenciadas, bem como ampliação de edifícios com vista ao estabelecimento de condições de habitabilidade mínima, nomeadamente de necessidades básicas de acessibilidade, segurança e salubridade consagradas legalmente;
  - d) Construções que correspondam à colmatção de espaços vazios na malha urbana consolidada;
  - e) Os equipamentos e apoios às zonas de recreio e lazer, bem como infraestruturas associadas, desde que sejam estruturas ligeiras e não exista localização alternativa.
- 4- Nas áreas delimitadas como zonas inundáveis é ainda interdita:
- a) A construção de edifícios sensíveis, nos termos do Regime Jurídico da Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundação, designadamente, equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, lares de idosos, de reclusão, edifícios com importância na gestão de emergência e de socorro, armazenamento de produtos perigosos e poluentes, estabelecimentos industriais abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves, estabelecimentos industriais perigosos que estejam obrigados por lei ao dever de notificação e à apresentação de um relatório de segurança, bem como qualquer obra de edificação a eles relativa que agrave a suscetibilidade de ocorrência de inundações;
  - b) A edificação de empreendimentos turísticos;
  - c) A construção de caves, qualquer que seja a utilização prevista;
  - d) A criação de novas unidades funcionais, sempre que à mesma esteja associada o aumento de risco;
  - e) A alteração de uso, sempre que à mesma esteja associada o aumento de risco;
  - f) Usos e ações passíveis de comprometer o estado das massas de água;
  - g) A execução de aterros que possam agravar o risco de inundação;
  - h) A destruição do revestimento vegetal e a alteração do relevo natural, com exceção da prática de culturas tradicionalmente integradas em explorações agrícolas e das ações que visem promover o controlo das cheias e a infiltração das águas, bem como do estritamente necessário à instalação das ações previstas no número anterior;
  - i) Qualquer ação que conduza à alteração do sistema natural de escoamento por obstrução à circulação das águas, com exceção do estritamente necessário à instalação das ações previstas no número anterior;



- j) A realização de intervenções suscetíveis de aumentar o risco de inundação.
- 5- Nas zonas inundáveis, desde que legal e tecnicamente fundamentado, e sem prejuízo dos restantes números do presente artigo, são passíveis de aceitação:
- a) As ações que tenham como objetivo promover o controlo de cheias e a infiltração das águas;
  - b) A construção de infraestruturas de saneamento e da rede elétrica;
  - c) A implantação de infraestruturas indispensáveis ou a realização de obras de correção hidráulica, bem como de instalações adstritas a aproveitamento hidroagrícola e hidroelétrico;
  - d) A realização de obras hidráulicas, de infraestruturas viárias, portuárias e de recreio e estacionamento, de manifesto interesse público;
  - e) Abertura de trilhos e caminhos pedonais/cicláveis, incluindo pequenas estruturas de apoio;
  - f) Outras ações que cumpram o disposto no ponto seguinte.
- 6- A realização das ações previstas nos números anteriores fica condicionada à observância cumulativa dos seguintes princípios gerais e condições:
- a) Seja demonstrada a inexistência de alternativa de localização;
  - b) Seja comprovada a eliminação ou o desagravamento do risco para pessoas e bens e da afetação dos valores e recursos naturais a preservar;
  - c) A cota do piso inferior da edificação seja superior à cota da cheia definida para o local e, caso não seja possível, nas operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio devem ser adotadas medidas adequadas de proteção contra inundações devendo, para o efeito, os requerentes ou os projetistas demonstrar a compatibilidade da operação com o risco associado;
  - d) Sempre que possível não é permitida a pernoita no piso inferior à cota de cheia definida para o local;
  - e) Seja demonstrado que não resulta agravada a vulnerabilidade à inundação, incluindo nos edifícios confinantes e na zona envolvente;
  - f) Seja observado o cumprimento das normas de segurança decorrentes do regime específico e garantindo a estabilidade dos edifícios a construir e dos que se localizam na sua envolvente próxima;
  - g) Seja assegurada a não obstrução da livre circulação das águas e que não resulte agravado o risco de inundação associado, devendo este risco de inundação ser entendido como a combinação da probabilidade de ocorrência de inundações, tendo em conta a sua magnitude, e das suas potenciais consequências prejudiciais para a saúde humana, o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas;
  - h) Os efeitos das cheias sejam minimizados através de normas específicas, sistemas de proteção e drenagem e medidas para a manutenção e recuperação de



condições de permeabilidade dos solos, nomeadamente, com utilização preferencial de materiais permeáveis e semipermeáveis;

- i) Nos títulos de utilização, bem como nas autorizações de utilização a emitir para as construções localizadas em área com risco de inundação, é obrigatória a menção da inclusão da edificação em zona inundável, bem como de eventuais obrigações assumidas com vista a demonstrar a compatibilidade dos usos face ao regime de cheias e inundações;
  - j) Assegurar que, no caso de haver danos sobre as ações realizadas por particulares, não poderão ser imputadas à Administração eventuais responsabilidades pelas obras de urbanização, construção, reconstrução ou ampliação em zona inundável, e que estas não poderão constituir mais-valias em situação de futura expropriação ou preferência de aquisição por parte do Estado.
- 7- As zonas inundáveis em solo urbano, sem prejuízo do regime das áreas incluídas na REN, destinam-se predominantemente à instalação de parques e jardins públicos com um nível elevado de permeabilidade do solo.

### **Artigo 66.º – Zonas de infiltração máxima**

Nas zonas de infiltração máxima, sem prejuízo de outros condicionamentos estabelecidos por normas legais ou regulamentares aplicáveis, ficam interditas as seguintes atividades e instalações, com a exceção de ampliações:

- a) Oficinas de automóveis, postos de abastecimento e áreas de serviço de combustíveis, exceto se verificadas condições que impeçam a contaminação dos lençóis freáticos por rejeição no solo ou nos recursos hídricos de matéria suscetível de provocar essa contaminação;
- b) Depósito de materiais radioativos, de hidrocarbonetos e de resíduos perigosos;
- c) Aterros sanitários, incluindo quaisquer tipos de aterros para resíduos perigosos, não perigosos ou inertes;
- d) Unidades industriais suscetíveis de utilizarem ou produzirem substâncias tóxicas, persistentes e passíveis de bioacumulação, que, de forma direta ou indireta, possam vir a alterar a qualidade dos recursos hídricos;
- e) Operações de gestão de resíduos;
- f) Construção de cemitérios;
- g) Implantação de estações de tratamento de águas residuais urbanas ou industriais, exceto na ausência de alternativas e desde que viabilizadas, nos termos do regime legal aplicável;
- h) Implantação de sistemas autónomos de águas residuais com rejeição no solo ou nos recursos hídricos;
- i) Em exceção do disposto na alínea anterior, admite-se as soluções autónomas já existentes e licenciadas, desde que não se detete alteração na qualidade dos recursos hídricos, cuja origem seja comprovadamente dessas fontes de contaminação;



- j) Instalações de armazenamento de substâncias suscetíveis de se infiltrarem e contaminarem as águas subterrâneas.

### **Artigo 67.º - Estabelecimento com produtos explosivos e substâncias perigosas**

- 1- A 240 metros da localização pontual dos estabelecimentos com produtos explosivos e substâncias perigosas, identificadas na PO – Salvaguardas, caso não tenham a servidão e restrição de utilidade pública legalmente estabelecida, é interdita a construção de edifícios destinados a habitação, a empreendimentos turísticos, a criação de locais de utilização pública e a abertura de vias de comunicação.
- 2- A disciplina constante do número anterior cessa com a entrada em vigor do ou dos diplomas que estabeleçam a servidão e restrição de utilidade pública.

### **Artigo 68.º – Zonamento acústico**

- 1- A classificação acústica e as áreas de conflito ou de sobre-exposição ao ruído, decorrentes do Mapa de Ruído elaborado para o MMC, encontram-se identificadas na PO – Salvaguardas.
- 2- As operações urbanísticas a realizar em zonas sensíveis e mistas devem respeitar os valores limites de exposição estabelecidos legalmente, tendo como referência os indicadores de ruído diurno-entardecer-noturno (Lden) e indicador de ruído noturno (Ln), expressos em dB(A), definidos de acordo com o Regulamento Geral do Ruído.
- 3- As zonas de conflito identificadas, em que o ruído exterior ultrapassa os limites previstos no Regulamento Geral do Ruído, devem ser objeto de Planos Municipais de Redução de Ruído.
- 4- Os recetores sensíveis isolados, existentes e propostos, são equiparados, em função dos usos existentes na sua proximidade, a zonas mistas.
- 5- Para efeitos do disposto neste artigo, poderá ser exigida aos interessados a recolha de dados acústicos da zona e o respetivo mapa acústico, observada a natureza do empreendimento.

## **CAPÍTULO III**

### **INSTITUÍDAS PELO PLANO**

### **Artigo 69.º – Identificação e regime de salvaguarda**

- 1- No domínio das infraestruturas de abastecimento e drenagem de águas residuais:
  - a) É interdita a construção ao longo de uma faixa de 5 metros, medida para cada lado do eixo das condutas de adução/adução-distribuição de água e dos emissários de esgotos, salvo quando estas se encontrem já instaladas em áreas



- urbanas estruturadas, onde poderão ser mantidos os alinhamentos das construções existentes;
- b) É interdita a construção ao longo de uma faixa de 1 metros, medida para cada lado do eixo das condutas distribuidoras de água e dos coletores de águas residuais ou pluviais;
  - c) É interdita a plantação de árvores ao longo de uma faixa de 10 metros, medida para cada lado do eixo das condutas de água e dos emissários de esgotos de águas residuais ou pluviais, quando em solo rústico.
- 2- Nas áreas identificadas na PO – Salvaguardas, como áreas a excluir do aproveitamento hidroagrícola, rege-se o seguinte:
- a) Devem ser objeto do procedimento de exclusão de área beneficiada no prazo máximo de sete anos a contar da data de entrada em vigor do presente Plano;
  - b) Devem também, se objeto de procedimento de exclusão, em termos semelhantes aos referidos no número anterior, os prédios inseridos nas áreas beneficiadas pelos Aproveitamentos Hidroagrícolas aí mencionados nos quais existam edificações.
  - c) Quando, esgotado o prazo estabelecido no número 1, não tenham sido objeto de procedimento de exclusão da área beneficiada ou, embora iniciado, esse procedimento de exclusão não esteja concluído, cessam os efeitos da classificação como solo urbano das áreas referidas no número 1 classificadas como tal no presente Plano, devendo o município desencadear um procedimento de alteração do mesmo com vista a integrar tais áreas em solo rústico, na categoria de espaços agrícolas.
- 3- Na rede rodoviária proposta, identificada na PO – Salvaguardas, define-se uma faixa de proteção de 25 metros, medidos para um e outro lado do eixo da via, enquanto não estiver aprovado o respetivo estudo prévio.
- 4- Nas faixas referidas no número anterior, o MMC pode estabelecer condicionamentos à ocupação que tenham como objetivo a salvaguarda da exequibilidade das vias.
- 5- Caso haja alteração do traçado proposto no PDMMC para as vias propostas referidas no número 3, a faixa de proteção é transposta para o novo traçado por alteração do PDMMC.

## **CAPÍTULO IV**

### **PATRIMÓNIO CULTURAL**

#### **Artigo 70.º – Identificação**

- 1- O património cultural integra todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, designadamente histórico, arquitetónico, arqueológico, etnográfico, devem ser objeto de especial



proteção e valorização dado refletirem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

- 2- Consideram-se bens imóveis classificados e em vias de classificação os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem interesse cultural de âmbito nacional, público ou municipal.
- 3- O património cultural referenciado no concelho, está identificado no ANEXO VI do presente Regulamento, na PO – Património e na PC – Geral.

### **Artigo 71.º – Património classificado e em vias de classificação**

- 1- Os bens imóveis classificados e respetivas zonas de proteção (zonas gerais de proteção (ZGP) e zonas especiais de proteção (ZEP)), encontram-se assinalados na PC – Geral e na PO – Património.
- 2- As intervenções admitidas e as medidas de proteção aos bens imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção são as decorrentes da legislação em vigor sobre esta matéria.
- 3- Todos os imóveis/conjuntos/sítios que, após a entrada em vigor do presente Regulamento, venham a ser objeto de classificação, ou se inicie o procedimento de classificação, passam automaticamente a constituir servidão administrativa eficaz, nos termos da lei e a reger-se pelo disposto no presente artigo, sendo as peças gráficas objeto de atualização automática em caso de inclusões ou alterações publicadas em Diário da República.

### **Artigo 72.º – Património arqueológico**

- 1- Os sítios arqueológicos, bem como as áreas de proteção, identificados na PO – Património e no ANEXO V, compreendem áreas definidas com base em intervenções arqueológicas ou achados devidamente localizados.
- 2- Sempre que a realização de intervenções arqueológicas e novos achados determinem a reformulação ou o estabelecimento de novos sítios arqueológicos, procede-se à atualização da PO – Património e à sua publicação em acordo com os procedimentos inerentes à alteração do PDMMC.
- 3- As operações urbanísticas integradas em sítios arqueológicos e nas respetivas áreas de proteção só é possível após a aprovação de um relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos, no qual constem as medidas de salvaguarda.
- 4- Nos sítios arqueológicos a que se refere o n.º 1 e identificados no ANEXO V ao presente regulamento, a realização de quaisquer trabalhos que impliquem revolvimento de solo e subsolo são sujeitos a parecer vinculativo da entidade de tutela, que determina a necessidade de realização prévia de trabalhos arqueológicos.



### **Artigo 73.º – Vestígios arqueológicos**

- 1- Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, à superfície, no solo, no subsolo ou em meio aquático, encharcado ou húmido, durante a realização de qualquer operação urbanística ou implementação de projeto de outra natureza, é dado cumprimento ao estabelecido na lei, designadamente:
  - a) Os trabalhos que impliquem o revolvimento de solo e movimentação de terras, construção ou colocação de plataformas sob o solo, são imediatamente suspensos;
  - b) Os trabalhos só podem ser retomados após parecer do MMC e da entidade de tutela competente.
- 2- Na eventualidade da execução de trabalhos arqueológicos, pode ser solicitada a suspensão, nos termos legais, a contagem dos prazos para efeitos de validade da licença da operação urbanística em causa.
- 3- A suspensão dos trabalhos a que se refere a alínea b) do número 1 do presente artigo tem como consequência a prorrogação automática da licença de obra, por tempo equivalente ao da suspensão.

### **Artigo 74.º – Património arquitetónico**

- 1- Nestes bens, o licenciamento ou comunicação prévia de operações urbanísticas e a execução de quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os planos de vedação ou de fachada dominante e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios, fica condicionado às seguintes disposições:
  - a) Os projetos de arquitetura são obrigatoriamente subscritos por um arquiteto;
  - b) Toda a intervenção deve ter como primeiro objetivo a valorização do bem patrimonial imóvel em causa, só sendo admitida qualquer ampliação quando seja garantida a recuperação do mesmo.
- 2- Nos núcleos antigos, qualquer intervenção deve respeitar os seguintes princípios:
  - a) Nas situações em que existem edifícios considerados como de valor patrimonial, para além da salvaguarda do bem imóvel, importa valorizar a identidade e a imagem do conjunto onde esses edifícios se inserem, devendo qualquer intervenção contribuir para a valorização e promoção do património inventariado;
  - b) Nas situações em que não existem edifícios de valor patrimonial, importa valorizar a coesão do conjunto e incentivar a reabilitação dos edifícios que o compõem.
- 3- Quando, por incúria ou abandono, os edifícios a que se refere o número 1 se tornem de impossível recuperação ou sejam demolidos sem autorização do MMC, as novas edificações terão uma redução de 20% da edificabilidade preexistente.
- 4- A demolição de Imóveis de Interesse Patrimonial Municipal só é aceite quando seja considerada como necessária à execução de equipamentos ou infraestruturas da competência do MMC, casos em que a demolição será objeto de discussão pública promovida nos termos definidos para os PP.



## **Artigo 75.º – Património geológico**

- 1- Na sequência do MMC ser reconhecido como Geoparque Terras de Cavaleiros estão identificados na PO – Património e inventariados no ANEXO VII os valores a salvaguardar.
- 2- Os geossítios correspondem a uma localização pontual ou poligonal, tendo no caso da localização pontual uma área de salvaguarda de 25 metros.
- 3- Nos geossítios delimitados por polígonos e nas áreas de salvaguarda são interditos, para além de outros cuja interdição decorra da legislação específica, os seguintes atos e atividades:
  - a) Os trabalhos de remodelação de terrenos, como definidos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;
  - b) A pesquisa, a exploração, o corte e a extração de recursos geológicos, à exceção dos recursos hidrogeológicos e geotérmicos;
  - c) A colheita de amostras geológicas, nomeadamente fósseis e minerais, com exceção das realizadas para fins exclusivamente científicos;
  - d) A abertura de novas vias de acesso, salvo as reconhecidas como imprescindíveis no âmbito do PMDFCI;
  - e) A instalação de infraestruturas de produção de energia elétrica exceto em sistemas de microprodução.
- 4- Os atos referidos nas alíneas a) e d) serão admitidos quando promovidos pelo MMC para melhoria das condições de circulação viária existentes, desde que não degradem os elementos geológicos dos geossítios.

## **TÍTULO VII**

### **Rede de transportes**

#### ***SECÇÃO I – Rede ferroviária***

##### **Artigo 76.º – Identificação**

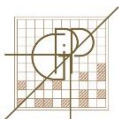
- 1- A rede ferroviária existente encontra-se representada graficamente na PO – Classificação e Qualificação do Solo.
- 2- A Rede Ferroviária existente fica sujeita ao regime de proteção definido pela legislação em vigor, relativa ao domínio público ferroviário e ao regulamento ferroviário de passagens de nível.

#### ***SECÇÃO II – Rede rodoviária***

##### **Artigo 77.º – Hierarquia institucional**

A rede rodoviária sob jurisdição das Infraestruturas de Portugal é a seguinte:





- a) Rede Nacional Fundamental: IP2 e 4/A4 (entre os km 163 e 177) e IP2;
- b) Rede Nacional Complementar:
  - i) EN102, traçado urbano de Macedo de Cavaleiros, no sentido norte sul;
  - ii) EN216, entre o cruzamento com a EN102 em Macedo de Cavaleiros e o início da EN216 desclassificada, no acesso ao IP2;
  - iii) EN316, a partir da EN15 – KM 207+500 até ao limite do concelho a norte na União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco;
  - iv) EN317, a partir da EN15/A4 – 183+300 até ao limite do concelho a norte na União das freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova;
- c) Estradas Regionais:
  - i) ER206, atravessa o município no limite noroeste, na freguesia de Lamalonga, prolongando-se para Norte na freguesia de Agrochão;
  - ii) ER216, desenvolve-se a partir da travessia do município, na União das freguesias de Castelões e Vilar do Monte, prolongando-se para Sul, até ao limite do concelho na freguesia de Peredo;
  - iii) ER315, atravessa o município no limite sudoeste prolongando-se para Sul na travessia do município, até ao limite do concelho na União das freguesias de Bornes e Burga.
- d) Estradas desclassificadas:
  - i) EN15, atravessa o município entre as freguesias de Avantos/Romeu (km 163) e Quintela de Lapaças (km177) seguindo para município de Bragança;
  - ii) EN102, desenvolve-se a partir do EN15, no nó de Lamas, prolongando-se para Sul na travessia do município, até ao limite do concelho na União das freguesias de Bornes e Burga;
  - iii) EN102-1, desenvolve-se a partir da EN102, no nó de Grijó, prolongando-se a oeste até ao limite do concelho na União das freguesias de Avantos e Romeu;
  - iv) EN215, desenvolve-se para sul, a partir da ER216 no nó de Peredo, na União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro;
  - v) EN216, desenvolve-se a partir do IP2, com início nó da Amendoeira, prolongando-se até ao início da Travessia do município;
  - vi) EN217, atravessa o município no limite sudeste, na União das freguesias de Talhinhos e Bagueixe, prolongando-se para Sul na freguesia de Lagoa, incluído as travessias de Morais e Lagoa.

## **Artigo 78.º – Hierarquia funcional**

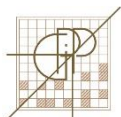
- 1- O PDMMC estabelece uma hierarquia para a rede rodoviária do concelho, representada graficamente na PO – Classificação e Qualificação e que é constituída pelos seguintes níveis:
  - a) Vias coletoras:



- i) Integra as vias mais importantes da rede, nomeadamente as vias da Rede Fundamental, que servem as principais ligações ao exterior, constituindo a base da estrutura viária concelhia e privilegiando a função mobilidade;
  - ii) As vias existentes que compõem este nível hierárquico encontram-se identificadas na PO – Classificação e Qualificação do Solo e correspondem a: IP4/A4 e IP2.
  - b) Vias distribuidoras principais:
    - i) Integra as vias cujas funções principais consistem em ligar as diversas sedes de freguesia e os outros polos geradores de tráfego entre si e à sede do concelho, bem como assegurar ligações alternativas de importância secundária ao exterior, garantindo, de uma forma equilibrada e variável, as funções mobilidade e acessibilidade;
    - ii) As vias existentes que compõem este nível hierárquico encontram-se identificadas na PO – Classificação e Qualificação do Solo e correspondem: EN316; EN102; EN15; ER216; ER315; ER206; EN102-1; EN317; EN217; EN215.
  - c) Vias distribuidoras secundárias:
    - i) Constituído pelas vias municipais de menor importância, que desempenham, fundamentalmente, a função de acessibilidade e asseguram o acesso local, podendo ainda servir algumas ligações externas de importância local;
    - ii) As vias existentes que compõem este nível hierárquico são as estradas municipais e os caminhos municipais identificados na PO – Classificação e Qualificação do Solo.
  - d) As vias de acesso local correspondem aos arruamentos públicos que estabelecem a ligação da rede distribuidora aos prédios rústicos ou urbanos que servem.
- 2- A hierarquia estabelecida no PDMMC define a importância relativa das vias no que diz respeito às funções e níveis de serviço que asseguram ao concelho.
- 3- Qualquer proposta de intervenção que implique alteração na Rede Rodoviária Nacional, ER e Estradas Desclassificadas não transferidas para o património municipal deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes.

### **Artigo 79.º – Características**

- 1- Nas vias coletoras e distribuidoras principais, sob a jurisdição da Infraestruturas de Portugal, aplica-se o estipulado na legislação geral e específica em vigor em relação às zonas *non-aedificandi* e acessos marginais.
- 2- Nas restantes vias públicas devem ser adquiridas, quando possível, as seguintes características físicas e operacionais:



Características		Vias distribuidoras principais	Vias distribuidoras secundárias	Vias de acesso local
Recomendações Particulares		Fluidez e implementação de medidas de minimização do ruído	Implementação de medidas de minimização do ruído	Implementação de medidas de acalmia de tráfego
Número Mínimo de Vias	1 Sentido	1	1	1
	2 Sentidos	1 via por sentido	1 via por sentido	1 via por sentido
Separação física dos sentidos de circulação		Facultativa	Facultativa	A evitar
Largura útil da via de circulação [m] (valores mínimos)		3,25	3,10	2,80
Largura mínima dos passeios (em solo urbano e em aglomerados rurais) (m)		3,75	3,00/3,45 <sup>(1)</sup>	1,55/2,35 <sup>(2)</sup>
Arborização e rearborização		Evitar, sempre que possível	Desejável	Desejável
Acessos a prédios marginantes (em solo rústico)		Evitar	Livre	Livre
Estacionamento (em solo rústico)		Evitar	Autorizado, sujeito a restrições operacionais da via	Autorizado, sujeito a restrições operacionais da via
Cargas e descargas		Interditas	Reguladas	Reguladas
Paragens transportes coletivos		Sítio Próprio	Preferencialmente sítio próprio	Preferencialmente sítio próprio
Circulação pedonal e velocípedes		Segregada	Preferencialmente segregada	Livre

1 - Valor mínimo de 3,00 metros aplicável exclusivamente quando exista estacionamento e/ou faixa ajardinada entre a faixa de rodagem e o passeio

2 - Valor mínimo de 1,55 metros aplicável em zonas consolidadas ou com os limites do espaço canal definidos

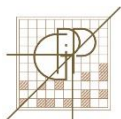
## TÍTULO VIII

### Programação e execução

#### SECÇÃO I – Programação

#### Artigo 80.º – Programação estratégica da execução do Plano

- 1- O MMC procede à programação da execução do PDMMC através da inscrição no plano de atividades municipal e, quando aplicável, no orçamento municipal, dos projetos e ações identificados no Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDMMC.
- 2- No âmbito dessa programação, o MMC estabelece as prioridades de execução, privilegiando as seguintes intenções:
  - a) As que, contribuindo para a concretização dos objetivos enunciados no artigo 2.º do presente regulamento, possuam carácter estruturante no ordenamento do território e tenham efeitos multiplicativos no desenvolvimento do MMC;
  - b) As de consolidação e qualificação do solo urbano, incluindo as de reabilitação urbana e dotação de infraestruturas públicas;
  - c) As que permitam a disponibilização de solo para equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes e de utilização coletiva necessário à satisfação das carências detetadas;



- d) As de proteção e valorização da EEM.

### **Artigo 81.º – Áreas de execução programada**

- 1- As áreas identificadas no PDMMC como áreas de execução programada correspondem às seguintes situações:
  - a) Áreas a infraestruturar, as quais se caracterizam pela existência de uma estrutura urbana definida por arruamentos que garantem a acessibilidade aos edifícios que os marginam, mas onde não existe a totalidade das redes públicas de infraestruturas básicas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;
  - b) Áreas a consolidar, correspondendo a espaços localizados no interior do solo urbano e que carecem de consolidação do tecido urbano, promovendo a ocupação de vazios e garantindo a coerência dos aglomerados urbanos existentes;
  - c) Áreas a estruturar, as quais ainda não possuem elementos morfológicos caracterizadores da ocupação urbana, nomeadamente uma estrutura viária, edifícios e as correspondentes infraestruturas de abastecimento e drenagem e que o PDMMC considera como necessárias à concretização da sua estratégia;
  - d) Áreas de reserva de solo destinadas a espaços verdes e equipamentos públicos e a vias distribuidoras identificadas na PO – Classificação e Qualificação do Solo.
- 2- As áreas de execução programada referidas no número anterior estão delimitadas e identificadas na PO – Classificação e Qualificação do Solo e regem-se pelo disposto para as categorias de solo em que são integradas e, quando inseridas em UOPG, dando cumprimento aos termos de referência estabelecidos no ANEXO VIII.

### **Artigo 82.º – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão**

- 1- As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) estão delimitadas e identificadas na PO – Classificação e Qualificação do Solo e os termos de referência constam no ANEXO VIII.
- 2- As UOPG correspondem a áreas do território para as quais se estabelece um programa de ocupação específico condicionador da sua gestão e que exige a coordenação das operações urbanísticas a desenvolver com a execução programada das ações propostas no PDMMC.
- 3- O PDMMC identifica as seguintes UOPG, que constam do ANEXO VIII do presente regulamento:
  - a) Cidade de Macedo de Cavaleiros;
  - b) Área de Acolhimento Empresarial de Macedo de Cavaleiros;
  - c) Área de Vocação Turística da Albufeira do Azibo;
  - d) Macedo de Cavaleiros Norte I;
  - e) Macedo de Cavaleiros Nascente I;
  - f) Macedo de Cavaleiros Norte II;
  - g) Macedo de Cavaleiros Norte III;



- h) Macedo de Cavaleiros Nascente II;
  - i) Macedo de Cavaleiros Centro;
  - j) Norte da Estação;
  - k) Sul do Hospital;
  - l) Macedo de Cavaleiros Poente;
  - m) Macedo de Cavaleiros Sul;
  - n) Bagueixe;
  - o) Área de Vocação Turística da Albufeira do Baixo Sabor.
- 4- Os conteúdos programáticos das UOPG estão definidos no ANEXO VIII ao presente regulamento.
- 5- As UOPG podem ser reajustadas nos seus limites por razões de cadastro de propriedade ou decorrente da solução urbanística a adotar.

## *SECÇÃO II – Execução*

### **Artigo 83.º – Formas de execução**

- 1- O PDMMC é executado do seguinte modo:
- a) De forma sistemática, mediante programação municipal de operações urbanísticas integradas, no âmbito de unidades de execução;
  - b) De forma não sistemática, sem necessidade de prévia delimitação de unidades de execução, através das operações urbanísticas a realizar nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 2- Nas situações de execução sistemática com recurso a duas ou mais unidades de execução, é obrigatória a elaboração prévia de uma solução de conjunto para a totalidade da área programada, de acordo com o número seguinte, a desenvolver no âmbito da primeira unidade de execução a ser delimitada, solução essa a salvaguardar no desenvolvimento das demais unidades de execução.
- 3- A solução de conjunto a que se refere o número anterior corresponde ao estudo urbanístico que estabelece os arruamentos estruturantes e os princípios morfológicos orientadores da ocupação da área programada.
- 4- No solo urbano não correspondente a áreas a consolidar ou a estruturar, e sem prejuízo para o estabelecido para cada UOPG, a execução do PDMMC processa-se por execução não sistemática, exceto se o MMC considerar a necessidade do recurso a unidades de execução por a ocupação não se encontrar estruturada e se justificar que as intervenções sejam suportadas por uma solução de conjunto, designadamente por implicarem um novo conceito de ocupação ou a reestruturação fundiária.
- 5- As áreas de execução programada correspondentes a áreas a consolidar e a áreas a estruturar são de execução sistemática.



## **Artigo 84.º - Sistemas e prazos de execução**

- 1- As áreas de execução programada estão identificadas na PO – Classificação e Qualificação do Solo.
- 2- No término do prazo definido para a sua execução:
  - a) As áreas a estruturar reverterem para a categoria de solo rústico definida no ANEXO IX, caso não tenham sido urbanizadas;
  - b) As áreas a consolidar perdem a capacidade edificatória, caso não tenham sido urbanizadas;
  - c) As áreas a infraestruturar mantêm-se suspensas de qualquer dinâmica de licenciamento urbanístico até à infraestruturação plena da rede pública de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;
- 3- Excetua-se das alíneas a) e b) do número anterior, mantendo-se em solo urbano e nas categorias de espaço definidas na PO – Classificação e Qualificação do solo, as áreas que integrem uma distância ao eixo do arruamento de 120 ou 40 metros ao eixo do arruamento confrontante que possuir redes públicas de infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, em simultâneo, e corresponder, respetivamente, a espaço de atividades económicas ou outras localizadas em solo urbano.

## **Artigo 85.º – Unidades de execução**

- 1- A delimitação das unidades de execução, incluídas ou não em UOPG, cumpre os seguintes requisitos:
  - a) Abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características de unidade e autonomia urbanísticas e que possa cumprir os requisitos legais exigíveis, nomeadamente procurando assegurar a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos, quando corresponda a mais do que um proprietário, devendo integrar as áreas a afetar a espaços públicos ou equipamentos previstos;
  - b) Assegurar, no caso de a unidade de execução não abranger a totalidade de um polígono autónomo de solo urbano programado, que não fique inviabilizada, para as áreas remanescentes do referido polígono, a possibilidade de por sua vez elas se constituírem em uma ou mais unidades de execução que cumpram individualmente as condições estabelecidas na alínea anterior;
  - c) Garantir a correta articulação funcional e formal da intervenção urbanística com o solo urbano consolidado pré-existente.
- 2- Não é condição impeditiva da delimitação de uma unidade de execução o facto de ela abranger um único prédio ou unidade cadastral, desde que sejam estritamente cumpridas as condições estabelecidas no número anterior.
- 3- Nas situações no número anterior, o MMC pode admitir que a execução do PDMMC se realize por operação urbanística no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e



Edificação, sem o recurso à unidade de execução, caso em que será obrigatória a discussão pública em termos análogos aos previstos para o PP.

## **TÍTULO IX**

### **Regime económico e financeiro**

#### ***SECÇÃO I – Disposições gerais***

##### **Artigo 86.º – Princípios**

Com os objetivos da sustentabilidade financeira do PDMMC, da regulação do mercado imobiliário e da salvaguarda do princípio da equidade a que se subordinam as políticas públicas e as atuações administrativas em matéria de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o PDMMC estabelece:

- a) A criação do FMSAU;
- b) A perequação que garanta a justa repartição dos benefícios e encargos entre os diversos intervenientes na transformação do uso do solo e no seu aproveitamento urbanístico;
- c) O valor de referência do solo para efeitos de execução do PDMMC;
- d) Os incentivos a criar que privilegiem ações de desenvolvimento sustentável, de promoção da atividade agrícola, de reforço da qualificação urbanística, de compensação de serviços de ecossistemas e de minimização de riscos.

##### **Artigo 87.º – Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística**

- 1- O MMC procede, através de regulamento administrativo específico, à criação do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU) dedicado a todo o território municipal.
- 2- O FMSAU tem os seguintes objetivos:
  - a) Financiamento das ações programadas pelo PDMMC no tocante à reabilitação e salvaguarda ambiental, incluindo a dotação de solo para suprir carências de habitação, infraestruturas, equipamentos e áreas de uso público;
  - b) Operacionalização dos processos perequativos.
- 3- Constituem receitas do FMSAU:
  - a) Receitas resultantes dos impostos municipais, tendo um valor de consignação ao FMSAU flexível;
  - b) Receitas resultantes da redistribuição das mais valias;
  - c) Outras receitas urbanísticas que o MMC preveja afetar, como as inerentes à criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos e áreas de uso público.



4- Constituem encargos do FMSAU:

- a) Compensação dos proprietários no âmbito da redistribuição das mais-valias gerais criadas pelo PDMMC e do encargo médio;
- b) Financiamento das ações programadas pelo PDMMC a que se refere o número 2.

### **Artigo 88.º – Componentes da perequação**

As componentes da perequação a considerar na justa repartição dos benefícios e encargos entre os diversos intervenientes na transformação do uso do solo e no seu aproveitamento urbanístico são:

- a) A redistribuição e a afetação social das mais-valias geradas pelo PDMMC;
- b) A cedência média definida pelo Plano para a instalação de infraestruturas, equipamentos, áreas verdes e habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível e demais espaços de utilização coletiva;
- c) O encargo médio com a execução das infraestruturas urbanísticas, nomeadamente redes públicas de abastecimento e drenagem, espaços de circulação e estadia de espaços verdes públicos;
- d) A distribuição equitativa dos benefícios e encargos inerentes à execução sistemática a realizar no âmbito das unidades de execução.

### **Artigo 89.º – Abrangência territorial da redistribuição das mais-valias**

O PDMMC considera que há criação de mais-valias a redistribuir entre o promotor e a coletividade nas áreas a reclassificar do solo rústico em urbano e nas áreas de execução programada a estruturar que comportem edificabilidade, estabelecendo como mais-valias todo o acréscimo de edificabilidade admitido pelo PDMMC.

### **Artigo 90.º – Edificabilidade média**

- 1- A edificabilidade média é determinada pelo quociente entre a soma das áreas de construção acima do solo, correspondente à edificabilidade passível de atingir pela aplicação da edificabilidade máxima admitida à área edificável, e a totalidade da área abrangida, incluindo arruamentos, espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva que servem localmente as urbanizações nelas incluídas.
- 2- O PDMMC estabelece como edificabilidade média o valor de 0,60.

### **Artigo 91.º – Avaliação do solo**

- 1- A avaliação de solo, para efeitos de execução do Plano e para efeitos de expropriação por utilidade pública, considera os usos efetivos existentes em cada propriedade e os usos admitidos pelo PDMMC.
- 2- A avaliação do solo urbano atende:





- a) À edificabilidade abstrata em função da edificabilidade média por unidade homogénea definida no Plano;
- b) Aos encargos urbanísticos correspondentes à edificabilidade, a serem deduzidos no valor da edificabilidade abstrata;
- c) Ao valor das benfeitorias legais em termos de construção, caso existam e tenham existência legal, considerando o respetivo estado de conservação.

### **Artigo 92.º – Encargos de urbanização**

- 1- Os encargos de urbanização correspondem a todos os custos com a construção, reforço e manutenção de infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e demais espaços públicos que servem diretamente a urbanização.
- 2- A cada operação urbanística correspondem encargos médios ou encargos-padrão que são considerados na respetiva perequação, tal como disposto no artigo 88.º:
  - a) Cedência média;
  - b) Encargo médio/m<sup>2</sup> de edificabilidade respeitante à urbanização geral;
  - c) Encargo médio/m<sup>2</sup> de edificabilidade respeitante à urbanização local.
- 3- Os valores da alínea b) e c) do número anterior são definidos em regulamento municipal.
- 4- A taxa municipal de urbanização, que se destina a custear a realização, manutenção e reforço das infraestruturas gerais a que respeita a alínea b) do número 1 pela sobrecarga urbanística decorrente de operações urbanísticas, é diminuída do custo das obras de urbanização gerais executadas pelo promotor, mediante contrato de urbanização celebrado com o MMC.

### **Artigo 93.º - Cedência média**

- 1- A cedência média para a instalação de infraestruturas, de equipamentos e espaços urbanos de utilização coletiva, bem como para habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível, assume os seguintes valores, optando a Câmara Municipal pelas afetações que considerar como mais convenientes:
  - a) Habitação em moradia: 0,20;
  - b) Outros: 0,30
- 2- A Câmara Municipal pode prescindir da integração no domínio municipal e consequente cedência da área correspondente à totalidade ou parte das parcelas referidas no número anterior, em acordo com o estabelecido em regulamento municipal, sempre que:
  - d) Essa área se destine à utilização pública, quando se trate de espaços verdes e de utilização coletiva;
  - e) Essa cedência seja desnecessária ou inconveniente face às condições urbanísticas do local, havendo, neste caso, lugar ao pagamento de uma compensação ao MMC definida em regulamento municipal;



- f) Quando se trate de intervenções de cariz social ou cultural.

## ***SECÇÃO II – Redistribuição de benefícios e encargos***

### **Artigo 94.º – Âmbito**

Toda e qualquer operação urbanística a realizar em solo urbano e localizada nas áreas que o PDMMC sujeita à redistribuição das mais-valias, quer se enquadre na situação de execução sistemática ou na situação de execução não sistemática, é afetada pela redistribuição de benefícios, nas condições estabelecidas nos artigos seguintes.

### **Artigo 95.º – Afetação social da mais-valia**

- 1- Nas áreas localizadas em solo rústico a reclassificar como solo urbano e que comportem edificabilidade e nas áreas de execução programada a estruturar, a edificabilidade admitida pelo plano é reduzida em 10%, correspondendo este valor percentual à afetação social de mais-valia, sendo cedido ao FMSAU e podendo ser substituído por valor equivalente, em numerário ou espécie, a determinar em acordo com regulamento municipal.
- 2- No caso de edificação correspondente a eventuais preexistências ou a direitos concretos já titulados, a afetação social das mais-valias só incide sobre a edificabilidade adicional.

### **Artigo 96.º – Distribuição de benefícios e encargos nas unidades de execução**

- 1- Nas unidades de execução há lugar a uma perequação aplicada aos prédios abrangidos pela unidade de execução com a distribuição equitativa da edificabilidade concreta e dos encargos locais entre os diferentes proprietários e ou promotores definidos no âmbito da unidade de execução.
- 2- Os mecanismos de perequação a aplicar nos termos do número anterior são os estabelecidos na legislação, nomeadamente:
  - a) Edificabilidade média, determinada pelo quociente entre a edificabilidade total e a área da unidade de execução;
  - b) Cedência média, com o valor definido no número 1 do artigo 93.º;
  - c) Encargo médio com a urbanização, correspondente ao encargo com as infraestruturas e espaços verdes públicos locais e que servirão diretamente cada conjunto edificado, resultantes do desenvolvimento de cada unidade de execução.
- 3- A distribuição de benefícios e encargos realiza-se de acordo com o estabelecido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, tendo em conta:
  - a) O valor da quota de cada proprietário na unidade de execução é o valor do seu prédio estabelecido em avaliação ou a área do mesmo, no caso da uniformidade das características de todos os prédios;
  - b) Os encargos com a urbanização são considerados como investimento;



- c) São estabelecidas compensações em numerário sempre que houver necessidade de acertos na distribuição dos lotes finais.

## **TÍTULO X**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 97.º – Incentivos**

- 1- Com vista à concretização dos objetivos do PDMMC e de políticas de melhoria, qualificação e valorização do ambiente urbano, são definidos incentivos a iniciativas que para o MMC configurem interesse relevante, designadamente:
  - a) A realização de intervenções de que resultem ganhos evidentes na conservação da natureza e da biodiversidade, e em especial, nas realizadas nas categorias de espaço florestal de proteção e espaços naturais e paisagísticos;
  - b) A transferência de atividades de indústria agro-florestal ou com evidentes impactes ambientais negativos, existentes em áreas residenciais para áreas industriais existentes ou propostas no PDMMC;
  - c) A realização de operações urbanísticas associadas à reabilitação urbana ou à promoção de programas de habitação social e de renda acessível;
  - d) A realização de equipamentos coletivos de interesse estratégico da administração central ou local;
  - e) As ações de reabilitação de edifícios com interesse patrimonial e de imóveis classificados e em vias de classificação, identificados nos ANEXOS V e VI do presente regulamento e de reconversão, com ou sem ampliação, de edifícios degradados em meio urbano;
- 2- Os incentivos referidos no número anterior traduzem-se em reduções na taxa municipal de urbanização aplicável, a definir em regulamento municipal.

#### **Artigo 98.º – Revogações**

São revogados os:

- a) PU de Macedo de Cavaleiros (Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/98, de 25 de novembro, alterada pelo Aviso n.º 2680/2019, de 18 de fevereiro);
- b) PP da Zona Oficial de Travanca (Declaração publicada em 21 de maio de 1991, alterada pela Declaração publicada a 3 de novembro de 1992 e pelo Aviso n.º 15427/2017, de 21 de dezembro);
- c) PP da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros (Declaração n.º 141/98, de 27 de abril de 1998, alterada pela Declaração n.º 249/2002, de 10 de agosto, pelo Aviso n.º 2991/2019, de 22 de fevereiro de 2019, e Aviso n.º 2385/2022, de 4 de fevereiro de 2022).

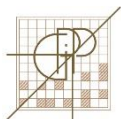


## **Artigo 99.º – Prazo de vigência**

O PDMMC deve ser objeto de avaliação nos termos da legislação em vigor, devendo proceder-se à sua revisão ao fim de 10 anos, podendo esta ser dispensada pelo REOT, nos termos definidos pela legislação em vigor.

## **Artigo 100.º – Entrada em vigor**

O PDMMC entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação em Diário da República.



## ANEXOS

### ANEXO I – Valores Naturais no âmbito da Rede Natura 2000

O concelho de Macedo de Cavaleiros é abrangido por seis áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, nomeadamente:

**- Zona Especial de Conservação Montesinho/ Nogueira (PTCON0002):** Decreto-Lei n.º 31/2025, de 20 de março – Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação Montesinho/Nogueira; e Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março – Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Montesinho/Nogueira (PTCON0002).

*A ZEC Montesinho/Nogueira apresenta um uso e ocupação do solo com significativa concentração de áreas com floresta de folhosas autóctones (30,91 %) assim como áreas ocupadas com matos e matagais (29,36 %). Estas duas importantes manchas regionais concentram-se essencialmente nas zonas montanhosas. As florestas de resinosas surgem também como uma das mais importantes classes de ocupação de solos na ZEC, com uma fração superior a 16 %. Tem-se assistido ao crescimento das áreas florestais de castanheiro e pinheiro-bravo, fruto da conversão de áreas de matos e espaços.*

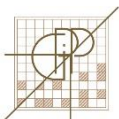
*Com representatividade ligeiramente superior às florestas de resinosas, as áreas agrícolas assumem-se como a terceira mancha mais importante (18,30 % da ZEC), embora ocorram de forma fragmentada, frequentemente associadas a florestas de folhosas autóctones. A importância das áreas agrícolas é, assim, ligeiramente acrescida pela presença de uma pequena fração de mosaico agroflorestal que se encontra, não raras vezes, associado a florestas de folhosas autóctones.*

*A paisagem caracteriza-se por um mosaico de habitats, também resultado da prática de agricultura de montanha, baseada sobretudo na exploração pecuária extensiva de ovinos e bovinos, que na maior parte dos casos tem contribuído para a manutenção dos valores naturais existentes.*

*A ZEC detém uma enorme relevância proveniente da existência de comunidades bastante distintas e de contacto entre elas, com realce para: os matos rasteiros estritamente silvasófilos que ocupam o denominado maciço de Vinhais/Bragança, a mais importante área de rochas ultrabásicas; os mais extensos e bem conservados carvalhais de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) do país; os singulares azinhais (*Quercus rotundifolia*) sobre serpentinas, caracterizados por um lento crescimento; e os característicos lameiros. Merecem também referência os urzais-tojais higrófilos de *Erica tetralix* e *Ulex minor*, os urzais não litorais, os cervunais (*Nardus stricta*) e os aveleirais (*Corylus avellana*) sobre solos derivados de rochas básicas na Serra de Nogueira.*

*É o sítio mais representativo para a flora ultrabásica, destacando-se a existência de *Dianthus marizii* e *Santolina semidentata* ou mesmo de alguns serpentinófitos exclusivos do maciço de Vinhais/Bragança, caso de *Jasione crispa* subsp. *serpentinica*, com uma área de ocorrência muito restrita e população seriamente fragmentada, e de *Festuca brigantina*, este o mais raro serpentinófito de Trás-os-Montes e só observável no sítio.*

*É uma das áreas mais importantes para a conservação do lobo (*Canis lupus*), a nível nacional, albergando uma parte significativa do efetivo populacional total (cerca de 15 %). Trata-se de um sítio igualmente relevante para a conservação da fauna aquática e ribeirinha protegida. (Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março)*



**- Zona Especial de Conservação Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021): Decreto-Lei n.º 61/2026, de 24 de fevereiro – Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação Rios Sabor e Maçãs; e Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março – Aprova o plano de gestão da Zonas Especial de Conservação (ZEC) Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021).**

*A ZEC Rios Sabor e Maçãs é dominada por ocupações de solo características de zonas montanhosas ou de média montanha. Neste contexto sobressaem as áreas com matos e matagais que ocupam quase 37 % do território da ZEC e as manchas florestais que cobrem sensivelmente 36 % do mesmo território (COS 2018). Os matos e matagais concentram-se de modo quase contínuo ao longo das vertentes adjacentes aos troços mais a montante do rio Sabor, e nas encostas contíguas aos seus afluentes principais, os rios Angueira e Maçãs. Depois destas áreas, as zonas de maior concentração de matos e matagais, situam-se nas margens da Albufeira do Baixo Sabor.*

*Entre as três tipologias de florestas existentes na ZEC, evidenciam-se, claramente, as florestas de folhosas autóctones (23,7 %). Estas florestas, com exceção das margens da albufeira do Baixo Sabor, distribuem-se ao longo do território e são essencialmente representadas por sobreirais, carvalhais e azinhais. As florestas de resinosas introduzidas também estão bem presentes na região (mais de 11 %) sendo essencialmente constituídas por pinheiro-bravo. Por sua vez, as frações de floresta alóctone (eucaliptais com menos de 1 % de ocupação territorial) evidenciam padrões de distribuição pontual/ local, estando normalmente rodeadas por matos e matagais.*

*Um pouco à semelhança das unidades de ocupação anteriores, as áreas agrícolas marcam também uma intensa presença ao longo da ZEC (quase 17 %). Quase dois terços desta ocupação é constituída por olivais. Um aspeto a realçar a este nível prende-se com o facto das zonas de matos e matagais serem bem mais reduzidas em áreas com maior concentração de espaços agrícolas. A presença de mosaico agroflorestal, embora reduzida (pouco mais de 1 %), acrescenta relevância às áreas agrícolas da ZEC.*

*A presença de um extenso plano de água na região, correspondente à Albufeira do Baixo Sabor, é algo que não se pode negligenciar na análise da ocupação territorial. De facto, este importante corpo de água artificial cobre cerca de 6,61 % de toda a área da ZEC.*

*Entre as demais frações de ocupação de solo, destacam-se ainda os prados e pastagens (1,45 %), que se expressam de forma, quase pontual, um pouco por toda a área de estudo. Os territórios artificializados e as áreas de vegetação esparsa ocupam ínfimas frações territoriais da ZEC. (Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março)*

**- Zona Especial de Conservação Morais (PTCON0023): Decreto-Lei n.º 32/2025, de 20 de março – Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação Morais; e Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março – Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Morais (PTCON0023).**

*A ZEC Morais abrange um território cujo uso e ocupação do solo se distribui entre florestas (40 %), matos e matagais (27 %), áreas agrícolas (23 %), prados e pastagens (3 %), mosaico agroflorestal (3 %), corpos de água (3 %) e territórios artificializados (1 %).*

*A ZEC Morais constitui uma área montanhosa de média altitude, com uma das maiores unidades contínuas de serpentinitos em Portugal, o que lhe confere um elevado interesse geológico e botânico. É a área mais representativa dos ultrabásicos lusitano-durienses, coberta por diversas comunidades e espécies endémicas.*

*A vegetação é dominada por azinhais (*Quercus rotundifolia*) (9340) e sobreirais (*Quercus suber*) (9330), podendo encontrar-se na margem da Barragem do Azibo um dos mais bem conservados sobreirais transmontanos. São igualmente importantes os zimbrais (*Juniperus**



*oxycedrus var. lagunae*) com *quercíneas* (9560) e os bosques secundários de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* subsp. *faginea*) (9240), formando a mais extensa área desta comunidade no norte do país. De assinalar ainda a presença dos serpentinófitos *Dianthus laricifolius* subsp. *Marizii* (sin. *Dianthus marizii*), um endemismo lusitano, e *Santolina semidentata*, um endemismo ibérico.

No que respeita à fauna é de salientar a presença do lobo (*Canis lupus*), integrando esta ZEC a área de distribuição do maior núcleo populacional do país, designadamente o que ocorre no distrito de Bragança. (Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março)

**- Zona Especial de Conservação Romeu (PTCON0043):** Decreto-Lei n.º 17/2026, de 27 de janeiro – Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação Romeu; e Portaria n.º 89-L/2026/1, de 23 de fevereiro – Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Romeu (PRCON0043).

A ZEC Romeu abrange um uso e ocupação do solo que se distribui nas classes de maior representatividade, entre as áreas florestais (51,39 %) das quais se destacam as florestas de folhosas autóctones (46,07 %) e as florestas de resinosas (5,32 %), as áreas agrícolas (26,25 %), os matos e matagais (16,63 %), o mosaico agroflorestal (3,03 %) e os prados e pastagens (1,76 %).

A ZEC Romeu, situada nos maciços rochosos de Trás-os-Montes oriental, engloba dois dos melhores exemplos em Portugal de tipos de habitat pouco frequentes: sobreirais no horizonte superior, e bosques de sobreiro e zimbro no horizonte inferior. (Portaria n.º 89-L/2026/1, de 23 de fevereiro)

**- Zona de Proteção Especial Montesinho/ Nogueira (PTZPE0003):** Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro de 1999, na sua redação atual.

A grande variedade geológica e geomorfológica deste sítio conjugada com a sua localização geográfica, com a diferença de altitudes e com o tipo de actividade humana que se foi desenvolvendo ao longo dos séculos proporcionou o estabelecimento de uma elevada diversidade de ecossistemas e habitats, sendo a paisagem desta ZPE caracterizada por um constante mosaico de habitats. Esta diversidade natural foi mantida ou, nalguns casos, beneficiada pelo tipo de agricultura praticado. Trata-se de uma agricultura de montanha, baseada principalmente na exploração pecuária extensiva de ovinos e bovinos e que normalmente tem contribuído para a manutenção dos valores naturais existentes.

A especificidade desta ZPE resulta, em particular, do contacto de vários tipos de comunidades de avifauna e do bom estado de conservação dos ecossistemas presentes. Nesta área é possível observar espécies de avifauna de montanha como o pisco-de-peito-azul *Luscinia svecica*, o tarataranhão-azulado *Circus cyaneus* e o melro-de-água *Cinclus cinclus* e espécies estepárias como a petinha-dos-campos *Anthus campestris* e a cotovia *Calandrella brachydactyla*; espécies de distribuição reduzida ou localizada em Portugal, como o picanço-de-dorso-ruivo *Lanius collurio*, o melro-das-rochas *Monticola saxatilis* ou a petinha-das-árvores *Anthus trivialis*, com espécies florestais e espécies de distribuição mais alargada.

Esta ZPE contribui significativamente para a manutenção de populações viáveis em Portugal, o carácter de nidificantes, das seguintes espécies: águia-real *Aquila chrysaetos*, tartaranhão-azulado *Circus cyaneus*, cotovia-comum *Alauda arvensis*, petinha-das-árvores *Anthus trivialis*, melro-de-água *Cinclus cinclus*, rabirruivo-de-testa-branca *Phoenichuros phoenichuros*, chasco comum *Oenanthe Oenanthe*, melro-das-rochas *Monticola saxatilis*, tordo-comum *Turdus philomelos*, felosa de Bonelli *Phylloscopus Bonelli*, picanço-de-dorso-ruivo *Lanius collurio*, dom-fafe *Pyrrhula pyrrhula* e sombria *Emberiza hortulana*. Outras espécies como o pisco-de-





*peito-azul Luscinia svecica, o cartaxo-nortenho Saxicola rubetra, a petinha-ribeirinha Anthus spinoleta e a felosa Phylloscopos collybita apenas aqui podem ser encontrados como nidificantes, ou em mais um outro ponto do país. (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro de 1999, na sua redação atual)*

**- Zona de Proteção Especial Rios Sabor e Maços (PTZPE0037):** Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro de 1999, na sua redação atual.

*A paisagem é fortemente marcada pelos vales encaixados do rio Sabor e dos seus afluentes (Maços e Angueira) ao longo da quase totalidade do seu percurso em Portugal. Trata-se de uma área de relevo montanhoso na qual alternam troços de vales de diferentes declives (margens alcantiladas, encostas pedregosas, leitos aplanados), dependendo das características geológicas, e que se reflete numa grande diversidade de vegetação e de tipo de ocupação humana. Vastas encostas estão cobertas por maciços de vegetação autóctone, nomeadamente por matos pré-florestais diversos, sobreirais, azinhais e zimbrais. Nessas zonas as principais actividades humanas são a olivicultura e a pastorícia. A apicultura, exploração madeireira (eucaliptos) e a caça, são outras actividades presentes na área.*

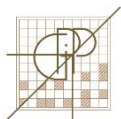
*As características naturais destes vales aliada às dificuldades de acesso e à distância a que situam em relação às zonas urbanas proporcionam as condições de necessárias à nidificação de aves rupícolas, como o Britango Neophron percnopterus, a Águia-real Aquila chrysaetos, o Bufo-real Bubo bubo, sendo de destacar a população nidificante de Águia de Bonelli Hieraaetus fasciatus, que corresponde a um dos mais significativos núcleos do nosso país.*

*As condições naturais dos vales destes rios, ainda em bom estado de conservação das suas margens e boa qualidade das águas, permitem albergar populações importantes a nível nacional Cegonha-preta (Ciconia nigra), Melro-de-água Cinclus cinclus, Chasco-preto Oenanthe leucura, Melro-azul Monticola solitarius, Toutinegra-real Sylvia hortensis e Felosa de Bonelli Phylloscopus Bonelli. A sua orientação predominante Norte-Sul e a sua grande extensão faz com que esta ZPE seja também um importante corredor ecológico na região de Trás-os-Montes, seja para as espécies com carácter residente, seja para as espécies migradoras.*

*A grande extensão de matos, a par com o notável mosaico agro-florestal das zonas planálticas (silvo-pastorícia) proporciona a uma certa abundância de aves de rapina e diversos passeriformes como a Toutinegra-tomilheira Sylvia conspicillata, a Toutinegra-de-bigodes Sylvia cantillans ou a Toutinegra-dos-valados Sylvia melanocephala. (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro de 1999, na sua redação atual)*

Neste contexto, e para uma maior pormenorização remete-se para a consulta das listas dos valores naturais constantes no Relatório de Conformidade da Rede Natura 2000, relativos aos habitats e espécies da Diretiva Habitats, onde são identificadas para cada um dos valores naturais as medidas de conservação suscetíveis de ser aplicadas. Adicionalmente, apresentam-se ainda as categorias de uso do solo onde estes se localizam e as disposições regulamentares aplicáveis.





## **ANEXO II – Orientações e determinações do PROF-TMAD**

Por forma a garantir a sua compatibilização com o PROF-TMAD, enquanto instrumento de política setorial, a disciplina de ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais do MMC, regem-se as seguintes orientações.

As subseqüentes referências aos Anexos I a IV ao Regulamento do PROF-TMAD remetem para o conteúdo dos mesmos que consta do Anexo A da Portaria n.º 57/2019, publicada no Diário da República n.º 29, Série I, de 2019-02-11, com a Declaração de Retificação n.º 15/2019, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 73, em 12 de abril de 2019 e a alteração dada pela Portaria n.º 18/2022, de 05 de janeiro, que para todos os efeitos aqui se consideram reproduzidos.

### **I. DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **1. Corredores ecológicos**

As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços definidas no Anexo I do Regulamento do PROF-TMAD.

#### **2. Modelos gerais de silvicultura, gestão florestal e de organização territorial**

A realização de ações nos espaços florestais nas sub-regiões do PROF-TMAD deve obedecer às orientações constantes das normas de intervenção e modelos de silvicultura definidos, respetivamente, nos Anexos I e II do Regulamento do PROF-TMAD.

#### **3. Áreas florestais sensíveis**

As intervenções nas áreas florestais sensíveis - em termos de perigosidade de incêndio; com risco de erosão muito alto e alto; ou suscetíveis a pragas e doenças - devem respeitar as normas de silvicultura específicas para estes espaços definidas no Anexo I do Regulamento do PROF-TMAD.

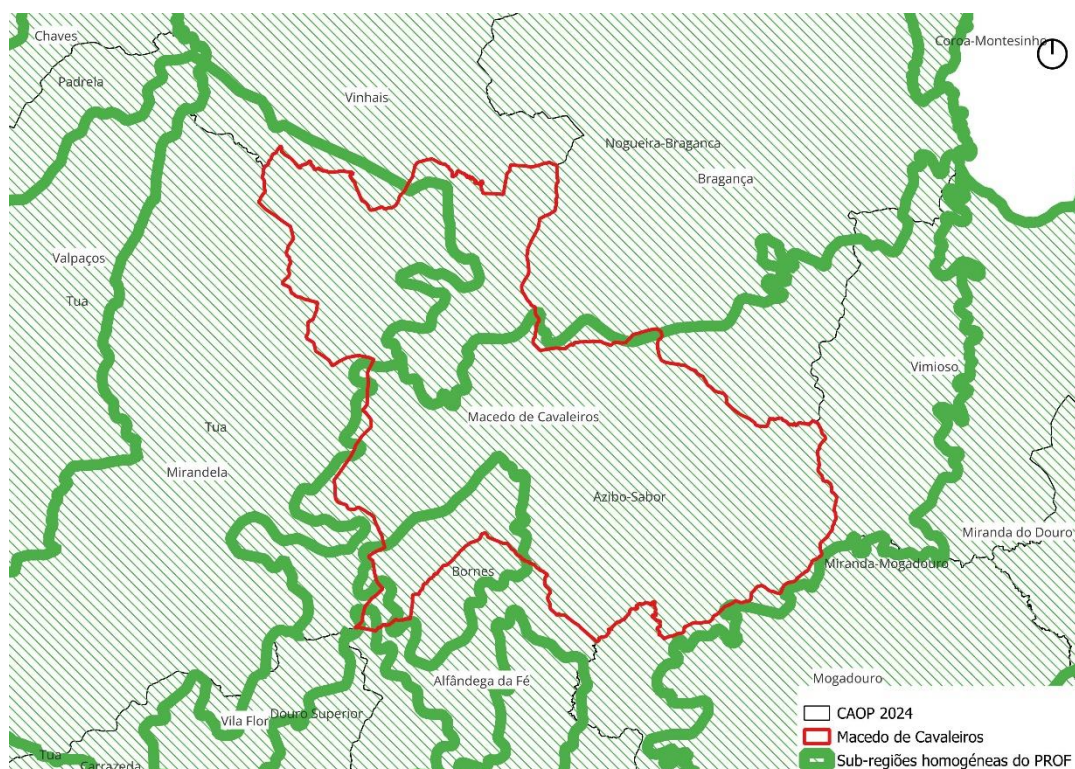
#### **4. Normas comuns a todas as sub-regiões homogêneas**

- a. Para cada sub-região homogênea são identificadas as espécies florestais a privilegiar, distinguidas em dois grupos (Grupo I e Grupo II) em resultado da avaliação da aptidão do território para as mesmas.
- b. Não podem ser efetuadas reconversões para outras espécies de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, exceto se for utilizada na replantação outra espécie igualmente do Grupo I, sem prejuízo dos regimes legais específicos de proteção de determinadas espécies e do regime jurídico das ações de arborização e rearborização.
- c. O recurso a outras espécies que não se encontrem identificadas no Grupo I ou Grupo II, ou reconversões em situações distintas das referidas no número anterior, tem de ser tecnicamente fundamentado, com base nas características da espécie a usar e condições edafoclimáticas do local de instalação, e ser devidamente autorizado pelo ICNF.



- d. O disposto no n.º 2 não se aplica em reconversões de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, quando a espécie a replantar for *Ilex aquifolium* (Azevinho), *Quercus rotundifolia* (Azinheira) ou *Quercus suber* (Sobreiro) e estas espécies fizerem parte das espécies do Grupo II.
- e. Admitem-se reconversões de povoamentos puros de espécies do Grupo I, para povoamentos mistos com espécies do Grupo II, se a espécie do Grupo I mantiver a dominância.
- f. Para cada sub-região homogénea é considerado um grupo de espécies, assinaladas com asterisco (\*), como sendo prioritária a gestão e conservação em manchas de regeneração natural.

## II. SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS



### 1. Azibo-Sabor

- a. Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

Previstas
i) Conservação de <i>habitats</i> , de espécies da fauna e da flora e de geomonumento
ii) Produção
iii) Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

- b. As normas de silvicultura a aplicar nesta sub-região homogénea correspondem às normas das funções referidas na alínea anterior definidas no Anexo I do Regulamento do PROF-TMAD.
- c. Nesta sub-região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:



<b>I) Espécies a privilegiar (Grupo I)</b>	<b>II) Outras espécies a privilegiar (Grupo II)</b>
Castanheiro ( <i>Castanea sativa</i> ) Cedro-do-atlas ( <i>Cedrus atlantica</i> ) Lódão-bastardo ( <i>Celtis australis</i> ) Cedro-branco ( <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> ) Cedro-do-buçaco ( <i>Cupressus lusitanica</i> ) Cipreste-comum ( <i>Cupressus sempervirens</i> ) Freixo-comum ( <i>Fraxinus angustifolia</i> *) Nogueira-negra ( <i>Juglans nigra</i> ) Pseudotsuga ( <i>Pseudotsuga menziesii</i> ) Carvalho-português ( <i>Quercus faginea</i> ) Carvalho-negral ( <i>Quercus pyrenaica</i> ) Carvalho-alvarinho ( <i>Quercus robur</i> ) Azinheta ( <i>Quercus rotundifolia</i> ) Sobreiro ( <i>Quercus suber</i> )	Amieiro ( <i>Alnus glutinosa</i> ) Medronheiro ( <i>Arbutus unedo</i> ) Vidoeiro ( <i>Betula celtiberica</i> ) Aveleira ( <i>Corylus avellana</i> ) Pilriteiro ( <i>Crataegus monogyna</i> *) Eucalipto ( <i>Eucalyptus globulus</i> ) Freixo-europeu ( <i>Fraxinus excelsior</i> ) Nogueira-comum ( <i>Juglans regia</i> ) Oxicedro ( <i>Juniperus oxycedrus</i> *) Oliveira-brava ( <i>Olea europaea</i> *) Pinheiro-manso ( <i>Pinus pinea</i> ) Pinheiro-bravo ( <i>Pinus pinaster</i> ) Terebinto/cornalheira ( <i>Pistacia terebinthus</i> *) Plátano ( <i>Platanus x acerifolia</i> ) Choupo-negro ( <i>Populus nigra</i> ) Choupo-híbrido ( <i>Populus x canadensis</i> ) Cerejeira-brava ( <i>Prunus avium</i> ) Escalheiro ( <i>Pyrus cordata</i> *) Salgueiro-branco ( <i>Salix alba</i> *) Borrazadeira-preta ( <i>Salix atrocinerea</i> *) Borrazadeira-branca ( <i>Salix salviifolia</i> *)

\* prioritária a gestão e conservação em manchas de regeneração natural

## 2. Borne

- a. Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

<i>Previstas</i>
i) Produção
ii) Recreio e valorização da paisagem
iii) Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

- b. As normas de silvicultura a aplicar nesta sub-região homogénea correspondem às normas das funções referidas na alínea anterior definidas no Anexo I do Regulamento do PROF-TMAD.
- c. Nesta sub-região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

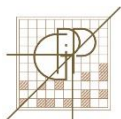
<b>I) Espécies a privilegiar (Grupo I)</b>	<b>II) Outras espécies a privilegiar (Grupo II)</b>
Vidoeiro ( <i>Betula celtiberica</i> ) Castanheiro ( <i>Castanea sativa</i> ) Cedro-do-atlas ( <i>Cedrus atlantica</i> ) Cedro-branco ( <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> ) Cedro-do-buçaco ( <i>Cupressus lusitanica</i> ) Freixo-comum ( <i>Fraxinus angustifolia</i> *) Nogueira-negra ( <i>Juglans nigra</i> ) Pinheiro-larício ( <i>Pinus nigra</i> ) Pinheiro-bravo ( <i>Pinus pinaster</i> ) Pinheiro-silvestre ( <i>Pinus sylvestris</i> ) Cerejeira-brava ( <i>Prunus avium</i> ) Pseudotsuga ( <i>Pseudotsuga menziesii</i> ) Carvalho-negral ( <i>Quercus pyrenaica</i> ) Azinheta ( <i>Quercus rotundifolia</i> ) Sobreiro ( <i>Quercus suber</i> )	Amieiro ( <i>Alnus glutinosa</i> ) Medronheiro ( <i>Arbutus unedo</i> ) Aveleira ( <i>Corylus avellana</i> ) Pilriteiro ( <i>Crataegus monogyna</i> *) Faia ( <i>Fagus sylvatica</i> ) Freixo-europeu ( <i>Fraxinus excelsior</i> ) Azevinho ( <i>Ilex aquifolium</i> ) Nogueira-comum ( <i>Juglans regia</i> ) Larício-híbrido-de-dunkeld ( <i>Larix x eurolepis</i> ) Choupo-negro ( <i>Populus nigra</i> ) Azereiro ( <i>Prunus lusitanica</i> ) Borrazadeira-preta ( <i>Salix atrocinerea</i> *) Borrazadeira-branca ( <i>Salix salviifolia</i> *)

\* prioritária a gestão e conservação em manchas de regeneração natural

## 3. Douro Superior

- a. Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

<i>Previstas</i>
i) Conservação de <i>habitats</i> , de espécies da fauna e da flora e de geomonumento



- |   |
|---|
| ii) Produção  |
| iii) Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores |

- b. As normas de silvicultura a aplicar nesta sub-região homogénea correspondem às normas das funções referidas na alínea anterior definidas no Anexo I do Regulamento do PROF-TMAD.
- c. Nesta sub-região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

I) Espécies a privilegiar (Grupo I)	II) Outras espécies a privilegiar (Grupo II)
Castanheiro ( <i>Castanea sativa</i> ) Lódão-bastardo ( <i>Celtis australis</i> ) Cedro-do-buçaco ( <i>Cupressus lusitanica</i> ) Cipreste-comum ( <i>Cupressus sempervirens</i> ) Freixo-comum ( <i>Fraxinus angustifolia</i> *) Nogueira-negra ( <i>Juglans nigra</i> ) Cerejeira-brava ( <i>Prunus avium</i> ) Carvalho-português ( <i>Quercus faginea</i> ) Azinheta ( <i>Quercus rotundifolia</i> ) Sobreiro ( <i>Quercus suber</i> )	Amieiro ( <i>Alnus glutinosa</i> ) Medronheiro ( <i>Arbutus unedo</i> ) Vidoeiro ( <i>Betula celtiberica</i> ) Pilriteiro ( <i>Crataegus monogyna</i> *) Freixo-europeu ( <i>Fraxinus excelsior</i> ) Nogueira-comum ( <i>Juglans regia</i> ) Oxicedro ( <i>Juniperus oxycedrus</i> *) Oliveira-brava ( <i>Olea europaea</i> *) Pinheiro-bravo ( <i>Pinus pinaster</i> ) Pinheiro-manso ( <i>Pinus pinea</i> ) Terebinto/cornalheira ( <i>Pistacia terebinthus</i> *) Plátano ( <i>Platanus x acerifolia</i> ) Choupo-negro ( <i>Populus nigra</i> ) Choupo-híbrido ( <i>Populus x canadensis</i> ) Carvalho-negral ( <i>Quercus pyrenaica</i> ) Salgueiro-branco ( <i>Salix alba</i> *) Borrazadeira-preta ( <i>Salix atrocinerea</i> *) Borrazadeira-branca ( <i>Salix salviifolia</i> *)

\* prioritária a gestão e conservação em manchas de regeneração natural

#### 4. Nogueira-Bragança

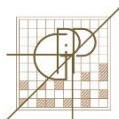
- a. Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

Previstas
i) Conservação de <i>habitats</i> , de espécies da fauna e da flora e de geomonumento
ii) Produção
iii) Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

- b. As normas de silvicultura a aplicar nesta sub-região homogénea correspondem às normas das funções referidas na alínea anterior definidas no Anexo I do Regulamento do PROF-TMAD.
- c. Nesta sub-região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

I) Espécies a privilegiar (Grupo I)	II) Outras espécies a privilegiar (Grupo II)
Plátano ( <i>Acer pseudoplatanus</i> ) Vidoeiro ( <i>Betula celtiberica</i> ) Castanheiro ( <i>Castanea sativa</i> ) Cedro-do-atlas ( <i>Cedrus atlantica</i> ) Cedro-branco ( <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> ) Cedro-do-buçaco ( <i>Cupressus lusitanica</i> ) Freixo-comum ( <i>Fraxinus angustifolia</i> *) Azevinho ( <i>Ilex aquifolium</i> ) Nogueira-negra ( <i>Juglans nigra</i> ) Pinheiro-larício ( <i>Pinus nigra</i> ) Pinheiro-bravo ( <i>Pinus pinaster</i> ) Pinheiro-silvestre ( <i>Pinus sylvestris</i> ) Cerejeira-brava ( <i>Prunus avium</i> ) Pseudotsuga ( <i>Pseudotsuga menziesii</i> )	Amieiro ( <i>Alnus glutinosa</i> ) Medronheiro ( <i>Arbutus unedo</i> ) Aveleira ( <i>Corylus avellana</i> ) Pilriteiro ( <i>Crataegus monogyna</i> *) Eucalipto ( <i>Eucalyptus globulus</i> ) Faia ( <i>Fagus sylvatica</i> ) Freixo-europeu ( <i>Fraxinus excelsior</i> ) Nogueira-comum ( <i>Juglans regia</i> ) Larício-híbrido-de-dunkeld ( <i>Larix x eurolepis</i> ) Pinheiro-manso ( <i>Pinus pinea</i> ) Escalheiro ( <i>Pyrus cordata</i> *) Choupo-negro ( <i>Populus nigra</i> )





Carvalho-negral ( <i>Quercus pyrenaica</i> ) Azinheira ( <i>Quercus rotundifolia</i> ) Sobreiro ( <i>Quercus suber</i> )	Azeiro ( <i>Prunus lusitanica</i> ) Borrazadeira-preta ( <i>Salix atrocinerea</i> *) Borrazadeira-branca ( <i>Salix salviifolia</i> *) Tramazeira ( <i>Sorbus aucuparia</i> )
--	--

\* prioritária a gestão e conservação em manchas de regeneração natural

## 5. Tua

- a. Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

Previstas
i) Conservação de <i>habitats</i> , de espécies da fauna e da flora e de geomonumento
ii) Produção
iii) Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

- b. As normas de silvicultura a aplicar nesta sub-região homogénea correspondem às normas das funções referidas na alínea anterior definidas no Anexo I do Regulamento do PROF-TMAD.
- c. Nesta sub-região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

I) Espécies a privilegiar (Grupo I)	II) Outras espécies a privilegiar (Grupo II)
Castanheiro ( <i>Castanea sativa</i> ) Lódão-bastardo ( <i>Celtis australis</i> ) Cedro-do-buçaco ( <i>Cupressus lusitanica</i> ) Cipreste-comum ( <i>Cupressus sempervirens</i> ) Freixo-comum ( <i>Fraxinus angustifolia</i> *) Nogueira-negra ( <i>Juglans nigra</i> ) Cerejeira-brava ( <i>Prunus avium</i> ) Carvalho-português ( <i>Quercus faginea</i> ) Carvalho-negral ( <i>Quercus pyrenaica</i> ) Azinheira ( <i>Quercus rotundifolia</i> ) Sobreiro ( <i>Quercus suber</i> )	Amieiro ( <i>Alnus glutinosa</i> ) Medronheiro ( <i>Arbutus unedo</i> ) Vidoeiro ( <i>Betula celtiberica</i> ) Pilriteiro ( <i>Crataegus monogyna</i> *) Eucalipto ( <i>Eucalyptus globulus</i> ) Freixo-europeu ( <i>Fraxinus excelsior</i> ) Nogueira-comum ( <i>Juglans regia</i> ) Oxicedro ( <i>Juniperus oxycedrus</i> *) Oliveira-brava ( <i>Olea europaea</i> *) Pinheiro-bravo ( <i>Pinus pinaster</i> ) Pinheiro-manso ( <i>Pinus pinea</i> ) Terebinto/cornalheira ( <i>Pistacia terebinthus</i> *) Plátano ( <i>Platanus x acerifolia</i> ) Choupo-negro ( <i>Populus nigra</i> ) Choupo-híbrido ( <i>Populus x canadensis</i> ) Salgueiro-branco ( <i>Salix alba</i> *) Borrazadeira-preta ( <i>Salix atrocinerea</i> *) Borrazadeira-branca ( <i>Salix salviifolia</i> *)

\* prioritária a gestão e conservação em manchas de regeneração natural

## III. PGF

1. Explorações sujeitas a PGF:
- a. Estão sujeitas a PGF as explorações florestais e agroflorestais públicas e comunitárias, nos termos estabelecidos no artigo 5.º da Lei de Bases da Política Florestal;
- b. Encontram-se igualmente sujeitas à elaboração obrigatória de PGF as explorações florestais e agroflorestais privadas com área igual ou superior a 20 hectares;
- c. Sem prejuízo da legislação específica, estão excluídas da necessidade de elaboração de PGF as explorações florestais e agroflorestais que se encontrem obrigadas pelo PGF da ZIF que abranja a área da exploração.
2. Explorações não sujeitas a PGF



- a. As explorações florestais e agroflorestais privadas de área inferior à mínima obrigatória submetida a PGF, desde que não integradas em ZIF, ficam sujeitas ao cumprimento das seguintes normas mínimas:
- (1) Normas de silvicultura preventiva definidas no Anexo I do Regulamento do PROF-TMAD;
  - (2) Normas gerais de silvicultura definidas no Anexo I do Regulamento do PROF-TMAD;
  - (3) Modelos de silvicultura adaptados à sub-região homogénea onde se insere a exploração, definidos no Anexo II do Regulamento do PROF-TMAD.

#### **IV. MEDIDAS DE INTERVENÇÃO COMUNS E ESPECÍFICAS POR SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA**

Visando alcançar adequadamente os objetivos específicos inscritos no PROF-TMAD, são estabelecidas as medidas de intervenção comuns à região do PROF-TMAD e as medidas de intervenção específicas para as sub-regiões homogéneas do Azibo-Sabor, Bornes, Douro Superior, Nogueira-Bragança e Tua, que se encontram definidas no Anexo III do Regulamento do PROF-TMAD.

#### **V. LIMITE MÁXIMO DE ÁREA A OCUPAR POR EUCALIPTO**

Para efeitos de aplicação do estabelecido no Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, pela nova redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 32/2020 de 1 de julho, e em conformidade com o estabelecido no Anexo IV do Regulamento do PROF-TMAD - Portaria n.º 57/2019 de 11 de fevereiro, com a Declaração de Retificação n.º 15/2019, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 73, em 12 de abril de 2019 e a alteração dada pela Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro – o limite máximo de área (em hectares) a ocupar por espécies do género *eucalyptus spp.* no MMC é de 50 hectares.



## **ANEXO III – PPAA**

- 1- Na área da PPAA, são interditos os seguintes atos e atividades:
  - a) A alteração à morfologia do solo para instalação ou ampliação de depósitos de ferro-velho, de sucata, de veículos e de inertes que causem impacto visual negativo ou poluam o solo, o ar ou a água, bem como pelo vazamento de lixos, detritos, entulhos ou sucatas fora dos locais para tal destinados;
  - b) O lançamento de águas residuais sem tratamento adequado;
  - c) A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de proteção, em qualquer fase do seu estado biológico, com excepção das acções levadas a efeito pela Paisagem Protegida e das acções de âmbito científico devidamente autorizadas pelo mesmo;
  - d) A introdução no estado selvagem de espécies botânicas ou zoológicas exóticas ou estranhas ao ambiente;
  - e) A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais destinados a esse fim;
  - f) A prática de actividades desportivas e de lazer fora dos locais destinados a esse fim, especialmente as que impliquem veículos motorizados.
- 2- Sem prejuízo dos restantes condicionalismos legais, ficam sujeitos a autorização prévia da Paisagem Protegida os seguintes actos e actividades:
  - a) Sobrevoos por aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo para acções de vigilância, combate a incêndios, operações de salvamento e trabalhos científicos autorizados pela Paisagem Protegida;
  - b) Abertura de novas estradas municipais, caminhos ou acessos, bem como o alargamento ou modificação dos existentes;
  - c) Instalação de painéis e outros suportes publicitários;
  - d) Visitação a cavidades existentes, bem como a colheita, detenção e transporte de amostras de recursos geológicos;
  - e) A realização de obras de construção civil, designadamente novos edifícios e reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de edificações, com excepção das obras simples de conservação, restauro, reparação ou limpeza;
  - f) Realização de fogos controlados, efectuados ao abrigo da alínea d) do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 55/81, de 18 de dezembro, e a realização de queimadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 316/95, de 28 de novembro;
  - g) Acções de destruição do revestimento florestal que não tenham fins agrícolas.
- 3- Na área da PPAA, são sujeitos a parecer os seguintes atos e atividades:
  - a) Abertura de novas estradas, com excepção das situações previstas na alínea b) do artigo anterior;
  - b) Instalação de infra-estruturas eléctricas e telefónicas aéreas e subterrâneas, de telecomunicações, de gás natural, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis;
  - c) Instalação de novas actividades industriais, nomeadamente extracção de inertes;



- d) Instalação de novas actividades agrícolas, florestais e pecuárias, com carácter intensivo, bem como a exploração ou gestão de actividades cinegéticas.
- 4- São ainda interditos os seguintes atos e actividades:
- a) A construção de novas edificações fora dos perímetros urbanos, exceto no caso de infraestruturas de apoio às actividades da PPAA e de estruturas de apoio às actividades agrícolas, pecuárias e educação ambiental;
  - b) A instalação de actividades industriais dos tipos 1 e 2, definidas em legislação específica;
  - c) A instalação de aerogeradores, de parques de produção de energia fotovoltaica e de instalações de armazenamento de energia, exceto para o abastecimento de infraestruturas da PPAA;
  - d) A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais designados para o efeito, exceto no âmbito de actividades de investigação científica, monitorização, ou educação ambiental, autorizadas pela PPAA;
  - e) As práticas de pecuária intensiva, incluindo a instalação de suiniculturas, aviculturas, ou quaisquer outras explorações pecuárias similares;
  - f) As culturas com utilização de transgénicos;
  - g) A utilização de plásticos nas culturas;
  - h) O corte de vegetação arbórea e arbustiva ripícolas, exceto quando estiverem em causa razões fitossanitárias ou limpezas de linhas de água autorizadas e acompanhadas pela PPAA e demais entidades com competência na matéria;
  - i) A limpeza de matos com pá frontal, exceto em ações de combate a fogos florestais;
  - j) A realização de queimadas e a prática de foguear, exceto nas áreas com infraestruturas a isso destinadas, no âmbito de ações de combate a fogos florestais;
  - k) A instalação de estufas e estufins;
  - l) A descarga de águas residuais urbanas, industriais, domésticas ou de explorações pecuárias não tratadas, de detergentes e produtos químicos, de excedentes de pesticidas ou de caldas de pesticidas e de águas de lavagem com uso de detergentes nos cursos e PAA, no solo ou no subsolo;
  - m) A instalação ou ampliação de depósitos de materiais de construção, ferro-velho, de sucata, de veículos, de areia ou de outros resíduos sólidos ou líquidos de origem orgânica que causem impacto visual negativo ou poluam o solo, o ar ou a água;
  - n) O vazamento de entulhos, detritos, lixos, materiais de construção, areias e outros resíduos sólidos ou líquidos, fora dos locais para tal destinados;
  - o) A introdução ou repovoamento de espécies não indígenas, de acordo com a legislação específica;
  - p) A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies de flora e fauna selvagens protegidas, incluindo a destruição de ninhos e a apanha





de ovos, a perturbação ou destruição dos seus habitats, com exceção das ações levadas a efeito pela PPAA e das ações devidamente autorizadas pelo mesmo;

- q) Quaisquer atividades suscetíveis de comprometerem, afetarem ou causarem danos a programas ou ações de conservação, investigação, monitorização ou vigilância implementados na PPAA;
  - r) A prospeção, pesquisa, corte extração e exploração de massas minerais e inertes, com exceção das explorações licenciadas à data de entrada em vigor do presente PDMMC;
  - s) As extrações e a mobilização de inertes em domínio hídrico, com exceção de eventuais operações de desassoreamento da Albufeira do Azibo e de intervenções nas áreas balneares;
  - t) A utilização de aviões ou barcos lúdicos telecomandados com motor (aeromodelos e hidromodelos);
  - u) A utilização de motos de água no PAA do Azibo, salvo por razões de vigilância e salvamento balnear, pelas entidades oficiais competentes;
  - v) Quaisquer competições desportivas envolvendo veículos motorizados;
  - w) O sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo por razões de vigilância, fiscalização, combate a incêndios e operações de salvamento, pelas entidades oficiais competentes;
  - x) O trânsito de veículos do tipo Moto 4;
  - y) O trânsito de quaisquer veículos fora das estradas e caminhos existentes, com exceção dos tratores e máquinas agrícolas e veículos de carga, quando ao serviço de explorações agrícolas, pecuárias ou florestais sitas na área da PPAA ou em situações de combate a incêndios florestais.
- 5- Sem prejuízo dos pareceres, das autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, ficam sujeitas a parecer vinculativo da Comissão Diretiva da PPAA os seguintes atos e atividades:
- a) A aprovação de empreendimentos turísticos reconhecidos como turismo de natureza, incluindo a construção de novas edificações e estruturas de apoio a esta atividade, previstos em legislação específica;
  - b) As obras de construção de estruturas de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e educação ambiental;
  - c) A realização de edificações fora de perímetros urbanos, designadamente a realização de obras de ampliação, de demolição de quaisquer edificações, excetuando as obras de conservação;
  - d) A instalação de atividades industriais, não podendo ser autorizadas unidades industriais poluentes ou que causem impactes negativos sobre os valores naturais protegidos na PPAA;
  - e) As intervenções que envolvam a abertura, alargamento ou alteração na rede de estradas, caminhos ou acessos, ou a manutenção ou beneficiação das estradas e

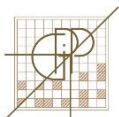


caminhos existentes, desde que envolvam movimentação de terras ou a remoção ou degradação da vegetação marginal;

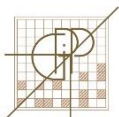
- f) O lançamento de foguetes ou balões com mecha acesa, bem como outras atividades pirotécnicas, as quais apenas podem ser autorizadas no âmbito de festividades locais no quadro da legislação em vigor sobre defesa da floresta contra incêndios;
- g) A instalação de infraestruturas elétricas e telefónicas aéreas e subterrâneas, de telecomunicações, de gás natural, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis, as quais devem ser subterrâneas sempre que tecnicamente exequível;
- h) Alterações da utilização atual do solo que abranjam áreas de dimensões superiores a 0,5ha ou áreas inferiores situadas a menos de 250m de outras áreas alteradas ou a alterar de um mesmo prédio rústico, e que no seu conjunto correspondam a 0,5ha ou mais;
- i) A instalação, reconversão ou intensificação de explorações agrícolas, agropecuárias ou zootécnicas, bem como a aprovação dos respetivos projetos;
- j) As utilizações do domínio hídrico;
- k) A exploração de recursos hidrológicos e hidrogeológicos, incluindo a abertura de novos poços, furos e captações de água;
- l) As atividades de turismo de natureza e outras atividades desportivas e recreativas;
- m) As obras e intervenções de conservação, limpeza, desobstrução, recuperação, alteração, ou regularização da rede de drenagem natural, incluindo as intervenções na vegetação ripícola arbustiva e arbórea;
- n) A colheita de exemplares da fauna e da flora;
- o) Os exercícios militares e de proteção civil.

**ANEXO IV – Orientações para a EEM**

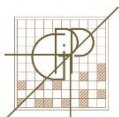
<i>Macrocomponentes</i>	<i>Componentes</i>	<b>ORIENTAÇÕES DE GESTÃO</b>
<b>EEF</b>	<b>TRANSVERSAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Promover a manutenção e reforço da biodiversidade, assegurando a proteção e a continuidade ecológica dos habitats;</li><li>· Salvar e qualificar os recursos hídricos, assegurando as condições adequadas de infiltração, drenagem natural e proteção das margens, de modo a reforçar a funcionalidade ecológica e a minimizar riscos associados;</li><li>· Preservar e qualificar as galerias ripícolas dos cursos de água que distam até 5 metros dos leitos de linhas de água torrenciais ou temporárias e de 10 metros dos leitos das linhas de água permanentes, devendo qualquer intervenção respeitar as seguintes disposições:<ul style="list-style-type: none"><li>· Orientar a renaturalização e qualificação através da utilização preferencial de espécies autóctones e de técnicas de engenharia natural, sempre que adequadas;</li><li>· Evitar operações de mobilização mecânica do solo ou alterações significativas no perfil das margens dos cursos de água, exceto quando se comprove uma clara beneficiação das condições ecológicas, ambientais ou de estabilidade das margens.</li></ul></li><li>· Promover práticas de uso do solo que reduzam o risco de contaminação dos recursos hídricos;</li><li>· Promover espaços florestais biodiversos, contribuindo para a resiliência ecológica e para um mosaico paisagístico identitário;</li><li>· Promover, sempre que adequado, a evolução das áreas dominadas por espécies do género <i>Eucalyptus</i> spp. para formações florestais compostas por espécies autóctones próprias da região;</li><li>· Condicionar o derrube ou corte de exemplares de oliveira, amendoeira, sobreiro, azinheira, outros carvalhos, castanheiro, medronheiro, cornalheira ou zimbro;</li><li>· Assegurar a preservação de maciços rochosos e dos habitats rupícolas associados;<ul style="list-style-type: none"><li>· Promover usos recreativos relacionados com a oportunidade dos recursos naturais, de forma sustentável, designadamente:<ul style="list-style-type: none"><li>· Parques de recreio e lazer;</li><li>· Infraestruturas de apoio ao desporto de natureza, desde que devidamente integradas na paisagem e limitadas à mínima área indispensável à sua funcionalidade;</li><li>· Percursos pedonais e cicláveis, assegurando soluções de pavimentação que garantam a permeabilidade do solo.</li></ul></li></ul></li><li>· Proteger e valorizar os elementos históricos, paisagísticos e identitários;</li><li>· Manter e valorizar a qualidade da paisagem;</li><li>· Reconverter e qualificar áreas degradadas;</li><li>· Contribuir para uma maior resiliência do território face às Alterações Climáticas;</li><li>· Contribuir para um desenvolvimento sustentável do território.</li></ul>
	<b>Corredores Ecológicos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Promover a biodiversidade, a continuidade e a coesão dos ecossistemas;</li><li>· Considerar e preservar sebes, bosquetes e arbustos;</li><li>· Promover a prevenção e redução da presença de espécies exóticas invasoras;</li><li>· Orientar o desenvolvimento turístico de forma compatível com a sustentabilidade e a sensibilidade ecológica da região.</li></ul>
	<b>Sistema Ripícola</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Promover a preservação e qualificação das galerias ripícolas bem desenvolvidas e adequadas, reforçando a sua função na estabilização do solo e na melhoria da permeabilidade;</li><li>· Promover a prevenção e redução da presença de espécies exóticas invasoras;</li><li>· Redução de pressões sobre o sistema hídrico.</li></ul>
	<b>Sistema de Valores Naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Reconhecer e preservar o mosaico de habitats existente;</li><li>· Promover a biodiversidade;</li><li>· Assegurar a compatibilidade do uso do solo com a manutenção dos habitats;</li><li>· Integrar critérios de reabilitação os ecossistemas no uso e ocupação do solo e, caso se justifique, promover a reintrodução de espécies associadas aos habitats;</li><li>· Prever a integração de pontos de água, como charcas e bebedouros artificiais;</li><li>· Promover a prevenção e redução da presença de espécies exóticas invasoras.</li></ul>



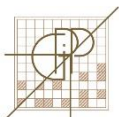
Macrocomponentes	Componentes	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO
	<b>Sistema Montanhoso</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Orientar o uso do solo para manchas florestais autóctones e mais resilientes aos incêndios florestais;</li><li>· Considerar e preservar as manchas de vegetação herbácea e arbustiva naturais e seminaturais;</li><li>· Orientar o uso do solo de forma favorável à regeneração natural da vegetação;</li><li>· Orientar o uso do solo para a instalação de manchas de vegetação com aptidões acrescidas na estabilização do solo e na minimização da erosão hídrica do solo;</li><li>· Compatibilizar os usos múltiplos dos espaços florestais, assegurando que as atividades socioeconómicas se desenvolvem de forma sustentável e compatível com as funções ecológicas da área;</li><li>· Promover uma estrutura florestal com quebras na continuidade vertical e horizontal, de modo a reforçar a resiliência aos incêndios florestais.</li></ul>
<b>EUSC</b>	<b>TRANSVERSAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Promover a conectividade ecológica, ambiental e social entre os diferentes elementos naturais, culturais e urbanos, assegurando a conexão urbano-rural;</li><li>· Integrar espaços verdes enquanto elementos da estrutura ecológica, de forma conectada e articulada;</li><li>· Preservar e valorizar a paisagem, salvaguardando o património identitário, protegendo e qualificando os espaços verdes e assegurando a harmonia paisagística entre os diferentes elementos que compõem a paisagem;</li><li>· Salvaguardar e promover o uso de vegetação diversificada e edafoclimaticamente adequada ao local, privilegiando espécies autóctones;</li><li>· Favorecer a requalificação e renaturalização das linhas de água, sempre que tal seja adequado e possível;</li><li>· Contribuir para a requalificação do espaço público, para a reabilitação do edificado e para a reconversão de áreas degradadas, visando a regeneração urbana e ambiental;</li><li>· Minimizar a impermeabilização do solo, privilegiando soluções como pavimentos permeáveis ou semipermeáveis;</li><li>· Privilegiar soluções de retenção e infiltração de águas pluviais, como coberturas verdes ou outras medidas de retenção da água das chuvas;</li><li>· Contribuir para uma maior resiliência do território face às Alterações Climáticas;</li><li>· Favorecer o sequestro de carbono e a melhoria da qualidade do ar;</li><li>· Reforçar a regulação e o conforto bioclimático;</li><li>· Favorecer a provisão de serviços dos ecossistemas;</li><li>· Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações;</li><li>· Contribuir para um desenvolvimento sustentável do território.</li></ul>
	<b>Rede de Mobilidade Suave e de Fruição da Paisagem</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Valorizar a paisagem, o turismo e os usos pedagógicos, garantindo o uso sustentável do espaço;</li><li>· Assegurar a sinalização dos percursos e caminhos que conectam áreas de interesse, bem como a adequada sinalização dessas áreas;</li><li>· Assegurar a funcionalidade e a fruição dos percursos, evitando a interferência excessiva da vegetação que possa interferir com o seu uso enquanto percurso.</li></ul>
	<b>Corredores Verdes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Valorizar a paisagem, a qualidade ambiental e ecológica;</li><li>· Promover a arborização dos arruamentos e, sempre que exequível, de forma contínua, excetuando-se os pontos de cruzamento ou outras situações de conflito, garantindo, sempre, a segurança da circulação viária, pedonal e ciclável.</li></ul>
	<b>Espaços de Valorização Recreativa</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Valorizar a paisagem e os usos recreativos e turísticos, garantindo o uso sustentável do espaço;</li><li>· Favorecer a formalização de espaços verdes destinados ao uso recreativo e de lazer por parte das populações, podendo integrar diversos equipamentos, desde que bem enquadrados paisagisticamente e que sejam de uso público.</li></ul>
	<b>Espaços de Valorização Geomorfológica</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Valorizar a paisagem, o turismo e os usos pedagógicos, garantindo o uso sustentável do espaço;</li><li>· Reconhecer os geossítios enquanto elementos a valorizar;</li><li>· Potenciar a identificação e interpretação das áreas em questão, através de soluções adequadas de sinalização interpretativa.</li></ul>
	<b>Espaços de Valorização Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Valorizar a paisagem, o turismo e os usos pedagógicos, garantindo o uso sustentável do espaço;</li><li>· Potenciar a identificação e interpretação das áreas em questão, através de soluções adequadas de sinalização interpretativa;</li></ul>



<i>Macrocomponentes</i>	<i>Componentes</i>	<b>ORIENTAÇÕES DE GESTÃO</b>
		<ul style="list-style-type: none"><li>· Assegurar o adequado enquadramento paisagístico do elemento patrimonial, através da seleção cuidada da vegetação circundante.</li></ul>
	<b>Espaços de Visualização da Paisagem</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Valorizar a paisagem;</li><li>· Potenciar a identificação e interpretação da paisagem, através de soluções adequadas de sinalização interpretativa;</li><li>· Assegurar a salvaguarda das condições de visibilidade e fruição da paisagem, nomeadamente ao nível das copas e da vegetação arbustiva no enfiamento do sistema de vistas, de modo a permitir a leitura do ponto focal da paisagem.</li></ul>
<b>EEC</b>	<b>TRANSVERSAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Aplicam-se as disposições gerais do presente regulamento relativas à Estrutura Ecológica Municipal e à categoria de espaço em que as áreas se inserem, sem prejuízo do cumprimento das servidões administrativas e das restrições de utilidade pública aplicáveis, não sendo estabelecidas orientações específicas adicionais.</li></ul>

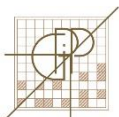
**ANEXO V – Património arqueológico**

<b>N.º</b>	<b>SÍTIO</b>	<b>TIPO</b>	<b>Freguesia</b>	<b>CNS</b>
1	Perafita/Pia dos Mouros	Habitat	Ala e Vilarinho do Monte	1996
2	Carrascal	Povoado fortificado	Ala e Vilarinho do Monte	2056
3	Cerquinha	Povoado fortificado	Ala e Vilarinho do Monte	17197
4	Castelo dos Mouros	Povoado fortificado	Ala e Vilarinho do Monte	2034
5	Santa Madalena	Povoado fortificado	Amendoeira	17201
6	Solar dos Sarmentos	Necrópole	Amendoeira	17202
7	Terronha de Pinhovelo	Povoado fortificado	Amendoeira	4504
8	Forno da Urreta ***	Forno	Arcas	26212
9	Nozelos	Achado isolado	Arcas	17203
10	Bornes/Santa Marta	Necrópole	Bornes e Burga	5495
11	Rasca	Indeterminado	Bornes e Burga	23346
12	Alto do Álvaro Maio	Indeterminado	Bornes e Burga	23347
13	Mamoia Alto do Álvaro Maio	Mamoia	Bornes e Burga	23348
14	Pia/Bebedouro em granito	Achado Isolado	Bornes e Burga	-
15	Carrapatas	Achado isolado	Carrapatas	17205
16	Fraga da Moura	Abrigo	Carrapatas	6930
17	Alto da Madorra	Habitat	Carrapatas	2055
18	Urreta das Mós	Indeterminado	Carrapatas	17275
19	Calveiro	Povoado fortificado	Carrapatas	17292
20	Marco Negro ***	Marco	Castelões e Vilar do Monte	23343
21	Fraga dos Corvos	Povoado fortificado	Castelões e Vilar do Monte	6650
22	Castelo de São Marcos	Indeterminado	Castelões e Vilar do Monte	17206
23	Capela de Sampaio	Capela	Castelões e Vilar do Monte	17207
24	Fornos dos Mouros	Arte rupestre	Castelões e Vilar do Monte	19297
25	Pereiro	Indeterminado	Castelões e Vilar do Monte	-
26	Abrigo 2 da Fraga dos Corvos	Abrigo	Castelões e Vilar do Monte	-
27	Abrigo 1 da Fraga dos Corvos	Abrigo	Castelões e Vilar do Monte	-
28	Castelucho de Balsemão	Povoado fortificado	Chacim	1926
29	Real Filatório de Chacim	Complexo industrial	Chacim	11375
30	Castelo de Balsemão	Povoado fortificado	Chacim	17241
31	Marco Negro ***	Marco	Chacim	23344
32	Ponte do Bairro	Ponte	Chacim	17244
33	Cramanchão	Habitat	Cortiços	2019
34	Cortiços	Achado isolado	Cortiços	6163
35	Ponte de Cernadela	Ponte	Cortiços	17253
36	Olival do Cabo	Habitat	Cortiços	17254
37	Inscrições do Pequeno Santuário "Alcoforado"	Inscrição	Cortiços	-
38	Cruz do Galego	Indeterminado	Cortiços	-
39	Alto da Carvalheira	Indeterminado	Cortiços	-
40	Terronha	Povoado fortificado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	6310
41	Pena Mourisca	Povoado fortificado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	2018
42	Cabeço da Anta / Pedra da Anta	Indeterminado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	6505
43	Bovinho	Povoado fortificado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	2011
44	Igreja Matriz de Edroso	Igreja	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	17256
45	Bouzende	Achado isolado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	17257
46	Vila dos Mouros	Povoado mineiro	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	17258
47	Cabeço	Povoado fortificado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	17279
48	Vale Grande	Mina	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	17280
49	Alto da Serra	Indeterminado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	36018
50	Sino dos Mouros/Embanadouro/Fraga do Berço	Indeterminado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	23774
51	Tapada	Indeterminado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	36022



N.º	SITIO	TIPO	Freguesia	CNS
52	Tapada	Indeterminado	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	36023
53	Cabeço Gordo	Outros	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	20929
54	Espadanedo	Inscrição	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	20930
55	Sobreirinha	Necrópole	Ferreira	2022
56	Mogirão/Caúinha	Povoado fortificado	Ferreira	2004
57	Madorra/Estação de Grijó	Indeterminado	Grijó	17276
58	Grijó de Vale Benfeito	Achado Isolado	Grijó	17277
59	Lameirinho	Arte rupestre	Grijó	17294
60	Fraga do Castelo	Povoado fortificado	Lagoa	2017
61	Vale de Noveia	Habitat	Lagoa	6195
62	Terraço fluvial da Eirinha	Indeterminado	Lagoa	34704
63	Forno da Velha	Forno	Lagoa	23820
64	Vila Nova da Rainha	Forno	Lamalonga	10542
65	Capela de São João	Miliário	Lamalonga	6184
66	Cabeço dos Mouros	Povoado fortificado	Lamalonga	17264
67	Terrioulo	Habitat	Lamalonga	17265
68	Facho de Lamalonga	Atalaia	Lamalonga	17267
69	Vila Nova da Rainha 1 ***	Marco	Lamalonga	23214
70	Alto da Pinha 1 ***	Marco	Lamalonga	23220
71	Argana ***	Marco	Lamalonga	23223
72	Caravalhal ***	Marco	Lamalonga	23227
73	Senhora do Campo	Capela	Lamas	19843
74	Forno Cerâmica de Construção (Lombo)	Forno	Lombo	-
75	Fraga das Ferraduras	Arte rupestre	Macedo de Cavaleiros	17268
76	Travanca	Habitat	Macedo de Cavaleiros	17269
77	Marra de Vale de Prados	Outros	Macedo de Cavaleiros	17263
78	Prado de Cavaleiros	Achado Isolado	Macedo de Cavaleiros	-
79	Vale de Chafurgo	Indeterminado	Macedo de Cavaleiros	-
80	Ponte de Paradinha	Ponte	Morais	17242
81	Cabeço da Paixão	Povoado fortificado	Morais	1997
82	Espondra	Povoado fortificado	Morais	17259
83	Senhora do Monte	Igreja	Morais	17261
84	Sobreda	Sarcófago	Morais	17262
85	Lameira da Cruz	Mina	Morais	-
86	Igreja de Malta	Achado isolado	Olmos	6632
87	Terronha	Povoado fortificado	Olmos	1998
88	Igreja de Malta	Necrópole	Olmos	17270
89	Fraga do Santo	Ermida	Olmos	17271
90	Marra 1 de Malta	Outros	Olmos	17272
91	Marra 2 de Malta	Outros	Olmos	17273
92	Ponte de Benrezes	Ponte	Olmos	17288
93	Olminhos ( Habitat)	Habitat	Olmos	23850
94	Olminhos Covinhas	Indeterminado	Olmos	11902
95	Olmos Arte Rupestre	Arte Rupestre	Olmos	-
96	Olmos Arte Rupestre (Desc)	Arte Rupestre	Olmos	-
97	Fonte de Caravelas 3	Habitat	Peredo	23495
98	Fonte de Caravelas 2	Arte Rupestre	Peredo	23494
99	Fonte de Caravelas 1	Mamoia	Peredo	23493
100	Labor	Mamoia	Peredo	23492
101	Fraga da Pegada	Arte rupestre	Podence e Santa Combinha	2023
102	Cabeço do Fidalgo	Indeterminado	Podence e Santa Combinha	17282
103	Cabeço do Fidalgo	Arte rupestre	Podence e Santa Combinha	20321
104	Fraga da Pegada 2	Arte Rupestre	Podence e Santa Combinha	20955
105	Cabeço do Fidalgo 2	Arte Rupestre	Podence e Santa Combinha	20954
106	Monte Calvário/Portela	Necrópole	Salselas	6118
107	Salselas	Forno	Salselas	13218
108	Fraga do Castelo	Povoado fortificado	Salselas	1999
109	Igreja de Limões	Necrópole	Salselas	6929
110	Cabeço da Anta	Indeterminado	Salselas	17281
111	Telheira de Salselas	Forno	Salselas	-
112	Forno de Cal Salselas	Forno	Salselas	-
113	Escaieira	Povoado fortificado	Salselas	23851
114	Cerca dos Mouros	Povoado fortificado	Talhas	2007
115	Xaires	Habitat	Talhas	31230





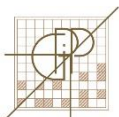
N.º	SÍTIO	TIPO	Freguesia	CNS
116	Levada Velha	Arte Rupestre	Talhas	12758
117	Ponte Velha	Ponte	Talhas	20922
118	Cabeço Berrão	Indeterminado	Talhas	-
119	Sampaio	Capela	Talhinhas e Bagueixe	17204
120	Forno dos Mouros	Abriço	Talhinhas e Bagueixe	17283
121	Castelo de Gralhós	Indeterminado	Talhinhas e Bagueixe	17284
122	Estantes	Indeterminado	Talhinhas e Bagueixe	-
123	Prados de Peredo	Indeterminado	Talhinhas e Bagueixe	-
124	Vale Benfeito	Achado isolado	Vale Benfeito	17290
125	Mêda	Habitat	Vale Benfeito	17278
126	Mourel	Indeterminado	Vale Benfeito	17266
127	Lagares	Necrópole	Vale Benfeito	17286
128	Vale Benfeito	Achado isolado	Vale Benfeito	17291
129	Fonte do Prado	Arte rupestre	Vale Benfeito	17293
130	Agregoeira 1	Habitat	Vale Benfeito	31231
131	Santo Ambrósio	Monumento megalítico	Vale da Porca	17285
132	Benrezes	Povoado	Vale da Porca	17287
133	Ponte de Vale da Porca	Ponte	Vale da Porca	17289
134	Pedras Gravadas	Indeterminado	Vale da Porca	-
135	Forno de Cal 2ª Geração	Forno	Vale da Porca	-
136	Inscrição na Base do Cruzeiro	Indeterminado	Vale da Porca	-
137	Sepultura dos Mouros	Sepultura	Vale de Prados	17295
138	Castrilhão	Povoado fortificado	Vilarinho de Agrochão	17237
139	Termo da Barca - Marco	Indeterminado	Vilarinho de Agrochão	-
140	São Gregório	Arte rupestre	Vinhas	1961
141	Estrada	Achado isolado	Vinhas	6239
142	Inscrição na Igreja Matriz de Castro Roupal	Inscrição	Vinhas	-

\*\*\* - Local sem localização exata. Não foi encontrada a sua localização após visita ao local

## ANEXO VI – Património arquitetónico

Designação	Tipo
01 - Capela de São Roque do Brinço	Arquitetura Religiosa
01 - Pelourinho de Pinhovelo (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933) (Imóvel de Interesse Público)	Classificado
01 - Zona Geral de Proteção	Classificado
02 - Capela de Sampaio em Bagueixe	Arquitetura Religiosa
02 - Pelourinho de Nozelos (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933) (Imóvel de Interesse Público)	Classificado
02 - Zona Geral de Proteção	Classificado
03 - Igreja de Santa Marta, Matriz de Bornes	Arquitetura Religiosa
03 - Pelourinho de Chacim (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933) (Imóvel de Interesse Público)	Classificado
03 - Zona Geral de Proteção	Classificado
04 - Capela de Santo Antão	Arquitetura Religiosa
04 - Pelourinho de Vale de Prados (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933) (Imóvel de Interesse Público)	Classificado
04 - Zona Geral de Proteção	Classificado
05 - Igreja Paroquial da Burga/Igreja da Nossa Senhora da Conceição	Arquitetura Religiosa
05 - Igreja Paroquial de Vilarinho do Agrochão/ Igreja de Santo Antão (Decreto n.º 251/70, DG n.º 129, de 3 de janeiro de 1970) (Imóvel de Interesse Público)	Classificado
05 - Zona Especial de Proteção	Classificado
06 - Igreja de Nossa Senhora dos Reis, Matriz de Lamalonga (Portaria n.º 405/2013, DR, 2.ª série, n.º 117, de 20 de junho de 2013) (Monumento de Interesse Público)	Classificado
06 - Igreja Paroquial de Castelões/Igreja da Nossa Senhora da Assunção	Arquitetura Religiosa
06 - Zona Especial de Proteção	Classificado
07 - Igreja de Nossa Senhora da Purificação, Matriz de Podence (Portaria n.º 740-AD/2012, DR, 2.ª série, n.º 248, de 24 de dezembro de 2012) (Monumento de Interesse Público)	Classificado
07 - Igreja Paroquial de Chacim	Arquitetura Religiosa
07 - Zona Especial de Proteção	Classificado
08 - Alminhas junto da Ponte de Cernadela	Arquitetura Religiosa
08 - Terronha de Pinhovelo (Portaria n.º 306/2013, DR, 2.ª série, n.º 99, de 23-05-2013) (Sítio de Imóvel de Interesse Público)	Classificado
08 - Zona Especial de Proteção	Classificado
09 - Igreja de Edroso	Arquitetura Religiosa
09 - Solar das Arcas (Portaria n.º 131/2021, DR, 2.ª série, n.º 59, de 25 de março de 2021) (Monumento de Interesse Público)	Classificado
09 - Zona Geral de Proteção	Classificado
10 - Igreja de Grijó/ Igreja de Santa Maria Madalena	Arquitetura Religiosa

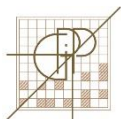




Designação	Tipo
11 - Capela de São João em Lamalonga	Arquitetura Religiosa
12 - Igreja de Lamas/ Igreja de Nossa Senhora da Assunção	Arquitetura Religiosa
13 - Igreja Paroquial de Macedo de Cavaleiros/ Igreja de São Pedro	Arquitetura Religiosa
14 - Igreja Senhora do Monte	Arquitetura Religiosa
15 - Igreja de Malta/ Igreja do Divino Salvador	Arquitetura Religiosa
16 - Igreja de Limãos	Arquitetura Religiosa
17 - Igreja de São João de Sezulfe	Arquitetura Religiosa
18 - Igreja de Vale Benfeito/ Igreja de Santa Maria	Arquitetura Religiosa
19 - Igreja Paroquial de Vale de Prados/ Igreja de São Jerónimo	Arquitetura Religiosa
20 - Ermida do Divino Espírito Santo	Arquitetura Religiosa
21 - Igreja Paroquial de Vilar do Monte/ Igreja de São Martinho	Arquitetura Religiosa
22 - Igreja Paroquial de São Vicente de Vinhas	Arquitetura Religiosa
23 - Casa Malheiro de Pinhovelo	Arquitetura Civil
24 - Solar do Visconde da Paradinha	Arquitetura Civil
25 - Casa Brasonada em Cortiços	Arquitetura Civil
26 - Edifício em Lamalonga (Casa S. João)	Arquitetura Civil
27 - Solar da Família Alpoim em Macedo de Cavaleiros	Arquitetura Civil
28 - Solar Morgado de Oliveira em Macedo de Cavaleiros	Arquitetura Civil
29 - Casa Brasonada em Morais	Arquitetura Civil
30 - Casa Brasonada em Vale Benfeito	Arquitetura Civil
31 - Casa Brasonada em Vilarinho de Agrochão	Arquitetura Civil
32 - Ponte do Bairro	Arquitetura Civil
33 - Ponte de Cernadela	Arquitetura Civil
34 - Antiga Cadeia de Macedo de Cavaleiros	Arquitetura Civil
35 - Edifício dos C.T.T. de Macedo de Cavaleiros	Arquitetura Civil
36 - Escola da Praça das Eiras	Arquitetura Civil
37 - Ponte de Paradinha	Arquitetura Civil
38 - Ponte de Banrezes	Arquitetura Civil
39 - Ponte de Vale da Porca	Arquitetura Civil
40 - Forno da Urreta	Estruturas de Apoio
41 - Fontanário da Pedreira	Estruturas de Apoio
42 - Fonte da Praça das Eiras	Estruturas de Apoio
43 - Fonte de Prado de Cavaleiros	Estruturas de Apoio
C01 - Núcleo Antigo de Bornes	Conjuntos com interesse
C01 - Núcleo Antigo de Bornes	Conjuntos com interesse
C02 - Núcleo Antigo de Chacim	Conjuntos com interesse
C03 - Núcleo Antigo de Grijó	Conjuntos com interesse
C03 - Núcleo Antigo de Grijó	Conjuntos com interesse
C04 - Núcleo Antigo de Macedo de Cavaleiros	Conjuntos com interesse
C05 - Núcleo Antigo de Pinhovelo	Conjuntos com interesse
C06 - Núcleo Antigo de Podence	Conjuntos com interesse
C07 - Núcleo Antigo de Santa Combinha	Conjuntos com interesse
C08 - Núcleo Antigo de Vale de Prados	Conjuntos com interesse

## ANEXO VII – Património geológico

G01 - Vale do Rio Tuela
G02 - Granito de Vila Nova da Rainha
G03 - Contacto litológico em Vila Nova da Rainha
G04 - Meandros do Rio de Macedo
G05 - Minas de Murçós
G06 - Granito do Alto da Serra
G07 - Falha da Vilarça em Podence
G08 - Metavulcanitos da Fraga da Pegada
G09 - Miradouro da Nossa Sra. do Campo
G10 - Miradouro da Serra do Cubo
G11 - Talcos de Vale da Porca
G12 - Calcários do Alto da Carrasqueira
G13 - Xistos anfíbolíticos do Alto do Montinho
G14 - Sedimentos Cenozoicos de Vale da Porca
G15 - Depressão de Salselas
G16 - Calcários de Salselas
G17 - Carreamento de Limãos
G18 - Sedimentos de Castro Roupal
G19 - Águas de Escarledo
G20 - Gabros da Sobreda
G21 - Diques Anfíbolíticos de Paradinha
G22 - Granadas da Sobreda
G23 - Cromite de Morais
G24 - Estruturas tectónicas da Sobreda
G25 - Talcos e Asbestos de Morais
G26 - Micaxistos de Lagoa
G27 - Carreamento do Castelo
G28 - Peridotitos do Castelo
G29 - Gabros de Xaires



G30 - Cabeço Berrão
G31 - Gnaisses de Lagoa
G32 - Descontinuidades de Conrad e Moho em Lagoa
G33 - Carreamento da Foz do Azibo
G34 - Termas da Abelheira
G35 - Falha de Morais
G36 - Poço dos Paus
G37 - Falha da Vilarça em Vale Benfeito
G38 - Panorâmica Bornes Norte
G39 - Escarpa da Falha da Vilarça
G40 - Microgranito de Burga
G41 - Panorâmica Bornes Sul
G42 - Granito de Romeu em Cernadela

## ANEXO VIII – Termos de referência

### UOPG 00: Cidade de Macedo de Cavaleiros

- **Termos de referência**

- a) Objetivos programáticos

- Fomentar a consolidação funcional da Cidade de Macedo de Cavaleiros no sistema territorial da sub-região das Terras de Trás-os-Montes;
- A partir da revogação do anterior Plano de Urbanização, atualizar e adaptar este instrumento de gestão territorial às novas exigências legais e jurídicas;
- Regular a edificabilidade de forma a ajustá-la às morfologias existentes, o que exige a caracterização das malhas urbanas e identificar com maior pormenorização as áreas com necessidades de reabilitação urbana;
- Assegurar a concretização da Variante à Cidade de Macedo Cavaleiros, redefinindo com esta infraestrutura a mobilidade da cidade;
- Estabelecer uma rede mobilidade suave associada ao sistema de espaços de utilização coletiva e complementada pela rede transportes coletivos;
- Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde utilização coletiva;
- Aferir a capacidade carga existente em termos de habitação, procedendo ao levantamento dos vazios urbanos e passíveis de construção, integrados em projetos aprovados e em situações de colmatação ou do seu preenchimento;
- Garantir a diminuição das assimetrias urbanas, procurando o equilíbrio dos níveis de serviço e de “oferta” de atividades económicas entre as diferentes áreas da cidade e ajustando as políticas fiscais à redução dessas assimetrias;
- Incrementar incentivos que contribuam para a redução das alterações climáticas e para uma maior eficiência energética;
- Instituir um modelo de execução do plano assente na cooperação com os agentes territoriais e na participação;
- Salvaguardar os termos de referência das UOPG que coincidam com a área do PU, definidos no âmbito do PDMMC.

- b) Execução

- A execução é através da elaboração de um PU.

### UOPG 01: Área de Acolhimento Empresarial de Macedo de Cavaleiros

- **Termos de referência**

- a) Objetivos programáticos

- Consolidar a dinâmica empresarial dos territórios de baixa densidade, tornando a principal área de acolhimento empresarial das Terras de Trás-os-Montes;
- Alavancar a atração empresarial através do nó rodoviário entre o IP4/A4 e IP2;
- Fomentar a diversificação económica das atividades aí instaladas;
- Garantir a correta integração paisagística e urbanística do edificado a desenvolver.

- b) Parâmetros urbanísticos



- i. Aplica-se um índice de edificabilidade que não pode ser superior a 0,6 na totalidade da UOPG.
- c) Execução
  - ii. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 6 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 10 anos da data de publicação do PDMC.

## UOPG 02: Área de Vocação Turística da Albufeira do Azibo

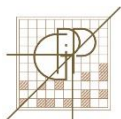
### • Termos de referência

- a) Objetivos programáticos
  - i. Qualificar ambientalmente e paisagisticamente o território;
  - ii. Estabelecer a ligação entre as salvaguardas patrimoniais e ambientais;
  - iii. Promover a instalação de empreendimentos turísticos;
  - iv. A capacidade turística máxima corresponde a 200 camas;
  - v. Interdita-se a exploração mineira até 200 metros a jusante da barragem;
  - vi. Recomenda-se, complementarmente ao definido para a categoria de espaços florestais localizados na presente UOPG, que esses espaços:
    - a. Sejam vocacionados para o aproveitamento de recursos silvícolas segundo formas de exploração de material lenhoso mais ou menos intensivas, admitindo a integração da componente de recreio “passivo” e a exploração de recursos cinegéticos, assim como se destinam à conservação estrita do património genético, nas suas condições naturais, criando um núcleo de reserva florestal, e também para a preservação dos sistemas florestais mais sensíveis e com funções estruturais, nomeadamente:
      - i. Floresta de proteção a manter;
      - ii. Galeria ripícola.
    - b. Sejam ponderadas quaisquer ações que destruam o coberto vegetal ou diminuam as características ou valor biológico e florístico dos ecossistemas, nomeadamente, arranque ou corte, mesmo pé a pé, de árvores ou arbustos, danificação por fogo, ou outros agentes estranhos à dinâmica natural dos sistemas vegetais em causa;
    - c. Sejam permitidas atividades recreativas e respetivas infraestruturas, nomeadamente recintos desportivos, parques de merendas, estacionamento ou outros usos, desde que não comprometam a função estruturante e a integridade das manchas arbóreas aí presentes.
- b) Parâmetros urbanísticos
  - i. Integração na envolvente, na paisagem e nos recursos do solo rústico;
  - ii. Densidade máxima: 25 camas/hectare, onde por unidade não se ultrapassem 40 camas;
  - iii. Índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,10, aplicado a cada unidade a que se refere a alínea anterior;
  - iv. Dotação em infraestruturas de abastecimento e saneamento adequadas;
  - v. Para infraestruturas isoladas é exigido, no mínimo, a construção de fossa séptica com poço absorvente e filtros de infiltração.
- c) Execução
  - i. A execução é não sistemática, respeitando o disposto nas servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis ao território.

## UOPG 03: Macedo de Cavaleiros Norte I

### • Termos de referência

- a) Objetivos programáticos
  - i. Garantir a ligação da Rua Miguel Torga com a Rua de Aljubarrota;
  - ii. Qualificar urbanisticamente o Caminho da Quinta da Folhinha e garantir ligações que admitam o preenchimento do vazio urbano;
  - iii. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
  - iv. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.



b) Execução

- i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 3 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 7 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 04: Macedo de Cavaleiros Nascente I

- **Termos de referência**

a) Objetivos programáticos

- i. Qualificar urbanisticamente a Rua Beato Bento de Castro e garantir ligações que admitam o preenchimento do vazio urbano;
- ii. Salvar o espaço canal para a Variante;
- iii. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
- iv. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.

b) Execução

- i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 3 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 7 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 05: Macedo de Cavaleiros Norte II

- **Termos de referência**

a) Objetivos programáticos

- i. Estruturar a ocupação do solo a partir do arruamento paralelo ao estabelecimento comercial;
- ii. Salvar o espaço canal para a Variante;
- iii. Qualificar urbanisticamente a Rua Viriato Martins e garantir ligações que admitam o preenchimento do vazio urbano;
- iv. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
- v. Dotar de equipamentos capazes de garantir o nível serviço mínimo à população;
- vi. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.

b) Execução

- i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 6 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 10 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 06: Macedo de Cavaleiros Norte III

- **Termos de referência**

a) Objetivos programáticos

- i. Colmatar o vazio urbano;
- ii. Estruturar a ocupação do solo a partir da Rua Manuel António Vasconcelos;
- iii. Eliminar os *cul de sacs*, garantindo ligação com a futura estrutura viária;
- iv. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
- v. Dotar de equipamentos capazes de garantir o nível serviço mínimo à população;
- vi. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.

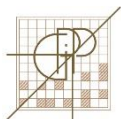
b) Execução

- i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime dos interessados ou de cooperação, iniciando-se até 6 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 10 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 07: Macedo de Cavaleiros Nascente II

- **Termos de referência**

a) Objetivos programáticos



- i. Qualificar urbanisticamente a Rua Henrique José Gonçalves;
  - ii. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
  - iii. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.
- b) Execução
  - i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 3 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 7 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 08: Macedo de Cavaleiros Centro

- **Termos de referência**
- a) Objetivos programáticos
  - i. Colmatar o vazio urbano;
  - ii. Estruturar a ocupação do solo a partir da Rua Henrique José Gonçalves;
  - iii. Eliminar os *cul de sacs*, garantindo ligação com a futura estrutura viária;
  - iv. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
  - v. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.
- b) Execução
  - i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime dos interessados ou de cooperação, iniciando-se até 6 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 10 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 09: Norte da Estação

- **Termos de referência**
- a) Objetivos programáticos
  - i. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
  - ii. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.
- b) Execução
  - i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 3 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 7 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 10: Sul do Hospital

- **Termos de referência**
- a) Objetivos programáticos
  - i. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
  - ii. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.
- b) Execução
  - i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 3 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 7 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 11: Macedo de Cavaleiros Poente

- **Termos de referência**
- a) Objetivos programáticos
  - i. Qualificar urbanisticamente a Rua Engenheiro Moura Pegado e garantir ligações que admitam o preenchimento do vazio urbano;



- ii. Salvar o espaço canal para a Variante;
  - iii. Eliminar os *cul de sacs*, garantindo ligação com a futura estrutura viária;
  - iv. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
  - v. Dotar de equipamentos capazes de garantir o nível serviço mínimo à população;
  - vi. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.
- b) Execução
- i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 6 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 10 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 12: Macedo de Cavaleiros Sul

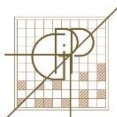
- **Termos de referência**
- a) Objetivos programáticos
- i. Estruturar a ocupação do solo a partir da Rua Campo de Aviação;
  - ii. Eliminar os *cul de sacs*, garantindo ligação com a futura estrutura viária;
  - iii. Disponibilizar solos para a oferta de habitação na Cidade de Macedo de Cavaleiros;
  - iv. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.
- b) Execução
- i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 6 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 10 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 13: Bagueixe

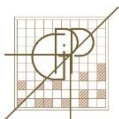
- **Termos de referência**
- a) Objetivos programáticos
- i. Colmatar o vazio urbano;
  - ii. Dotar de equipamentos capazes de garantir o nível serviço mínimo à população;
  - iii. Desenvolver o conceito do jardim de proximidade/espço verde de utilização coletiva.
- b) Execução
- i. A execução é sistemática através de uma ou várias unidades de execução, sob o regime de cooperação, iniciando-se até 3 anos e terminando com a sua urbanização ao fim de 7 anos da data de publicação do PDMMC.

## UOPG 14: Área de Vocação Turística da Albufeira do Baixo Sabor

- **Termos de referência**
- a) Objetivos programáticos
- i. Qualificar ambientalmente e paisagisticamente o território;
  - ii. Estabelecer a ligação entre as salvaguardas patrimoniais e ambientais;
  - iii. Promover a instalação de empreendimentos turísticos;
  - iv. A capacidade turística máxima corresponde a 80 camas.
- b) Parâmetros urbanísticos
- i. Integração na envolvente, na paisagem e nos recursos do solo rústico;
  - ii. Densidade máxima: 25 camas/hectare, onde por unidade não se ultrapassem 40 camas;
  - iii. Índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,10, aplicado a cada unidade a que se refere a alínea anterior;
  - iv. Dotação em infraestruturas de abastecimento e saneamento adequadas.
- c) Execução
- i. A execução é não sistemática, respeitando o disposto no regulamento para as categorias de espaço e as servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis ao território.

**ANEXO IX – Área de execução programada**

<b>Código na PO – Classificação e Qualificação do Solo</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Espaço geográfico</b>	<b>Horizonte temporal (em anos)</b>	<b>Promotor</b>	<b>Fase de execução</b>	<b>Reversão</b>
UOPG00	AP	Várias freguesias	4	MMC	PL	NA
UOPG01	AE	Amendoeira e Sezulfe	10	MMC e P	U	EA
UOPG02	NA	Várias freguesias	NA	MMC e P	NA	NA
UOPG03	AE	Macedo de Cavaleiros	7	MMC e P	U	EA
UOPG04	AE	Macedo de Cavaleiros	7	MMC e P	U	EA
UOPG05	AE	Macedo de Cavaleiros	10	MMC e P	U	EA
UOPG06	AC	Macedo de Cavaleiros	10	MMC e P	U	NA
UOPG07	AE	Macedo de Cavaleiros	7	MMC e P	U	EA
UOPG08	AC	Macedo de Cavaleiros	10	MMC e P	U	NA
UOPG09	AE	Macedo de Cavaleiros	7	MMC e P	U	EA
UOPG10	AE	Macedo de Cavaleiros	7	MMC e P	U	EA
UOPG11	AE	Macedo de Cavaleiros	10	MMC e P	U	EA
UOPG12	AE	Macedo de Cavaleiros	10	MMC e P	U	EA
UOPG13	AE	Talhinhas e Bagueixe	7	MMC e P	U	EA
UOPG14	NA	Várias freguesias	NA	MMC e P	NA	NA
AI01	AI	Lamalonga	4	MMC	I	NA
A02	AI	Lamalonga	4	MMC	I	NA
AI03	AI	Espadanedo, Edroso, Murços e Soutelo Mourisco	4	MMC	I	NA
AI04	AI	Arcas	4	MMC	I	NA
AI05	AI	Arcas	4	MMC	I	NA
AI06	AI	Arcas	4	MMC	I	NA
AI07	AI	Arcas	4	MMC	I	NA
AI08	AI	Ala e Vilarinho do Monte	4	MMC	I	NA
AI09	AI	Ala e Vilarinho do Monte	4	MMC	I	NA
AI10	AI	Ferreira	4	MMC	I	NA
AI11	AI	Amendoeira	4	MMC	I	NA
AI12	AI	Podence e Santa Combinha	4	MMC	I	NA
AI13	AI	Podence e Santa Combinha	4	MMC	I	NA
AI14	AI	Podence e Santa Combinha	4	MMC	I	NA
AI15	AI	Lamas	4	MMC	I	NA
AI16	AI	Amendoeira	4	MMC	I	NA
AI17	AI	Amendoeira	4	MMC	I	NA
AI18	AI	Sezulfe	4	MMC	I	NA
AI19	AI	Sezulfe	4	MMC	I	NA
AI20	AI	Macedo de Cavaleiros	4	MMC	I	NA
AI21	AI	Vale de Prados	4	MMC	I	NA
AI22	AI	Vale de Prados	4	MMC	I	NA
AI23	AI	Vale da Porca	4	MMC	I	NA
AI24	AI	Salselas	4	MMC	I	NA
AI25	AI	Vinhas	4	MMC	I	NA
AI26	AI	Vinhas	4	MMC	I	NA
AI27	AI	Talhas	4	MMC	I	NA
AI28	AI	Talhas	4	MMC	I	NA
AI29	AI	Talhas	4	MMC	I	NA
AI30	AI	Talhas	4	MMC	I	NA
AI31	AI	Morais	4	MMC	I	NA
AI32	AI	Morais	4	MMC	I	NA
AI33	AI	Lombo	4	MMC	I	NA
AI34	AI	Lombo	4	MMC	I	NA
AI35	AI	Peredo	4	MMC	I	NA
AI36	AI	Chacim	4	MMC	I	NA
AI37	AI	Olmos	4	MMC	I	NA
AI38	AI	Macedo de Cavaleiros	4	MMC	I	NA
AI39	AI	Cortiços	4	MMC	I	NA
AI40	AI	Cortiços	4	MMC	I	NA
AI41	AI	Grijó	4	MMC	I	NA
AI42	AI	Grijó	4	MMC	I	NA



Código na PO – Classificação e Qualificação do Solo	Tipologia	Espaço geográfico	Horizonte temporal (em anos)	Promotor	Fase de execução	Reversão
AI43	AI	Vale Benfeito	4	MMC	I	NA
AI44	AI	Vale Benfeito	4	MMC	I	NA
AI45	AI	Bornes e Burga	4	MMC	I	NA
AI46	AI	Bornes e Burga	4	MMC	I	NA

Legenda: AC – Área a consolidar; AE – Área a estruturar; AI – Área a infraestruturar; AP – Área a planejar; EA – Espaço Agrícola; NA – Não se aplica; MMC – Município de Macedo de Cavaleiros; P – Privados.